

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

RAPHAEL PERES PEIXOTO

**OS PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO ENTRE 1996 E 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política, linha de pesquisa
Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-metropolitana,
da Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Sociologia
Política, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Macedo Campos.

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ – 2012

**OS PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1996 e 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, linha de pesquisa Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Macedo Campos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos (Orientador) – UENF

Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo – UFES

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo – UENF

Prof. Dra. Joseane de Souza Fernandes – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ – 2012

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Eu Sou, Aba Pai, minha maior gratidão.

Ao meu orientador, prof. Dr. Mauro Macedo Campos, que me ajudou a trilhar essa árdua caminhada final e, com sua longanimidade me fez acreditar que era possível, a despeito de vários momentos de “soluços e quase desistências emocionais, intelectuais, sobretudo, de inseguranças “teórico-acadêmica-metodológicas”, pelas quais passei, porém, todas de minha inteira autoria.

A todo (a)s o (a)s Professores (a)S, sem exceção, e, em especial, às Professoras doutoras Lana Lage, Wania Mesquita, Márcia Leitão, Hugo Borsani, Rogério Dultra e Vitor Peixoto. Também aos que compuseram a Banca Examinadora do meu estudo, Dr. Mauro Campos, Dr. Sérgio de Azevedo, Dra. Joseane Fernandes e Dr. Paulo Araújo, deixo meus sinceros agradecimentos.

A todos os amigos e amigas da turma de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF com os quais também muito aprendi, especialmente nas discussões em aulas, nos seminários, nos debates e em vários outros momentos de interação científica.

A todos os meus familiares pelo apoio incondicional que sempre me conferem.

À Ellen, que além de mãe é, e sempre será, meu maior exemplo a ser seguido, de vida, de excelência moral e intelectual, de pessoa íntegra e ética, de militante política, de defensora da vida, e de ser humano no sentido mais integral da palavra.

À Adriana e Bryan, meus amores, minha família, meu lar, meu porto seguro.

Enfim, a todos que me apoiaram, compreenderam e, direta ou indiretamente, participaram da edificação deste trabalho, que jamais seria o mesmo se não houvesse a contribuição desses inúmeros atores ausentes e presentes.

Resumo: O propósito desta dissertação é estudar o comportamento dos partidos políticos nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008. Deste modo procura-se compreender a existência de uma, ou mais, lógicas que nortearam suas participações nos quatro pleitos analisados. Objetiva-se demonstrar que todos os partidos partem inicialmente de uma lógica de maximização de seu crescimento pela via eleitoral. No entanto, ao que parece, esta lógica não resiste aos constrangimentos institucionais que encontram na arena eleitoral dos municípios brasileiros, contexto de acirradas disputas entre os partidos. No presente estudo demos especial atenção ao comportamento das legendas nas eleições municipais levando em consideração a importância relativa dos diferentes municípios quanto à densidade eleitoral e sua dimensão econômica. Como veremos estes são fatores fundamentais para compreensão dos desafios à coordenação política pré-eleitoral, atividade que provavelmente mais ocupa os dirigentes partidários. Mesmo em um sistema multipartidário com elevado grau de fragmentação partidária, nas disputas majoritárias municipais não é comum a ocorrência de mais de duas candidaturas ditas “viáveis”. Esta constatação, relativamente simples, já evidencia que existe vida partidária no Brasil, que por sua vez, não deve ser ignorada pela literatura especializada. Ao contrário, um estudo mais aprofundado sobre esta ótica pode contribuir para o entendimento da democracia representativa brasileira.

Palavras chave: partidos políticos, eleições municipais, sistema político brasileiro.

Abstract: The purpose of this dissertation is to study the behavior of political parties in municipal elections in the State of Rio de Janeiro between 1996 and 2008. Therefore we seek to understand the existence of more than a single and trivial logic that guides their behavior. The objective is to demonstrate that even though all parties originally depart from a logic that seeks to maximizing its electoral growth, it seems that this logic does not stand up to the institutional constraints of Brazilian local electoral arenas, context of fierce competition among political parties. This study is also watchful over the parties' behavior considering the distinct relative importance of the different electoral districts around number of electors and its economic dimension. As we shall see these are key factors in understanding the challenges to policy coordination pre-election activity that is most likely, the main activities of party leaders. Even in a multiparty system with a high degree of party fragmentation, the competition over mayors' offices not very likely is determined by more than two different competitors. Though a relatively simple finding, that's is a sufficient foothold to say that "party life" in Brazil should not be ignored by the literature. Actually, a further study can contribute to the understanding of the Brazilian representative democracy.

Keywords: political parties, municipal elections, the Brazilian political system.

LISTA DE FIGURAS

1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo suas regiões político – administrativas.....	61
2 - Mapa do Produto Interno Bruto (PIB) por município do Estado do Rio de Janeiro (ano 2002).....	64
3 - Mapa do Produto Interno Bruto (PIB) por município do Estado do Rio de Janeiro (ano 2006).....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho nas eleições para as Câmaras Municipais (CM) no Brasil entre 2000 e 2008, dos partidos com menos de 15 eleitos nas eleições da Câmara dos Deputados (CD) de 2006.....	36
Tabela 2 – Parlamentares Eleitos por partidos pequenos no Brasil.....	37
Tabela 3 – Governadores eleitos no Estado do Rio de Janeiro (1982-2010)....	57
Tabela 4 – Prefeitos eleitos na capital, seus partidos e posição política em relação ao partido do Governador (1985-2004).....	59
Tabela 5 – Demonstrativo do crescimento das receitas correntes dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2000-2008).....	65
Tabela 6 – Receitas Correntes dos municípios fluminenses..... (2000, 2004, 2008)	66
Tabela 7 – Número de candidaturas próprias por partido político nas eleições municipais majoritárias, Estado do Rio de Janeiro (1996 e 2008).....	69
Tabela 8 – Taxas de sucesso eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais majoritárias fluminenses (1996-2008).....	72
Tabela 9 – Número de prefeitos eleitos por partido, no Estado do Rio de Janeiro (1996-2008).....	74
Tabela 10 – Relação de proporção entre o número de prefeitos eleitos pelos partidos em (1996 + 2000) e (2004 + 2008).....	75
Tabela 11 – Soma dos percentuais de eleitores aptos e receitas correntes dos municípios onde os partidos elegeram prefeitos no Estado do Rio de Janeiro, por eleição.....	104
Tabela 12 – Percentual de candidaturas próprias para prefeito que alcançaram no mínimo 20 % dos votos válidos, por partido.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concentração de eleitores nas 13 regiões metropolitanas brasileiras.....	60
Gráfico 2 - Participação e Desempenho do PSDB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	78
Gráfico 3 – Participação e Desempenho do PDT nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	81
Gráfico 4 – Participação e Desempenho do PMDB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	84
Gráfico 5 – Participação e Desempenho do PFL/DEM nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	88
Gráfico 6 – Participação e Desempenho do PT nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	90
Gráfico 7 – Participação e Desempenho do PP nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	92
Gráfico 8 – Participação e Desempenho do PTB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	94
Gráfico 9 – Participação e Desempenho do PSB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	96
Gráfico 10 – Participação e Desempenho do PPS nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	97
Gráfico 11 – Participação e Desempenho do PSC nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	98
Gráfico 12 – Participação e Desempenho do PV nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Progressão percentual do eleitorado brasileiro – 1950 a 2002.....	33
Quadro 2 – Descrição dos Tipos de Órgãos Partidários no Brasil, segundo Guarnieri (2009).....	49
Quadro 3 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, por região.....	62
Quadro 4 – Prefeituras conquistadas pelo PSDB e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	80
Quadro 5 – Prefeituras conquistadas pelo PDT e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	83
Quadro 6 – Prefeituras conquistadas pelo PMDB e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	86
Quadro 7 – Prefeituras conquistadas pelo PFL / DEM e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	89
Quadro 8 – Prefeituras conquistadas pelo PT e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	91
Quadro 9 – Prefeituras conquistadas pelo PP e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	93
Quadro 10 – Prefeituras conquistadas pelo PTB e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	95
Quadro 11 – Demonstrativo das eleições municipais definidas em segundo turno, no Estado do Rio de Janeiro, de 1996 à 2008.....	101
Quadro 12 – Partidos que elegeram prefeitos nos dez maiores municípios em número de eleitores, do Estado do Rio de Janeiro.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL – Assembleia Legislativa
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CD - Câmara dos Deputados
CEN - Comissão Executiva Nacional
CM - Câmara dos Deputados
CM - Câmara Municipal
CP - Comissão Provisória
DEM - Partido Democratas
DIR - Diretório
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PED - Processo de Escolha Direta
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPGSP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
PPS - Partido Popular Socialista
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1- Introdução: Partidos Políticos “importam” para explicar a arena eleitoral dos municípios brasileiros?.....	12
2 - Partidos políticos e eleições municipais: uma breve fundamentação teórica.....	17
2. 1 Estudos sobre as transformações dos Partidos Políticos.....	21
2. 2 Partidos Políticos sob o ponto de vista organizacional.....	25
2. 3 Partidos Políticos no contexto da literatura brasileira.....	27
2. 4 Sobre a força eleitoral dos Partidos Políticos brasileiros.....	38
2.5 As candidaturas “próprias” e as coligações partidárias nas eleições municipais no Brasil.....	44
3 – Partidos políticos nas eleições municipais no estado do Rio de Janeiro.....	52
3.1 Breves considerações sobre o Estado do Rio de Janeiro na nova democracia brasileira.....	53
3.1.1 Cenário Político do Estado do Rio de Janeiro: contexto recente.....	54
3.1.2 Contexto socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.....	60
3. 2 Participação e desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.....	68
3.2.1. A participação dos partidos nas eleições municipais fluminenses	68
3. 2.2. Desempenho dos partidos nas eleições municipais fluminenses.....	71
3.3 Os partidos políticos e a importância estratégica de suas conquistas eleitorais recentes: densidade eleitoral e importância econômica.....	77
3.3.1 PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.....	78
3.3.2 PDT - Partido Democrático Trabalhista.....	81
3.3.3 PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.....	84
3.3.4 PFL/DEM - Partido da Frente Liberal / Democratas.....	88
3.3.5 PT - Partido dos Trabalhadores.....	90
3.3.6 PP - Partido Progressista.....	92
3.3.7 PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.....	94
3.3.8 PSB – Partido Socialista Brasileiro.....	95
3.3.9 Outros Partidos.....	97
3.4 Sobre as disputas majoritárias em segundo turno.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
Referências Bibliográficas.....	114

INTRODUÇÃO: Partidos Políticos “importam” para explicar a arena eleitoral dos municípios brasileiros?

A presente dissertação tem por objetivo estudar o comportamento dos partidos políticos nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro, a partir da análise dos quatro últimos anos eleitorais.

No entanto, um dos problemas iniciais a serem enfrentados por esta abordagem está no fato de que está longe de haver qualquer consenso na Ciência Política brasileira de que partidos políticos seriam de fato uma variável explicativa relevante para compreensão da arena eleitoral, especialmente no que se refere às disputas travadas no âmbito dos municípios.

Neste sentido, o presente trabalho caminha no sentido de corroborar com aqueles que acreditam que sim. Mas como se dá a dinâmica entre os partidos nas eleições municipais Brasil? Partidos políticos são determinantes nas eleições municipais? Para Almeida e Carneiro (2008),

O município é uma arena de disputa eleitoral e de decisões de governo com perfil, instrumentos e recursos específicos. Quando se trata de formar o governo municipal, as escolhas dos eleitores podem ser feitas considerando apenas suas consequências prováveis no âmbito local. Políticos podem traçar estratégias da disputa por votos sem se preocupar com o que ocorre nas outras esferas da Federação, os partidos, na busca por êxito em pleitos municipais têm de adaptar objetivos de escopo mais amplo às peculiaridades da competição em cada município. (p.407)

No entanto, como veremos mais adiante, a pesquisa destes autores levanta importantes indícios de que as eleições municipais possuem considerável correlação com as de governador, e para deputado estadual e federal (Almeida e Carneiro, 2008).

Há ainda outros exemplos de trabalhos recentes que corroboram para esta percepção, partindo de diferentes abordagens e perspectivas como no caso do sistema de financiamento partidário-eleitoral brasileiro que levaria a uma maior capacidade das instâncias nacionais de centralizar as decisões partidárias com

efeitos significativos em seus resultados eleitorais (Campos, 2009), análises sobre coligações eleitorais majoritárias municipais que sugerem entre outros aspectos que o partido do governador possui grande importância para compreensão da lógica desses acordos (Dantas, 2009), além de outro importante estudo que procurou ressaltar a “força” dos partidos políticos brasileiros na arena eleitoral ao relacionar sua organização interna com a forma como participam nas eleições municipais (Guarnieri, 2009).

Assim, no presente estudo dissertativo, pretende-se identificar e analisar a correlação de forças existente entre os partidos políticos no âmbito do Estado, a fim de encontrar indícios da existência de uma ou mais lógicas que norteiam suas participações nas eleições municipais fluminenses, considerando que o processo de nacionalização dos partidos políticos atinge sua capilaridade máxima no âmbito dos municípios.

Portanto, a partir da análise das eleições municipais de 1996, 2000, 2004 e 2008, no Estado do Rio de Janeiro, procurou-se compreender a atuação dos partidos políticos nessa arena, a partir de indicadores relativos à suas participações e desempenhos nos pleitos majoritários (prefeitos) e proporcionais (vereadores).

Outra contribuição que o presente estudo procura trazer está na utilização de dados relativos a finanças públicas e densidade eleitoral dos municípios (número de eleitores inscritos), permitindo considerável incremento da análise empreendida, na medida em que possibilita diferenciar a importância econômica e eleitoral relativa assumida pelos distintos municípios, no âmbito Estado.

Para tanto, foram utilizados dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (SEPLAG-RJ) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda que reconhecendo as limitações para realização de uma leitura bibliográfica aprofundada sobre o objeto do estudo e a incipiência de investigações sobre o tema, espera-se que as constatações alcançadas venham contribuir para uma melhor compreensão sobre a dinâmica das eleições municipais majoritárias e proporcionais, no contexto dos municípios fluminenses.

Partimos do pressuposto de que os partidos políticos possuem uma lógica imperativa expansionista. Os partidos disputam eleições municipais sempre querendo alcançar o maior número de mandatos, seja de prefeitos, seja de vereadores, no maior número possível de municípios. Os registros abaixo não fogem à regra, haja vista o que declararam alguns dos dirigentes partidários, citados a seguir, quando manifestam seu pensamento acerca da lógica do crescimento eleitoral de seus partidos.

“A lógica do PSDB-RJ é eleger 90 vereadores e muitos Prefeitos e se aliar, principalmente, aos partidos de oposição à aliança governista.” Deputado Luiz Paulo da Rocha - Presidente Estadual do PSDB, via twitter. (02/2012)

“O PMDB está organizado em todos os municípios. Vamos ter em torno de 64 candidaturas próprias. Vamos apoiar partidos aliados: PSD, PP, PTB, PDT, PT, PSB, PMN e PSC. Esse número é resultado da liderança do governador Sérgio Cabral. Essa aliança se reproduz na Cidade do Rio de Janeiro. Também temos a entrada do PPS, que durante dez anos nos fez oposição. Essa parceria foi conduzida pelo presidente do PPS no estado, deputado Comte Bittencourt e pelo deputado federal Stepan Nercessian. É uma aliança estratégica, de grande importância, que amplia nossas chances nas eleições. A expectativa é a melhor possível. Nós temos 38 prefeitos no estado e queremos eleger, pelo menos, 45 nas eleições deste ano, além de ajudar a eleger de 15 a 20 prefeitos dos partidos aliados. Jorge Picciani – Presidente Regional do PMDB-RJ (02/2012. Entrevista disponível no site do PMDB-RJ)

Como poderá ser observado mais adiante no presente estudo, o PMDB-RJ teve em 2008 uma taxa de sucesso eleitoral da ordem de 60% (tabela 9), ou seja, apenas 10% inferior à meta declarada pelo presidente regional da legenda na citação supra, o que indica ser algo perfeitamente exequível.

No entanto, conforme os achados do presente estudo irão sugerir, tal envergadura fica reservada apenas aos partidos que se encontram a frente do poder executivo estadual, e mesmo assim, eleger 45 prefeitos no Estado do Rio de Janeiro é, pelo menos até dias atuais, feito inédito, apesar dos expressivos resultados do partido nas últimas eleições afiançarem a ousadia de sua meta.

Caso o PMDB alcance aquilo que postula seu presidente na citação supra, terá controle direto de cerca de metade das 92 prefeituras do Estado, e, caso se confirme, de fato, a vitória de 20 candidatos de partidos aliados, contará com o alinhamento político de cerca de 70% dos prefeitos do Estado.

Considerando que tal envergadura não é regra, mas própria de partidos a frente do executivo estadual, quando o presidente regional do PSDB-RJ indica que a “lógica do partido é eleger 90 vereadores”, há também uma nítida referência à lógica imperativa expansionista anteriormente mencionada, tendo em vista que este corresponde ao número aproximado de municípios do Estado do Rio de Janeiro, e denota a importância que as direções partidárias regionais atribuem, não apenas à conquista de prefeituras, mas também à capilaridade de suas legendas nos legislativos municipais.

Em verdade, este pode ser visto como “lugar comum” no discurso e declarações públicas que, em geral, fazem as lideranças dos maiores partidos, e por vezes até mesmo presidentes regionais de partidos de menor expressão, sobretudo, durante a fase de coordenação pré-eleitoral, seja diante de microfones e holofotes da mídia, seja dirigindo-se a seus próprios correligionários, afirmando que seus partidos disputarão o máximo de cargos eletivos possível, em busca do maior crescimento eleitoral. No entanto, este cenário, na maioria das vezes, é quase improvável.

Se por um lado, as eleições para vereadores se mostram, de fato, como a arena na qual os partidos menores se difundem, conforme apontado por Santos (2009), na “difusão parlamentar do sistema partidário”, as eleições para

prefeito passam por outros filtros institucionais que ajudam a tornar a disputa bem mais acirrada.

Neste sentido, um dos elementos que esta dissertação procura evidenciar está em uma necessária diferenciação entre o peso político-eleitoral que os distintos municípios assumem, em especial, por sua dimensão econômica e sua densidade eleitoral.

Ora, não se pode comparar a importância da conquista da prefeitura da capital com a de um município com menos de 20.000 eleitores. Tampouco poder-se-ia considerar como equivalentes, as conquistas de Campos dos Goytacazes e São de Meriti, ainda que ambos possuam número semelhante de eleitores, tendo em vista a notória maior importância econômica relativa do primeiro, para o Estado do Rio de Janeiro.

Assim, buscando alcançar o objetivo estabelecido, esta dissertação organiza-se da seguinte forma: no capítulo a seguir é apresentada uma breve fundamentação teórica sobre partidos políticos e eleições municipais no Brasil. Já o terceiro capítulo apresenta inicialmente algumas considerações acerca dos contextos político e socioeconômico recente do Estado Rio de Janeiro, e em seguida passa a identificar e analisar a correlação de forças existente entre os partidos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a partir de dados empíricos relativos à suas participações e desempenhos dos nas eleições municipais ocorridas no período analisado.

Por fim, as considerações finais se dão no sentido de identificar, ainda que de forma modesta, alguns dos aspectos mais evidentes do comportamento dos partidos, ressaltando sua importância para compreensão da arena eleitoral dos municípios fluminenses.

2 - Partidos políticos e eleições municipais: uma breve fundamentação teórica

A literatura especializada sobre o tema dos partidos políticos é vasta e encontra distintas abordagens. Certamente que uma revisão mais aprofundada demandaria atenção à obra de autores clássicos como Mosei Ostrogorski, Max Weber, Robert Michels, entre outros.

Ostrogorsky é visto por muitos como um dos fundadores do processo de análise institucional, na medida em que de forma bastante precoce em relação ao surgimento das instituições democráticas modernas, já considerava o tema da representação política, observando as instituições políticas inglesas em comparação com as americanas.

Sobre os partidos políticos, sua obra já trazia uma primeira noção de *accountability*, embora de forma bastante pessimista, crítico que era da mitificação do sistema eleitoral como instrumento capaz de garantir liberdade e participação políticas, pois considerava que os partidos políticos transgrediam a ordem democrática que lhes fundara. (Ostrogorsky, 1970)

Segundo Freund (1987), para Max Weber, partidos políticos seriam organizações com finalidade de “proporcionar aos dirigentes o poderio no seio de um agrupamento político [o Estado] e aos militantes oportunidades ideais e materiais de realizarem objetivos precisos ou de obterem vantagens pessoais.” (p.164). Percebe-se aqui também uma visão levemente pessimista de Weber, ao indicar que embora gerasse oportunidades aos militantes, tinham como principal motivação constituir mecanismo de poder aos dirigentes.

Tampouco Michels trouxe qualquer alteração no quadro pessimista dos autores supra referidos. Segundo o autor,

reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica fundamental, que rege inelutavelmente os partidos políticos pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia (Michels, 1982)

Esta importância atribuída por Michels à forma como se originam e se organizam os partidos foi retomada e aprofundada por Panebianco, autor cuja contribuição será analisada parcialmente, na seção adiante, “Partidos Políticos sobre o ponto de vista Organizacional”.

Outra abordagem clássica que embora não seja aprofundada no presente trabalho possui elementos teóricos que lhe são caros é a teoria da escolha racional de Anthony Downs, em particular a partir da obra “Uma Teoria Econômica da Democracia”.

A Teoria da Escolha Racional pressupõe que diante de certas circunstâncias, os indivíduos agem racionalmente a fim de maximizar as possibilidades de alcançar suas metas e objetivos. Nesta linha, Downs indica que os partidos políticos seriam “um grupo de homens, formado livremente, que coopera principalmente num esforço de conseguir que alguns deles sejam eleitos”. (p.46)

No entanto, o autor percebe a armadilha conceitual contida no termo “grupo”, pois para seu modelo, é fundamental compreender os partidos não apenas como atores racionais, mas também atores unitários. Portanto, o autor assume uma definição, segundo a qual

um partido é uma equipe de homens que buscam controlar o aparato de governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída. Por equipe, entendemos uma coalizão cujos membros concordam sobre todas as suas metas, em vez de apenas parte delas. Desse modo, todos os membros da equipe têm exatamente as mesmas metas que todos os outros, já que também supomos que todos os membros são racionais, suas metas podem ser vistas numa ordem única e consistente de preferências (...) essa definição trata cada partido como se fosse uma única pessoa. (DOWNS, 1990. p.47)

Para Downs, os partidos não estão em busca de sucesso eleitoral com o intuito de formular e implementar políticas. Ao contrário, o autor acredita que os membros dos partidos estão voltados para as recompensas implícitas às conquistas de seus mandatos, tais como rendas, prestígio e poder. Portanto, na visão do autor, os partidos formulam políticas com objetivo de vencer as eleições, e não o inverso.

Portanto, na teoria de Downs os eleitores também são movidos pela lógica da racionalidade econômica de maximizar benefícios e minimizar custos. Neste sentido, percebe-se a importância atribuída aos partidos políticos na arena eleitoral, já que, para o autor, os eleitores votam no partido que julgam ser capaz de lhes proporcionar maiores benefícios.

Desta forma, Downs considera que os posicionamentos ideológicos dos partidos servem apenas como forma de se diferenciarem uns dos outros na busca do voto. O autor é enfático em dizer que

partidos políticos estão interessados em ganhar o poder *per se*, não em promover uma sociedade melhor ou ideal (...) a incerteza permite que os partidos desenvolvam ideologias como armas na disputa pelo poder (...) Definimos ideologia como uma imagem verbal da boa sociedade e dos principais meios de construir tal sociedade. (DOWNS, 1990. p.117)

Na escolha entre dois partidos, o autor indica que os eleitores fazem cálculos para saber de qual extrairá maiores benefícios, mantendo o partido que está no poder, ou votando no partido de oposição. Portanto, os eleitores seriam capazes de calcular o “diferencial partidário esperado”, ou seja, a diferença entre o que acredita “receber” do governo, daquilo que esperam do partido de oposição, caso vença as eleições.

Em síntese, a teoria de Downs nos dá subsídios para uma abordagem de cunho individualista metodológica, na medida em que pensa os partidos políticos como atores racionais e unitários, cuja ação estaria, pelo menos via de regra, direcionada para a maximização de seus ganhos, assim como a minimização de suas perdas, em particular no que se refere à arena eleitoral.

Na seção 2.1 são abordados autores cujas abordagens teóricas privilegiam as transformações pelas quais passaram os partidos políticos seja com relação ao seu surgimento nas primeiras democracias representativas, seja em tempos mais recentes (Duverger,1980; Kirchheimer, 1966; Mair,1997). Já a seção 2.2 focaliza a abordagem segundo a qual os partidos políticos podem ser melhor explicados pela forma como organizam-se internamente (Panebianco, 2005) . Estas duas abordagens foram consideradas especialmente oportunas na medida em que permitem revisar, ainda que de forma sintética, boa parte da literatura internacional clássica sobre o tema dos partidos políticos.

Na seção 2.3 faz-se percurso mais panorâmico e de contextualização da discussão sobre partidos políticos na literatura nacional, além de evidenciar aquilo que Santos (2009) denominou como a “difusão parlamentar do sistema partidário brasileiro”, assim como algumas considerações relevantes quanto ao comportamento dos partidos políticos brasileiros, em particular acerca das noções de “legendas de aluguel” e “partidos prestadores de serviços”, construtos teóricos que iluminam a análise do comportamento dos partidos, especialmente, nas eleições municipais proporcionais. (Kinzo, 1990, 1993, 2004; Lamounier e Meneguelo, 1986; Lamounier, 1986; Lima Junior, 1999; Mainwaring, 1991, 2001; Nicolau 1996; Santos 2006, 2009)

Se a literatura possui um quase consenso de que partidos importam na arena decisória, o mesmo não se pode afirmar sobre a arena eleitoral. A seção 2.4 aborda este debate, procurando evidenciar que os partidos políticos também “importam” na arena eleitoral brasileira. (Almeida e Carneiro, 2008; Braga, 2003; Campos, 2009; Ricci e Guarnieri, 2010; Santos, 2003)

Já na última seção do presente capítulo, há uma inevitável reafirmação da pertinência das teorias de Duverger (1980) e Panebianco (1990) para estudos que, como o presente, procuram compreender o comportamento dos partidos políticos na arena eleitoral dos municípios brasileiros, ainda que forma indireta, evidenciada pela importância da contribuição destes autores para a literatura nacional ali revista.

Assim, a seção 2.5 analisa o tema das coligações partidárias (DANTAS, 2007), e a questão do comportamento dos partidos políticos nesta arena quanto à decisão de lançar ou não candidaturas “próprias” para prefeitura dos municípios (Guarnieri, 2009).

2.1. Estudos sobre as transformações dos Partidos Políticos

Nesta seção serão destacadas algumas das principais contribuições teóricas de autores que abordaram o tema dos partidos políticos segundo as transformações pelas quais os mesmos vêm passando desde sua criação, no âmbito das democracias contemporâneas. (Duverger, 1980; Kirchheimer, 1966; Mair, 1997).

Maurice Duverger, diferentemente de Ostrogorsky, Weber e Michels, pode testemunhar a “consagração” dos regimes de partidos políticos. Se Weber destacava que diante da contínua democratização dos sistemas políticos, os parlamentares passaram a depender dos comitês eleitorais locais, aumentando a importância das agremiações partidárias, para Duverger, a via “parlamentar-eleitoral” já não era mais a única forma com que os partidos políticos estariam se originando. Havia também partidos com origem externa aos parlamentos. Neste sentido, sua obra procura dar ênfase nas implicações do tipo originário para o desenvolvimento de sua organização interna. (DUVERGER, 1980)

Assim, Duverger indica que a origem “parlamentar-eleitoral” era típica dos regimes censitários do século XIX, a partir de movimentos de associação ou cisão entre grupos de parlamentares. Estas seriam organizações fortemente baseadas na figura de seus líderes, e tenderiam a ser dotadas de baixo nível organizacional.

No entanto a “novidade” testemunhada por Duverger seria o surgimento de partidos de origem externa aos parlamentos, em boa medida impulsionados pela notável ampliação do sufrágio nos regimes democráticos europeus e a

incorporação de grandes contingentes populacionais, sobretudo, das classes médias e dos trabalhadores, em seus sistemas eleitorais.

Deste processo de transformação na forma originária dos partidos políticos, surgiriam os partidos de massa, formulação conceitual do autor que teria como exemplo os Partidos Socialistas criados pelos sindicatos trabalhistas, no âmbito dos quais seria possível o controle do grupo parlamentar pela direção partidária, e não o contrário. (idem)

Algumas outras posições de Duverger merecem destaque. Ao descrever a organização dos partidos políticos a partir de suas estruturas de base e respectivas formas de organização e articulação, o autor indica a tendência geral dos mesmos de serem controlados mais por grupos de parlamentares do que propriamente por suas direções partidárias.

Além do clássico conceito de partidos de massas, Duverger apresenta também a noção de partidos de quadros. Para o autor,

Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Pessoas influentes, de início, cujo nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe garantirão votos: a seguir, pessoas ilustres como técnicos, que conhecem a arte de manejar os eleitores e de organizar uma campanha; enfim, pessoas notáveis financeiramente que contribuem com o fator essencial: o dinheiro. (Duverger, 1980: p.100).

Portanto, Duverger (1980) indica que nos partidos de quadros os candidatos teriam meios próprios de financiamento eleitoral, e também seriam dotados de conhecimento técnico capaz de organizar a principal atividade deste tipo de partido: as eleições. Haveria uma tendência ao controle destes partidos por grupos de parlamentares unidos em torno de objetivos meramente eleitorais. Desta forma, o partido de quadros tenderia a configurar-se como organizações descentralizadas, com pouca interferência do centro em decisões locais.

Já Kirchheimer (1966) posteriormente diria que até a Segunda Guerra Mundial, os "*mass integration parties*", partidos ligados a classes ou grupos sociais bem

definidos, ainda desempenhavam papel relevante no sentido de ampliar o acesso dos cidadãos ao sistema político representativo, mas que, diante de inúmeros fatores dentre os quais, o final da Segunda Grande Guerra, as inúmeras conquistas de direitos, e a melhoria das condições de vida de parte considerável dos eleitorados dos países democráticos ocidentais, havia uma nova lógica em conformação, no âmbito da qual os partidos políticos entrariam em processo progressivo de perda de seus apelos ideológicos.

Para Kirchheimer (1996), findava o tempo em que as eleições eram fortemente determinadas pela mobilização de grupos sociais, os quais na maior parte das vezes dificilmente sequer viam muito sentido em buscar apoio eleitoral de outros grupos sociais.

No entanto, para o autor, as profundas transformações distanciavam as eleições de sua velha lógica pautada pela mobilização, aproximando-se mais da dimensão da persuasão. Indicava assim, que se tornava, cada vez mais comum, que indivíduos de grupos anteriormente herméticos, passassem a ser alcançados por estratégias e plataformas eleitorais mais amplas.(idem)

Neste sentido, o autor atenta para o surgimento daqueles que classificou como partidos *catch-all*, os quais cada vez menos providos de orientação ideológica adaptavam-se às novas realidades de expansão da arena eleitoral, norteados pela necessidade de ampliação de suas bandeiras políticas, diante de eleitorados cada vez maiores e mais heterogêneos.

Segundo Panebianco (1982), as principais consequências da conversão dos partidos políticos à lógica do *catch all* seriam sua desideologização e concentração de sua propaganda em temas mais abrangentes, atraentes, e aceitáveis por eleitorados mais amplos; maior abertura à influência de grupos de interesses, o que levaria a diminuição da influência de organizações classistas como sindicatos; redução do poder de decisão dos militantes de bases dos partidos; fortalecimento dos poderes de parlamentares e líderes partidários sobre seus partidos; perda de identidade dos partidos diante dos eleitores (p.479).

No entanto, conforme destacado por Mair (1997), os partidos não podem, ou pelo menos não deveriam levar esta lógica ao extremo, a ponto de se tornarem tão genéricos que não possuam qualquer identificação com bandeiras político-partidárias, pois tenderiam a sofrer mais perdas do que ganhos eleitorais.

Para Katz e Mair (2002), decorridas sucessivas eleições e constantes alternâncias de partidos no poder, estes teriam começado a deixar de operar exclusivamente com base em sua relação com seus eleitores, aproximando-se cada vez mais por conseguinte, do Estado. Haveria aí um efeito cíclico na medida em que esta aproximação com o Estado reincidiria na forma de um progressivo afastamento das lideranças em relação às militâncias de base dos partidos, e conseqüentemente tornando-se cada vez mais dependentes do financiamento e das benesses do Estado.

Ainda segundo os autores, os partidos passavam a certa condição de prestadores de serviço ao Estado, deixando de lado as suas funções anteriores de procura por apelos que melhor contemplassem anseios de seus eleitores. Também não teriam tanta preocupação com o recrutamento de militantes para o partido. A oligarquização não apenas levaria a cartelização dos partidos junto ao Estado, mas também a uma progressiva verticalização da estrutura interna dos partidos.

Um dos principais indicadores deste processo estaria na questão do aumento financiamento público dos partidos, além de cada vez maior, definido pelos próprios cartéis parlamentares. Entre outros aspectos, este processo levaria à manutenção das forças políticas já no poder, e dificultaria o surgimento de novos partidos no sistema.

Assim, certamente a principal contribuição de Katz e Mair (1995) é a ênfase dada a este processo de cartelização dos partidos políticos, atentando para o fato de que a crescente importância dos fundos estatais na vida partidária seria a origem do partido de “cartel”, os quais teriam fundos de financiamento predominantemente públicos, entendidos como uma espécie de comissão pelo

trabalho de intermediação com o Estado além de meramente relativos a seu necessário funcionamento. (p. 15-16).

2.2 Partidos Políticos sob o ponto de vista Organizacional

Panebianco (2005) inicia sua obra abordando aquilo que identifica como dilemas organizativos dos partidos políticos. Para o autor grande parte da literatura sobre partidos é permeada por dois tipos distintos de preconceito.

O primeiro seria um preconceito de essência sociológica, na medida em que muitos consideram as atividades dos partidos seriam, ou deveriam ser, reflexo das demandas dos grupos sociais aos quais representam, configurando-se como nada além da manifestação das divisões sociais no âmbito da política. Já o preconceito teleológico, segundo Panebianco igualmente difundido, consistiria em atribuir objetivos que dessem razão à existência de cada partido.

Panebianco demonstra não compartilhar da percepção de que partidos seriam organizações com fins exclusivamente eleitorais, e considera que a distinção entre partidos políticos deve ser feita levando em consideração o ambiente específico no qual desenvolvem uma atividade específica.

A obra de Panebianco atenta em especial para dois fatores que influenciariam a estrutura dos partidos: sua história organizativa, e as relações que o partido estabelece com o ambiente no qual está inserido, sujeito a alterações e transformações.

Portanto, a análise do autor se baseia em dois modelos, modelo originário, e a institucionalização. No primeiro, mesmo reconhecendo a história de cada partido, as circunstâncias nas quais foram criados possuem peculiaridades, pressupõe que certos aspectos comuns poderiam permitir certas classificações.

Neste sentido, o modelo originário de Panebianco é determinado por três fatores: i) Origem por penetração ou difusão territorial; ii) Presença ou ausência de organização patrocinadora; iii) Presença ou ausência de liderança carismática.

A origem por penetração territorial seria quando o partido se constitui de forma centrífuga, ou seja, de um determinado centro ele se expande para outras localidades, enquanto que a origem por difusão, em situação inversa, se daria a partir da união de grupos de regiões diferentes.

Panebianco considera que estes fatores terão influência direta no grau de institucionalização dos partidos. A origem por penetração tende a constituir um centro decisório mais coeso, mais favorável à criação de identidade partidária identificação dos eleitores com o partido, e ao fortalecimento da organização interna.

Quanta à origem por difusão, esta traria uma maior tendência a conflitos intrapartidários pelo controle do partido, enquanto que a existência de organização patrocinadora e lideranças carismáticas levaria as instituições partidárias a serem mais fracas do ponto de vista organizacional.

No caso da presença de organização patrocinadora porque os partidos se tornariam organizações de suporte a outras, ou seja, sujeitas interesses exógenos, na medida em que configurariam como braços políticos de organizações externas aos parlamentos. Já a presença de líder carismático na origem dos partidos levaria ao subdesenvolvimento da organização interna e consequente baixo grau de institucionalização.

Portanto, Panebianco propõe que estes fatores quando relacionados entre si produzem partidos com diferentes graus de institucionalização classificáveis num contínuo onde nos extremos estariam partidos de baixa institucionalização, e do outro, partidos fortemente institucionalizados.

Assim, o grau de institucionalização proposto pelo autor consiste em síntese, no indicador da autonomia do partido para fazer valer suas decisões e

perseguir seus objetivos, em relação às incertezas provenientes dos ambientes nos quais estão inseridos.

2.3 Partidos Políticos no contexto da literatura brasileira

Não apenas os estudos mais específicos sobre os partidos políticos brasileiros (Lamounier e Meneguelo, 1986; Lamounier, 1986; Mainwaring 1991, 2001), mas boa parte da literatura produzida pela ciência política brasileira a partir do final da década de 1980, via com boa dose de desconfiança as “escolhas” feitas pela Assembleia Constituinte, sobretudo, pelas continuidades no federalismo e nas eleições parlamentares proporcionais em lista aberta. (Abrucio, 1998; Abranches, 1988)

Para Lamounier e Meneguelo (1986) o Brasil, pelo menos naquele momento, consistia em “notório exemplo de subdesenvolvimento partidário”. Os partidos brasileiros teriam dificuldades intransponíveis para se tornarem organizações fortes, entre elas o federalismo e a predominância do executivo em relação ao legislativo, além de “incentivos” das leis eleitorais brasileiras que levariam a um exacerbado individualismo dos políticos brasileiros, no sentido de pouco comprometidos com as posições de seus partidos.

Esta posição crítica de Lamounier em relação ao sistema partidário brasileiro já podia ser vista pela sua desconfiança quanto aos efeitos do sistema proporcional adotado nas eleições parlamentares no Brasil, defensor que era (e ainda é) de sua substituição pelo sistema distrital uninominal, princípio majoritário para as eleições de deputados federais e estaduais, considerado mais adequado entre outras razões por seu efeito de contenção da acentuada fragmentação do sistema partidário brasileiro. (Lamounier, 1986).

Não obstante, Mainwaring (2001) soma-se aos pessimistas enfatizando entre outros aspectos a relação entre políticos e partidos no Brasil. Para o autor, sistemas partidários com grau de institucionalização relevantes deveriam ter

partidos fortes na perspectiva de suas organizações internas, o que resultaria em baixa volatilidade eleitoral, ou melhores condições para os políticos se reelegerem, além de maiores níveis de disciplina às recomendações de voto dos partidos a seus parlamentares. O autor identificou o caso brasileiro como marcado por altas taxas de volatilidade eleitoral, baixa disciplina partidária, além de baixo desenvolvimento organizacional dos partidos.

Ou seja, para Mainwaring, os políticos brasileiros estariam sempre sujeitos a um acentuado grau de incerteza quanto a seu êxito eleitoral, seriam menos fiéis às recomendações de voto de suas lideranças partidárias e que seriam, de uma maneira geral, instituições fracas do ponto de vista organizacional.

Dissonante desta visão estritamente pessimista, Kinzo (1990) ressaltou o papel dos partidos políticos no processo de transição democrática, destacando que os partidos adotavam posicionamentos razoavelmente bem definidos sobre questões relevantes discutidas pela Assembleia Constituinte. Pelo menos no período analisado pela autora, e em particular em temas de maior apelo diante da opinião pública, os partidos teriam mantido posições ideologicamente consistentes.

A autora destacou a peculiaridade da experiência autoritária no Brasil, onde o Estado, embora autoritário, tinha assumido perfil modernizador, e neste sentido, além de ter mantido algumas das instituições democráticas como eleições para a Câmara e Assembleias Estaduais, teria promovido mudanças relevantes no sistema político brasileiro.

Kinzo (1993), analisando o perfil político ideológico dos deputados federais brasileiros no período, indicou que a despeito de 80% deles já terem trocado de partido (migrações partidárias), os mesmos seguiriam, via de regra, trajetórias ideologicamente coerentes. A autora manteve, assim, sua aposta de que diante de situações com clivagens ideológicas nítidas, os partidos tenderiam a se manifestar de forma coerente conforme ocorrido na Assembleia Constituinte.

Neste sentido, Kinzo (1993) concluiu seu trabalho apontando para necessidade de mudanças incrementais capazes de inibirem a acentuada fragmentação partidária brasileira, ou seja, o acentuado número de partidos com mandatos legislativos na Câmara dos Deputados, como condição para a estabilização do sistema, ainda que sob a forma de um “pluripartidarismo moderado”.

O tema da alta fragmentação partidária do sistema político brasileiro também foi focado por Nicolau (1996). O autor identifica como fatores determinantes desta fragmentação a permissividade da legislação eleitoral e a magnitude dos distritos. No entanto, faz algumas ponderações importantes como, por exemplo, o fato de que apenas uma parte dos partidos políticos sobrevive à competição eleitoral, e que o sistema eleitoral em si não seria o principal fator que levaria à fragmentação eleitoral uma vez que os partidos maiores tenderiam a tirarem melhor proveito de suas regras.

Outra conclusão importante do autor está em afirmar que a fragmentação partidária não se reflete em riscos à democracia brasileira, nem ao desempenho dos governos nas áreas econômicas e sociais. No entanto, o autor ressaltou que a alta fragmentação partidária poderia levar ao aumento dos custos de decisão política, face ao aumento das barganhas em torno do processo decisório.

Em trabalho posterior, Kinzo (2004) procurou abordar as relações entre eleições, partidos e democracia no Brasil. Para a autora, a eleição de Lula (PT) representou demonstração cabal da consolidação das eleições e da democracia brasileira, sobretudo na perspectiva da “alternância do poder”. No entanto, a autora indica que

O cenário partidário aqui delineado – marcado por intensa fragmentação, fragilidade partidária, baixa inteligibilidade da disputa eleitoral e elevada volatilidade eleitoral – são evidências de que, ao longo desses dezoito anos de democracia, os avanços em direção à consolidação do sistema partidário foram bastante modestos. De modo que, a despeito de as eleições do último ano terem sido um marco na consolidação da democracia, o evento democrático que delas resultou – ascensão de um novo governo, apoiado por um partido de esquerda – está longe de significar um passo decisivo rumo ao fortalecimento do sistema partidário. (Kinzo, 2004. p.35)

Neste sentido, a autora indaga se existe, de fato, uma necessária relação entre o fortalecimento do sistema partidário e a consolidação da democracia brasileira. Para Kinzo, as experiências latino-americanas em geral, e a brasileira em particular, devem ser vistas distintamente das típicas “problemáticas” das velhas democracias tradicionais. Portanto, a conclusão da autora é no sentido de que não se deve esperar dos partidos de “novas” democracias como a brasileira, o mesmo papel desempenhado nas tradicionais democracias ocidentais, e que embora esta seja uma discussão eminentemente normativa, a mesma não deve ser evitada.

Outro autor que destaca as peculiaridades da democracia brasileira em relação às tradicionais democracias ocidentais é Wanderley Guilherme dos Santos. Segundo o autor, para compreender a democracia brasileira é fundamental que se faça nítida distinção entre “instabilidade política” e a “espantosa estabilidade nos desequilíbrios cumulativos na distribuição de bens”. Para o autor, estes últimos

São desequilíbrios aos quais se imputa, erroneamente, a condição de motor causal da instabilidade. Não o são. A instabilidade política, por um lado, e esta específica estabilidade, a da miséria, por outro, são geradas por sequências materiais distintas, uma delas tendo pouco em comum com os determinantes da outra. (...) A interrogação nacional estará satisfeita se descobrir por que as consequências difusas das mudanças institucionais produtivas têm sido impotentes para desestabilizar as desigualdades cumulativas (2006. p.15).

Portanto, Santos apresenta a noção de “instabilidade produtiva” referindo-se à evolução das instituições políticas brasileiras em constante modificação desde o fim da Segunda República e início do Estado Novo, na década de 30 do século XX.

Santos atenta para uma flagrante incapacidade das instituições em dar soluções às demandas semeadas com a grande expansão da arena eleitoral brasileira no século XX, onde o crescimento do país não foi acompanhando de alterações semelhantes no quadro de suas desigualdades materiais, produzindo assim um sentimento generalizado de impotência e incapacidade para reverter a referida “privação relativa”.

Para Santos (2006), há nítido desajuste entre as velocidades com que são alteradas “infraestrutura e rede nacional”. Assim, o autor ressalta a dinâmica peculiar da infraestrutura brasileira em relação às democracias mais antigas, a ponto das instituições superestruturais, leia-se “parlamentos, partidos, sistemas judiciários, executivos, grupos de interesse, eleições e o resto” (p.51), reagirem também de forma diversa, o que na perspectiva do autor evidenciaria que

(...) a tese geral da decadência democrática não se aplica ao Brasil, não sendo por esse motivo oportuna a sugestão de reformas de grande magnitude em suas instituições políticas, e muito menos, é obvio, procede a dogmática segundo a qual, mais do que reforma, as instituições estariam a exigir substituição por outras, orientadas pelo princípio da democracia direta. Esta é uma resposta equivocada a um diagnóstico incorreto da interrogação nacional. (idem. p.52)

Assim, a interrogação nacional consistiria basicamente em saber o quão produtivas podem ser certas instabilidades nacionais. Desta forma, o autor desdobra a “interrogação nacional” em questionamentos do tipo

Como explicar as trajetórias divergentes entre as pioneiras democracias representativas - particularmente no mundo nórdico e anglo-saxão, e seus efeitos positivos para a subversão do *status quo* conservador-oligárquico – e os sistemas representativos posteriores, o do Brasil entre eles, que não conseguem reproduzir a mesma trajetória? (SANTOS, 2006. p. 20)

Portanto, ressalta a peculiaridade da interrogação brasileira, sobretudo na medida em que suas principais ameaças não são as mesmas vivenciadas pelas tradicionais democracias. Para Santos os principais dilemas destas últimas, e que não dizem respeito à realidade brasileira seriam basicamente a descrença dos eleitorados na representatividade e na eficiência das instituições políticas, além do considerável decréscimo do associativismo nestas sociedades onde o ativa mobilização dos grupos sociais, via de regra, sempre ocorreu de forma exemplar, ou seja, jamais dependeu de estímulo ou controle estatal.

Mas o que seria esta conversão cívica sem precedentes? Por que Santos insiste que a mesma é fundamental para que possamos compreender a interrogação nacional brasileira? Em Horizonte do Desejo (2006) o autor aponta para “a expansão da arena eleitoral”, já em outro trabalho mais

direcionado ao tema dos partidos políticos, o autor trabalha com a hipótese da “difusão parlamentar do sistema partidário” (Santos, 2009). Passaremos agora a compreensão destes termos.

A síntese do argumento de Santos, baseado na “expansão da arena eleitoral” brasileira na segunda metade do século XX, cuja amplitude não há precedentes na história. Segundo o autor “No agregado Brasil, a taxa de crescimento populacional foi de 183%, alcançando o eleitorado o índice de 727% da expansão no mesmo período (1950-91)” (idem. p.57).

Ademais, Santos refuta os temores de que tenha ocorrido no começo da atual democracia brasileira um crescente “alheamento” do eleitorado brasileiro. O autor considera precipitadas as análises que tomam como base o período de 1986 a 1998, sobretudo pelo expressivo crescimento da abstenção eleitoral verificado entre a primeira e segunda eleição desta série (1986 e 1990), já que a eleição de 1986 apresentou excepcional comparecimento da ordem de 95%.

Portanto, excetuando-se as eleições da Constituinte (1986) as taxas de comparecimento do eleitorado brasileiro permaneceram praticamente estáveis e altas. Para Santos, tanto o comparecimento quanto o tamanho do eleitorado, vêm, proporcionalmente, crescendo em relação à população brasileira.

Santos pondera que,

“Os documentários e fotografias de eleições mostrando eleitores viajando em balsas rio abaixo para votar a quilômetros de distância, motivos de chacota na década de 1950 e tomados como prova de insuperável atraso nacional, eram, na realidade, indicadores de progresso, pois estavam recrutando para a disputa populações até então marginalizadas ou eleitoralmente ociosas. Na verdade, importava pouco se os transportes no interior eram fornecidos por cabos ou coronéis eleitorais. Relevante é a evidência de que cabos e coronéis estavam obrigados a alistar e transportar novos votantes, sem os quais não mais estaria assegurado sucesso na competição. (p.60)

Portanto, o argumento essencial é de que houve inegável fenômeno de conversão eleitoral no Brasil, algo segundo o autor, em velocidade e magnitude sem paralelos na história das democracias representativas. Se esta instabilidade institucional será produtiva ou não é outra questão, mas o autor

faz a necessária distinção entre instabilidade política e estabilidade das desigualdades cumulativas.

Relembrando o que Santos dissera sobre a singularidade da interrogação brasileira tendo em vista que as ameaças que assustam as democracias ricas não estarem presentes no Brasil, observando o crescente crescimento brasileiro às urnas, era de se esperar, como consequência natural, a multiplicação da demanda por representação no Brasil. A progressão do eleitorado como proporção da população brasileira pode ser vista no quadro 1.

Quadro 1– Progressão percentual do eleitorado brasileiro – 1950 a 2002.

ANOS	1950	1962	1970	1982	1990	2002
BRASIL	22,0%	26,4%	31,1%	49,5%	57,1%	67,8%

Fonte: Elaborado por Santos (2009) com dados do TSE e IBGE.

Enquanto nas democracias ricas o aumento da insatisfação com os procedimentos eleitorais se comprova pelo baixo contingente de interessados em competir por mandatos eletivos, no Brasil, especialmente a partir de 1986, iniciou-se acelerado crescimento da oferta de candidatos para as eleições legislativas.

Mais uma vez, Santos insiste que não sejam equiparadas dificuldades da democracia brasileira aos supostos males contemporâneos das democracias mais antigas. Dirá o autor que

Alarga-se de forma persistente a arena eleitoral brasileira, em movimento totalmente contrário ao que vem ocorrendo com as democracias tradicionais, conforme tem mostrado os teóricos da erosão do capital social. Não é em absoluto negligível a colaboração da competição eleitoral para a geração de instabilidades produtivas. (...) Efetivamente, a arena eleitoral constitui importante usina geradora de instabilidades produtivas. Prioritariamente, é na arena parlamentar que irão se refletir.” (Santos, 2009. p.82)

Assim, a luz do proposto por Santos, depreende-se que as eleições no Brasil seriam capazes de gerar instabilidades produtivas, inclusive no que se refere à relação entre eleitores e partidos políticos. Portanto, exemplo de instabilidade produtiva seria a virtude demonstrada pela democracia brasileira em garantir a alternância de poder como se observou nas eleições presidenciais de 2002, conforme destacado por Kinzo (2004).

Em consonância com estudos eleitorais de Lima Junior, Santos atenta para o equívoco de marginalizar a importância dos partidos de menor densidade eleitoral, principalmente quando se espera compreender o sistema partidário brasileiro exclusivamente pelo que se verifica nos resultados das eleições ocorridas em nível nacional.

Segundo Lima Junior (1999)

“há uma tendência para uma avaliação negativa dos partidos, dentro e fora do ambiente acadêmico, eminentemente negativa, que os considera ‘sem raízes’, desprovidos de conteúdo programático, partidos de aluguel. A avaliação pode até ser correta, mas falta-nos base empírica – sobretudo comparações internacionais – para subsidiar tais juízos de valor. São estudos sobre recrutamento, organização, ideologia e filiação, para citar uns poucos temas, que poderão, juntamente com as comparações intra e internacionais, permitir que efetuemos generalizações sobre a natureza de nossos sistemas partidários e seus processos de mudança”. (p.39)

Nesta linha mesma linha, Santos apresenta a tese da “difusão parlamentar do sistema partidário brasileiro” indicando que

O processo histórico real em andamento refere-se à nacionalização do sistema eleitoral, para cujo sucesso tem colaborado eficazmente os partidos cujo desempenho nacional é de escassa visibilidade. Estadual e localmente, contudo, são eles que incorporam à vida política institucionalizada enorme massa de brasileiros não atendidos pelos partidos de grande porte. Desprezá-los equivale a desprezar os votos dos eleitores que os mantém vivos. (Santos, 2009. p.18)

Assim o autor leva a cabo as advertências de Lima Junior e constrói a referida tese a partir de vasta base empírica sobre as eleições no Brasil, demonstrando a heterogeneidade do sistema partidário brasileiro quando consideradas todas as dimensões dos estados e dos municípios, e o papel relevante das ditas “legendas de aluguel”.

Para Santos, nada nos autoriza a considerar estas ditas legendas de aluguel, indicando que estariam melhor descritos pelo termo “partidos prestadores de serviço”. Para o autor, pelo menos no sistema partidário brasileiro, não é possível denominar “partidos de representação” apenas aqueles que possuem considerável presença na Câmara dos Deputados. Além disso, os considerados partidos de aluguel deveriam ser vistos, em verdade, como “partidos prestadores de serviço”. Em suas palavras

“o preconceito que sustenta a distinção entre os dois tipos de ‘partido político’, parece obedecer a um cânone abstrato do que deveria ser um genuíno partido de representação, a saber, um partido ideologicamente programático. Por esta métrica, elevado número de legendas, hoje em atividade, não atenderia à exigência de diferenciação ideológica, não cabendo por conseguinte, a qualificação de ‘representativas’. Sem questionar, embora fosse possível, a putativa diferenciação programática e ideológica dos considerados partidos de representação, isto é, aqueles de densa participação na Câmara dos Deputados, a recusa de qualquer grau de representatividade às outras legendas equivale a negar-lhes a possibilidade de que os eleitores as distingam, não enquanto concorrentes ideológicos, mas enquanto legítimos ‘prestadores de serviços’, longe da idéia simplificadora de que se tratam apenas de agências para a prática de comércio ilegal de influência. Se não é a ideologia que as diferencia, e se, ademais, o eleitorado recompensa a algumas e não a outras, só um preconceito contra o eleitor justificaria a desqualificação dos partidos prestadores de serviços, ideologias à parte, como sendo partidos prestadores de serviços, ideologias à parte, como sendo partidos ‘de aluguel’, sem representatividade.” (p.16)

Portanto, o argumento de Santos, edificado pela clareza com que percebe as peculiaridades da “interrogação nacional” brasileira, rejeita a armadilha conceitual da dicotomia “partidos de representação” versus “legendas de aluguel”. Os argumentos do autor são no sentido de evidenciar que o sistema partidário brasileiro se difunde pela via das eleições parlamentares, e seu grau

máximo de capilarização se verificaria justamente nas eleições parlamentares municipais, conforme evidenciado nas tabelas 1 e 2 (Santos, 2009).

Tabela 1 – Desempenho nas eleições para as Câmaras Municipais (CM) no Brasil entre 2000 e 2008, dos partidos com menos de 15 eleitos nas eleições da Câmara dos Deputados (CD) de 2006.

Partidos com menos de 15 eleitos para CD/2006	CM/2000	CM/2004	CM/2008
PAN	31	84	-
PC do B	150	272	608
PCB	1	9	13
PCO	0	4	0
PHS	131	321	354
PMN	387	478	594
PRB	-	-	778
PRONA	30	129	-
PRP	367	590	465
PRTB	166	241	261
PSC	734	739	1.144
PSDC	244	382	353
PSL	489	517	521
PSOL	-	-	25
PSTU	3	2	0
PT do B	176	314	328
PTC	61	311	331
PTN	82	224	320
PV	315	773	1.237
TOTAL	3.367	5.390	7.332

Fonte: TSE; Santos (2009. p.82)

Na tabela 1, Santos reitera seus argumentos sobre a importância dos partidos menores, com menos de 15 deputados na Câmara (ou 3%), na arena eleitoral dos municípios brasileiros. Os dados indicam que houve crescimento contínuo no número de vereanças vencidas pelos partidos listados. Em 2004, houve crescimento da ordem de 60% em relação a 2000 (de 3.367 para 5.390). Em 2008, o crescimento em relação a 2004 foi de 36% (5.390 para 7.332).

A seguir, na tabela 2, são apresentados os percentuais dos parlamentares eleitos pelas legendas de menor expressão no país.

Tabela 2 – Parlamentares eleitos por partidos pequenos no Brasil*

CD 1998	CD 2002	CD 2006	AL 1998	AL 2002	AL 2006	CM 2000	CM 2004	CM 2008
3,0	5,3	10,0	7,0	9,4	18,0	6,0	10,4	14,0

*Correspondem aos mesmos considerados na tabela 1, a saber: PAN, PC do B, PCB, PCO, PHS, PMN, PRB, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PSTU, PT do B, PTC, PTN, PV.

Fonte: TSE; Santos (2009. p.71)

Na tabela 2 evidencia-se o crescimento eleitoral agregado dessas legendas, demonstrando que tem ocorrido nos três níveis da federação brasileira de forma crescente e substantiva. Percebe-se ainda a força de sua argumentação em favor da ampliação do escopo de análise do desempenho eleitoral dos partidos para além das eleições para a Câmara dos Deputados.

2.4 Sobre a força eleitoral dos Partidos Políticos brasileiros

É ponto convergente na literatura especializada, sobretudo pela vasta agenda de pesquisa neo-institucionalista de Estudos Legislativos, o fato de que no Brasil, os partidos políticos possuem um peso fundamental para compreender questões como o comportamento parlamentar, a produção legislativa e as relações entre o Executivo e o Legislativo.

Para Santos (2003)

“O ponto de partida de toda a análise dos partidos políticos brasileiros no Legislativo deve ser o conceito de ‘presidencialismo de coalizão’. A combinação de sistema parlamentar fragmentado leva o chefe do Executivo, na intenção de implementar sua agenda de políticas públicas, a distribuir pastas ministeriais entre os membros dos principais partidos, na esperança de obter em troca o apoio da maioria do Congresso.” (p.84)

Após uma “invasão” de estudos estrangeiros e nacionais em alinhamento com as premissas da vertente “distributivista” dos estudos norte-americanos sobre o Poder Legislativo, os quais, via de regra, atentavam para a inviabilidade do presidencialismo de coalizão brasileiro, a agenda “partidária”, capitaneada pelas obras de Figueiredo e Limongi, teria vindo para resgatar a crença na capacidade das instituições políticas brasileiras, entre elas o Congresso Nacional, mas também nos partidos políticos brasileiros.

Ocorre que se de um lado o uso de variáveis exógenas ao processo decisório, tais como “sistema eleitoral” e “desempenho eleitoral”, constituíam a principal vulnerabilidade da crítica distributivista ao presidencialismo de coalizão brasileiro, por outro, o otimismo gerado pela melhor compreensão das relações executivo-legislativo, embasado no elemento “partidário” visto como “segredo eficiente” para o seu funcionamento, também não seria capaz de refazer o caminho em sentido inverso.

Em outras palavras, a vertente partidária derrubou os principais argumentos distributivistas ao dizer que tentavam criticar o funcionamento do Congresso Nacional brasileiro sem observar variáveis relativas a seu funcionamento interno em si. Se o argumento “partidário” passou a um quase consenso na Ciência Política de que partidos políticos são fortes e importam para o funcionamento da democracia brasileira, em particular na arena executivo-legislativo, o mesmo feito não se deu em relação à arena eleitoral, e parte dos cientistas políticos brasileiros ainda acreditam que encontrar a força dos partidos políticos nas eleições brasileiras seja, ironicamente, como procurar pelo “pote de ouro no final do arco íris”.

Portanto, há considerável consenso quanto à força dos partidos políticos no interior do Legislativo, ou seja, no processo decisório e nas relações entre o governo e o Congresso Nacional (executivo e legislativo). Mas e na Arena Eleitoral?

Alguns estudos têm destacado importantes evidências de que os partidos políticos brasileiros possuem considerável importância na arena eleitoral, a despeito do que predomina em quase todos os “cânones” anteriormente destacados.

Com base no padrão de comportamento dos partidos políticos nas disputas presidenciais, Ricci e Guarnieri (2010) ressaltam argumentos que reforçam a importância de melhor compreender a coordenação política que se dá no momento pré-eleitoral e suas lógicas. Inclusive como condição para que a Ciência Política contribua de forma mais efetiva para o fortalecimento da democracia representativa no Brasil. Sustentam que,

Se em 1989 PT e PSDB somavam apenas 28,7% dos votos no primeiro turno, já na eleição de 1994 o percentual era de 81,3%. Na de 1998, o percentual passou a 84,9%, em 2002 para 69,6%, subindo novamente em 2006 (90,3%) e 2010 (78,6%). Seria esse resultado fruto do acaso? Ou, ainda, deveríamos entender que tudo depende de candidaturas individuais? Mais do que mostrar que uma “terceira via” tem pouco espaço na política brasileira, essa preponderância do PT e PSDB mostra a capacidade destes partidos em “fechar” o mercado eleitoral na corrida presidencial. Os dois principais partidos brasileiros concentram mais de 2/3 do eleitorado porque costumam alianças eleitorais que impedem ou tornam inviável eleitoralmente que outros partidos grandes lancem candidatos à presidência (...). Portanto, grande parte do sucesso eleitoral do PT e do PSDB se deve ao que no jargão da ciência política, denominamos de coordenação pré-eleitoral. (Guarnieri e Ricci, 2010. p 8-9)

O trabalho de Braga (2003) procurou verificar o quanto os partidos políticos poderiam ser considerados nacionalizados no Brasil, sobretudo no sentido de seu grau de capilaridade e difusão pelo território nacional, analisando o funcionamento do sistema partidário brasileiro no período de 1982 a 2002. A autora chega a conclusões que ressaltam evidências de um gradual processo de nacionalização dos principais partidos.

Outra contribuição importante que se pode atribuir ao seu trabalho foi apontar para o fato dos maiores índices de volatilidade eleitoral, ou seja, de alternância de partidos no poder, terem ocorrido de forma mais acentuada em municípios de pequeno e médio porte, corroborando com a percepção de um processo de progressiva expansão eleitoral dos partidos no território nacional.

O trabalho de Campos (2009) também ressalta a força dos partidos políticos na arena eleitoral através de estudo aprofundado sobre o modelo de financiamento do sistema partidário-eleitoral brasileiro. Para o autor,

A relevância dos partidos nessa arena vai além das questões formais da competição, pelo fato de os candidatos só poderem efetivamente competir a partir dos partidos e pelo “monopólio do acesso” a cargos eletivos, no Brasil (Mainwaring, 2001). Há ainda o fato de, em um sistema eleitoral de lista aberta, o voto ser atribuído a um determinado candidato (que o obteve de forma personalista), mas ao mesmo tempo, aumentar as chances dos demais daquele partido ou coligação (Figueiredo e Limongi, 2007; Nicolau, 2007). Por baixo, esses argumentos tornam os partidos e as direções partidárias elementos importantes no cenário eleitoral, e, se são importantes por esses motivos, o são também pela classificação dos candidatos em “listas virtuais” (Schmitt, Carneiro e Kuschnir, 1999), como uma espécie de “fila informal” na distribuição dos recursos partidários repartidos pelas lideranças. Em outras palavras, os partidos (e as lideranças partidárias) têm um peso maior na arena eleitoral do que o atribuído pela literatura, independentemente do ângulo pelo qual se queira olhar. (p.171)

Campos destaca importantes argumentos para compreender que o sistema de financiamento partidário-eleitoral brasileiro tende a fortalecer as lideranças partidárias. A legislação eleitoral concede aos partidos políticos a prerrogativa de distribuir os recursos que lhes são destinados, o que maximizaria as chances de sucesso eleitoral de candidatos mais próximos ao centro decisório do partido. Por outro lado, este seria um contrapeso aos incentivos do sistema eleitoral os quais estariam, segundo visão corrente na literatura nacional e internacional, estreitamente relacionados ao comportamento individualista dos políticos brasileiros.

Para Campos (2009), se os partidos têm importância na arena legislativa tendo em vista os mecanismos institucionais evidenciados pelos “partidaristas”, a exemplo do poder de agenda e do colégio de líderes (Figueiredo e Limongi, 2001), na arena eleitoral as regras do financiamento do sistema partidário eleitoral teriam efeito semelhante, levando o autor a afirmar que “sob determinadas condições, o sucesso eleitoral pode ser delineado pelas estratégias partidárias e não unicamente como uma causa das escolhas individuais dos candidatos”. (p.173)

Por outro ângulo, Almeida e Carneiro (2008), embora reconhecendo que o federalismo é uma variável que poderia estimular a desconexão entre a

competição municipal daquelas travadas nos âmbitos estadual e nacional, apresentam resultados de pesquisa que sugerem importantes correlações entre as votações de prefeito, governador, deputados federais, estaduais e vereadores, sugerindo que a arena eleitoral dos municípios não pode ser explicada exclusivamente pelas forças que se movem em seu território.

Neste sentido, dirão Almeida e Carneiro (2008) que

A existência de articulação entre os níveis do sistema partidário, tanto no subsistema majoritário quanto no proporcional, foi confirmada nos cinco modelos testados. Há efeitos significativos das votações para prefeito sobre as votações para governador; das votações para prefeito e governador sobre as votações para deputado federal; das votações para prefeito, governador e deputado federal sobre as votações para deputado estadual; das votações para governador e deputado estadual sobre as votações para prefeito; e das votações para prefeito sobre as votações para vereador. (p. 424)

Assim, os autores apontaram também para importância fundamental de estudos que abordassem alianças e coligações partidárias como condição fundamental para avançar na compreensão da arena eleitoral dos municípios brasileiros. O trabalho de Dantas (2007) caminhou no sentido de preencher esta lacuna. O autor procurou compreender, a partir das eleições de 2000 e 2004, se existiria ou não alguma lógica capaz de explicar as alianças (coligações) dos partidos políticos nas eleições municipais.

Entre os achados do autor, destaca-se a influência dos partidos dos governadores nas alianças majoritárias municipais, em detrimento a alinhamentos ideologicamente consistentes e boa parte das conclusões de Dantas convergem com as previsões de uma gradual e contínua estabilização do sistema partidário brasileiro, como consequência da nacionalização dos partidos brasileiros, tal como identificado por Braga (2003). Dantas (2007) indica que

Parece possível supor que tal cenário pode ser compreendido como uma consequência da nacionalização de um sistema multipartidário fragmentado. Isso por que, para se implantar nacionalmente, as legendas precisam se estabelecer no maior número possível de municípios. Diante de tal desafio, se todos os partidos adotarem a mesma estratégia – o que é possível dizer que ocorre diante dos dados que apontam a expansão da presença das legendas nas cidades brasileiras – a quantidade dessas organizações em cada município será grande. Como, apesar de um aumento no número de partidos por cidade, a média de candidatos por município se mantém estável, a lógica de atuação municipal estará pautada na obrigatoriedade de celebração de alianças, uma vez que em eleições majoritárias existem poucos candidatos considerados viáveis. Se nesse caso todos os partidos estão na mesma situação, eles têm que agir da mesma maneira, negociando o apoio às candidaturas mais fortes em cada município, entrando na composição como vice, se apresentando como opção para o pleito proporcional, esperando a promessa de apoio nas eleições seguintes para o nível estadual e federal, ou ainda se amparando na possibilidade de divisão de benefícios trazidos pela conquista da prefeitura. (p.169)

Desta forma, Dantas apresenta uma boa síntese do que seria a lógica de expansão eleitoral dos partidos nas disputas municipais. Os partidos, via de regra, mover-se-iam pelo ímpeto natural de busca por maior capilaridade no território nacional. Para isso, as eleições municipais teriam importância fundamental e a lógica dos partidos certamente estará marcada pelo objetivo expansionista de conquistar o maior número de prefeituras e vereanças, no maior número de municípios que puderem alcançar.

No entanto, outros aspectos acerca da atuação dos partidos na arena eleitoral também precisam ser considerados, aqueles relativos à organização interna e ao ambiente no qual estão inseridos, e também as implicações do sistema de financiamento partidário-eleitoral brasileiras, das regras e práticas dos partidos em relação à coligações eleitorais, além de aspectos contextuais como posição do partido em relação ao executivo estadual.

Guarnieri adota a seguinte definição: “um partido político é uma associação que tem como fim a conquista do poder atuando na arena eleitoral – ao selecionar candidatos, apresentar propostas, mobilizar o eleitorado – e na arena decisória conquistando e mantendo maiorias” (2011. p.238). Já a distinção adotada pelo

autor entre partidos fracos e fortes, consiste na capacidade das direções partidárias controlarem a participação de seus partidos na arena eleitoral e decisória.

Neste sentido, vale ressaltar que esta percepção é consonante aos pressupostos da literatura neo-institucionalista sobre a capacidade das lideranças de centralizarem as decisões partidárias. De um lado há o quase consenso na ciência política brasileira de que, pelo menos na arena decisória, os partidos brasileiros são fortes. De outro, autores como o próprio Guarnieri, assim como Campos (2009), no que se refere ao financiamento do sistema partidário-eleitoral brasileiro, Dantas (2007) em seu estudo sobre as coligações majoritárias em eleições municipais no Brasil, são bons exemplos de avanços recentes, que ressaltam a importância dos partidos na arena eleitoral.

Antes de passar à análise das relações entre Organização dos partidos brasileiros e sua “força” na arena eleitoral dos municípios, faz-se mister dar ênfase ao tema das coligações partidárias neste quadrante da disputa eleitoral.

2.5 As candidaturas “próprias” e as coligações partidárias nas eleições municipais no Brasil

Na presente seção objetiva-se dar continuidade à revisão da bibliografia nacional especializada no tema dos partidos políticos nas eleições municipais brasileiras voltando-se mais especificamente para a questão das coligações, tema cuja referência ao presente estudo é, conforme anteriormente mencionado, o trabalho de Dantas (2007). Segundo o autor,

O senso comum é que em grande parte dos municípios brasileiros os partidos políticos 'não existem', vigorando interesses locais pautados até mesmo em conflitos familiares, que utilizam as legendas apenas como instrumento para disputa das eleições, uma vez que a lei eleitoral assim exige. Mas a crescente responsabilização das cidades em questões relacionadas às mais diferentes políticas públicas – como a saúde e a educação, por exemplo, e os volumosos repasses das áreas federal e estadual para o desenvolvimento de ações, sugerem a possibilidade de alinhamento entre os interesses dos grupos nos municípios e as demais esferas administrativas. Nesse caso, a despeito dos aspectos puramente locais, seria possível supor uma lógica de alinhamento entre os partidos. (DANTAS, 2007. p.20).

Assim, partindo de acurada revisão bibliográfica sobre os principais referenciais teóricos da literatura especializada sobre partidos políticos, o autor indica que apenas dois autores clássicos teriam feito considerações mais específicas e pertinentes sobre o tema das coligações eleitorais, pelo menos para análise do caso brasileiro.

Segundo o autor, Panebianco (1990) e Duverger (1980) caminham na mesma direção quanto ao tema das coligações partidárias eleitorais. A síntese da contribuição de ambos autores é apresentada por Dantas destacando em primeiro lugar que as regras eleitorais tem forte influência sobre os partidos e as alianças eleitorais que celebram entre si. Já quanto à questão do multipartidarismo a teoria dos referidos autores preveria que desta característica decorrem configurações mais complexas e por vezes marcadas por acordos eleitorais de menor consistência ideológica.

Outros dois pontos convergentes identificados resultariam na percepção de que as eleições de turno único tenderiam a uma configuração bipolar, e também que os acordos eleitorais em sistemas federativos não necessariamente se repetem local e nacionalmente. (Dantas, 2007. p.42)

Na esteira do primeiro ponto de convergência destacado entre as teorias de Duverger e Panebianco, Dantas analisa alguns aspectos institucionais relacionados à celebração das alianças eleitorais nas eleições municipais brasileiras que merecem destaque.

Dantas (2007) indica o Brasil parece estar marcado por certa tendência histórica na qual ora houve total permissividade para realização de coligações eleitorais no Brasil, ora postulou-se a mais absoluta proibição, embora tenham havido alguns pontos intermediários em determinados períodos.

No entanto, o autor destaca que não obstante a questão da verticalização, entendida como situação antagônica entre, de um lado o Poder Judiciário buscando impor ordem nacional ao sistema em suas interpretações, de outro o Poder Legislativo, aparentemente demonstrava compreender que os partidos se organizam de formas distintas nos diferentes quadrantes das disputas. Dantas (2007) indica que, a questão das coligações no âmbito das eleições municipais, de forma distinta, não teria sido em momento algum objeto deste tipo de investida reformadora, sequer pelo Poder Judiciário, tampouco por representantes da classe política.

Assim, sua análise indica que do ponto de vista legal, os partidos políticos possuem considerável grau de autonomia para determinar suas coligações nos municípios, não havendo impedimentos ou restrições expressivas, e ficando à cargo dos próprios partidos determinarem quaisquer limites à sua política de alianças.

Outra abordagem relevante do trabalho de Dantas foi investigar se as coligações eleitorais nos município estariam mais diretamente relacionadas à correlação de forças entre os partidos no âmbito nacional, ou dos estados. Termina por concluir que a análise da influência da dinâmica nacional é pouca ou nenhuma, e que no plano estadual merece destaque a importância do partido do governador, tendo em vista a divisão natural das forças político-partidárias entre forças de oposição e situação, esta última muitas vezes sendo capaz de atrair, em virtude de sua condição de governo, acordos considerados ideologicamente ininteligíveis, ou inconsistentes.

Neste sentido, as conclusões do autor destacam que

No cenário eleitoral municipal algumas evidências foram obtidas, sobretudo no que diz respeito à busca por características que explicassem o posicionamento dos partidos nas alianças para as disputas majoritárias. Assim, é possível afirmar que a hipótese central desse trabalho foi verificada: existe uma lógica capaz de explicar, ao menos em parte, o comportamento das legendas em torno de milhares de candidaturas às prefeituras. Tal questão, no entanto, não consegue captar plenamente particularidades municipais que se afastam dos indicadores amplos utilizados nesse trabalho. Assim, o que não parece possível afirmar é a existência de uma lógica única que contemple o posicionamento das legendas nas milhares de eleições avaliadas. Mas fica evidente o fenômeno de governismo e um interesse maior pelas legendas dos governadores dos estados. (Dantas, 2007. p.162)

Outro ponto que se faz necessário para que se continue avançando na compreensão dos partidos políticos na arena eleitoral dos municípios brasileiros diz respeito a uma decisão crucial que precisam tomar ainda no âmbito do processo pré-eleitoral: a decisão de ter ou não candidatura própria na disputa majoritária.

Esta é, sem dúvidas, a principal contribuição da tese de doutorado de Fernando Guarnieri, “A força dos ‘partidos fracos’ - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seus impactos na coordenação eleitoral” certamente está na originalidade com que chamou atenção para relação entre a Organização Interna dos Partidos Políticos brasileiros e sua propensão a lançar candidaturas próprias, ou não, nos pleitos majoritários municipais.

Guarnieri ressalta que embora muito se fale sobre possíveis efeitos deletérios atribuídos ao multipartidarismo brasileiro, jamais havia sido realizados testes acerca dos efeitos de uma proposição cuja força no âmbito da Ciência Política lhe confere nada menos que o *status* de lei, a Lei de Duverger. Tendo se proposto a tal desafio, dirá o autor que

O teste da lei de Duverger mostrará que o efeito redutor dos sistemas majoritários se aplica ao caso brasileiro. Veremos que no Brasil prevalece a coordenação por meio de coligações eleitorais e, quando esta coordenação falha, os eleitores exercem o chamado “voto estratégico”. Nossa análise sobre a organização partidária e sobre a coordenação eleitoral levará à hipótese de que o tipo de organização partidária tem impacto na decisão de um partido em lançar ou não candidato. (GUARNIERI, 2009. p.19)

Portanto, fica clara a força dos mesmos autores clássicos que nortearam o trabalho de Dantas (2007), também centrais ao trabalho de Guarnieri. Não apenas Duverger, mas também Panebianco, conforme visto anteriormente, são referências fundamentais em estudos que consideram a questão da organização interna dos partidos políticos.

Os testes de Guarnieri acerca da Lei de Duverger são contundentes ao indicarem que em disputas majoritárias, incluindo Prefeito, Governador e Presidente, mesmo quando a coordenação pré-eleitoral não ocorre, ou ocorre de forma apenas parcial, os eleitores acabam fixando seus votos em candidatos considerados “viáveis”, o que, via de regra, reduziria a disputa a dois, no máximo três candidatos com expressão eleitoral significativa.

Assim, Guarnieri (2009) lança olhar atento sobre a organização interna dos partidos brasileiros. Segundo o autor, os partidos brasileiros possuem seis tipos de órgãos partidários, sendo; os órgãos de deliberação (I), que são convenções nacional, estadual, municipal e zonal, são instâncias responsáveis pela escolha dos candidatos, coligações e alianças eleitorais, programa e estatuto do partido, entre outros. Os órgãos de direção partidária (II), os quais elegem as comissões executivas, responsáveis pelos processos internos dos partidos, definição das regras de funcionamento das convenções, baixando normas que regulamentam os estatutos, entre outras.

Já aos órgãos de ação parlamentar (III), que são as bancadas parlamentares do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, compete orientação de voto parlamentar, e decidir sobre participação do partido nos governos. Há também órgãos

auxiliares (IV) como conselhos de ética e conselhos fiscais, os quais são responsáveis pelas finanças e cumprimento de deveres dos filiados.

Os órgãos de pesquisa, doutrinação e educação política (V) são na maior parte dos casos, fundações ou institutos, cuja missão é implícita à sua natureza. São órgãos de pesquisa e de formação política. Já os órgãos de cooperação (VI) são núcleos ou secretariados que representam segmentos sociais como juventude, mulheres, negros, entre outros.

O quadro 2 apresenta estas definições permitindo melhor visualização comparativa entre os distintos tipos de órgãos partidários identificados e analisados por Guarnieri. (2009)

Quadro 2 – Descrição dos Tipos de Órgãos Partidários no Brasil, segundo Guarnieri (2009)

Órgãos de deliberação (I)	Órgãos de direção partidária (II)	Órgãos de ação parlamentar (III)	Órgãos auxiliares (IV)	Órgãos de pesquisa, doutrinação e educação política (V)	Órgãos de cooperação (VI)
Constituem as convenções nacional, estadual, municipal e zonal, instâncias responsáveis pela escolha dos candidatos, coligações e alianças eleitorais.	Elegem as comissões executivas, responsáveis pelos processos internos dos partidos, definição das regras de funcionamento das convenções, baixando normas que regulamentam os estatutos, entre outras.	São as bancadas parlamentares do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, compete orientação de voto parlamentar, e decidir sobre participação do partido nos governos.	Constituem os conselhos de ética e fiscal, os quais são responsáveis pelas finanças e cumprimento de deveres dos filiados.	São na maior parte dos casos, fundações ou institutos, cuja missão é implícita à sua natureza, com destaque para as ações pesquisa e de formação política.	São núcleos ou secretariados que representam segmentos sociais como juventude, mulheres, negros, entre outros.

Fonte: Elaboração própria a partir de Guarnieri (2009)

Assim, Guarnieri indica que os órgãos mais determinantes das estratégias empregadas pelos partidos na arena eleitoral são os deliberativos e os de direção. Para o autor, controlar a Convenção Nacional pode ser visto como

sinônimo de controlar as escolhas dos candidatos e a definição das alianças e estratégias eleitorais.

Destaca ainda que em formato ideal as Convenções consistem em um mecanismo de deliberação da base para o topo, já que seu ponto de partida seriam as convenções municipais, as quais elegem os delegados dos municípios para as convenções estaduais, que de igual forma, elegem os delegados dos estados para as Convenções Estaduais.

No entanto, o autor demonstra que um dos mecanismos mais relevantes para a definição o grau de centralização decisória dos partidos está no uso estratégico que fazem das comissões provisórias. Originalmente concebido para garantir a presença dos partidos em locais onde não tenha ainda conseguido se estruturar de forma mais definitiva, quando passariam então à condição de diretórios, seu uso nitidamente iria além.

Assim, analisando este uso estratégico das Comissões Provisórias pelos partidos, considerará a proporção de seu uso, em oposição ao número de diretórios municipais dos partidos para propor uma tipologia referente ao grau de centralização do poder no interior dos partidos brasileiros. A partir deste critério, Guarnieri (2009) chega à seguinte tipologia¹:

- i) partidos poliárquicos, ou organizados (PT, PSDB e PMDB);
- ii) partidos oligárquicos de organização mista (PP, PDT e DEM);
- iii) e partidos monocráticos não organizados (PTB).

Neste sentido, autor indica que quanto mais organizado em diretórios for o partido, mais propenso será a lançar candidaturas próprias, uma vez que esta forma de organização possui maior autonomia para tomar decisões de alcance local do que as comissões provisórias, mais propensas a intervenções decisões contrárias de instâncias partidárias superiores.

¹ O trabalho de Guarnieri atém-se a análise dos ditos sete partidos grandes brasileiros, seguindo a definição de Figueiredo e Limongi, 2002. (PMDB, PSDB, PFL, PDT, PT, PP e PTB)

O presente estudo não se propõe a reproduzir os exercícios de Guarnieri acerca da Lei de Duverger, tampouco de aplicar sua tipologia para classificar os partidos políticos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. No primeiro caso por acreditar testar a Lei de Duverger apenas para o Estado do Rio de Janeiro pouco acrescentaria aos resultados já encontrados pelo autor.

Com relação à tipologia de Guarnieri, seriam necessários dados que minimamente permitissem identificar de que forma os partidos estão organizados nos municípios do Estado. Tais dados são disponibilizados pelo TSE apenas para consulta da situação atual dos partidos, o que não seria suficiente, pois, para que reproduzir tal exercício, seria necessário ter acesso a dados que indicassem se os partidos estavam organizados nos municípios fluminenses na forma de Comissões Provisórias ou de Diretórios, nas etapas pré-eleitorais, ou seja, nos momentos que antecederam as eleições de 1996, 2000, 2004 e 2008, que são nosso objeto de análise.

Portanto, para efeito do presente estudo importa destacar a noção geral da tipologia do autor segundo a qual, quanto mais organizado for o partido, maior a possibilidade de que o mesmo venha a ter candidatura própria para prefeito, associado aos resultados do teste para Lei de Duverger que fizeram com que o autor, em suas conclusões indicasse que,

Tipicamente podemos esperar que nas eleições para prefeito tenhamos menos de três partidos na disputa e nas eleições para governador e presidente tenhamos menos de quatro partidos efetivos. Quando isso não ocorre o eleitor irá votar estrategicamente e a diferença do segundo para o terceiro, no caso da eleição municipal, ou do terceiro para o quarto, no caso das eleições de dois turnos, será muito grande. A vítima do voto estratégico será quase sempre o partido que não tinha chances de vitória e mesmo assim entrou na disputa, este partido provavelmente é um partido onde o controle sobre as decisões estratégicas é descentralizado. (Guarnieri, 2009. P. 173)

3 - Partidos políticos nas eleições municipais no estado do Rio de Janeiro

Antes de passar à análise da participação e desempenho eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro é pertinente tecer algumas considerações acerca das peculiaridades dos contextos político e socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro. A primeira seção do presente capítulo procura, de forma sintética, satisfazer esta necessidade.

Já na segunda (seção 3.2) são apresentados dados empíricos que procuram permitir uma primeira observação acerca da participação e do desempenho dos partidos nas eleições municipais do Estado do Rio de Janeiro ao longo das quatro eleições municipais ocorridas entre 1996.

Em seguida, na seção 3.3 apresenta-se uma análise individualizada dos principais partidos procurando evidenciar a importância estratégica de suas conquistas eleitorais recentes, dando ênfase à densidade eleitoral e as receitas orçamentárias dos municípios onde os mesmos obtiveram êxito nas disputas majoritárias. E por fim, a seção 3.4 aborda a participação e desempenho dos partidos nas disputas em segundo turno ao longo do período analisado.

3.1 Breves considerações sobre o Estado do Rio de Janeiro na nova democracia brasileira

Há dois aspectos centrais às contextualizações dos cenários político e socioeconômico recentes, do Estado do Rio de Janeiro, empreendidas na presente seção.

No primeiro caso, destaca-se o peso político da capital vis a vis o poder executivo estadual, e o contexto de acirradas disputas entre os partidos de seus prefeitos e os dos governadores do Estado. Conforme será evidenciado, levou-se mais de vinte anos, e seis eleições municipais, até que, em 2008, novamente um candidato apoiado e do mesmo partido que o governador do Estado fosse eleito prefeito da capital, o que acontecera apenas na primeira eleição municipal, em meio ao processo de transição democrática brasileiro nos anos de 1980, quando Saturnino Braga fora eleito com o apoio de Leonel Brizola.

Já na subseção 3.1.2 são evidenciadas além de informações gerais acerca da organização socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro, procura-se ainda dar especial atenção a novas dinâmicas na economia dos municípios fluminenses, em virtude, sobretudo, do ciclo recente de grandes investimentos experimentado na última década. Destaca-se os impactos de investimentos como o Porto do Açu, Complexo Barra do Furado, Arco Metropolitano, Complexo Petroquímico de Itaboraí, REDUC – Refinaria de Petróleo de Duque de Caixas, entre outros, destacando novas dinâmicas econômicas que tem proporcionado considerável incremento no volume de receitas correntes municipais.

3.1.1. Cenário político do Estado do Rio de Janeiro: contexto recente

Tal contextualização se faz necessária, tendo em vista que a referida análise se deparou com inúmeras evidências de que existe uma relação direta entre o desempenho eleitoral das legendas nas eleições municipais com os contextos político-partidários sendo fortemente determinados pelas disputas em torno do controle do poder executivo estadual e da capital.

Conforme explicitado na tabela 1, pode-se perceber que houve constante alternância entre as legendas que governaram o Rio de Janeiro. Embora o PDT, o PMDB, o PSDB e o PSB tenham eleito governadores, é possível dizer que as principais e eleitoralmente mais fortes legendas nas disputas pelo executivo estadual desde 1982 foram o PMDB e o PDT.

Em 1996, primeiro ano da série histórica analisada pela presente dissertação o governador do Estado do Rio de Janeiro era Marcello Alencar, político carioca de origem brizolista, e portanto do PDT, porém eleito governador pelo PSDB. Antes de ascender ao cargo de governador, Alencar foi prefeito do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1986, não eleito pelo voto, mas por indicação do então governador Leonel Brizola.

Já na segunda vez que foi prefeito da capital, desta vez eleito, Alencar tentou indicar, sem sucesso, o candidato do PDT para sucedê-lo. No entanto, Leonel Brizola, liderança maior do partido, impôs outra candidatura, da atual deputada estadual, ainda pelo PDT, Cidinha Campos.

Insatisfeito com a posição do Governador Brizola e por ser detentor de altos índices de popularidade na capital, Marcello Alencar e um grupo de políticos ligados a ele, dentre os quais, Luiz Paulo Corrêa da Rocha, o preterido para sua sucessão na capital do Rio de Janeiro, deixaram o PDT e filiaram-se ao PSDB. Em 1994 Marcello Alencar e Luiz Paulo Corrêa da Rocha compõem uma chapa “puro sangue”, ou seja, candidato e vice, ambos do mesmo partido, e derrotam Anthony Garotinho, candidato do PDT.

Em 1998, embora a popularidade de Marcello Alencar já não fosse a mesma de quando deixou a prefeitura do Rio de Janeiro, mesmo assim era cotado para tentar a reeleição, sobretudo diante da recém aprovada emenda constitucional² que permitia a reeleição para os cargos eletivos de chefia do poder executivo nos três níveis da federação.

A despeito da aliança nacional estabelecida naquele ano entre PSDB e PFL, o principal adversário político na disputa pelo executivo estadual do Governador Marcello Alencar, caso fosse para a tentativa de reeleição, seria o prefeito que o sucedera na capital, César Maia, também egresso do PDT de Brizola, mas então prefeito do Rio de Janeiro, eleito pelo PMDB, em 1992.

No entanto, nem Alencar foi candidato à reeleição, tampouco o prefeito Cesar Maia obteve sucesso nas eleições de 1998. Marcello Alencar havia sido eleito junto com Fernando Henrique Cardoso, e aparentemente desta vez a política nacional teria fundamental par dar contornos à disputa regional. A aliança de esquerda PT/PDT, na qual teve Leonel Brizola como vice de Lula na corrida presidencial daquele ano, em contrapartida contou com a densidade eleitoral da então senadora do PT, Benedita da Silva, eleita vice na chapa do PDT, de Anthony Garotinho.

Com uma aliança de esquerda (PDT / PT / PSB / PC do B) capaz de lhe agregar densidade eleitoral na capital, e a despeito da força tradicional do PDT e de seu bom desempenho em 1994, Anthony Garotinho surgiu como uma “terceira via”, e venceu o prefeito licenciado da capital César Maia, no segundo turno, com substantiva vantagem contra forças teoricamente favoritas à disputa na medida em que de um lado, além do prefeito, havia candidato apoiado pelo governador.

² Com a aprovação de emenda constitucional número 16, de 1997, o artigo inciso 5º do artigo 14 da Constituição Federal brasileira passou a ter a seguinte redação: “O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser **reeleitos** para um único período subsequente.” No texto anterior: “São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.”

A coligação do PSDB concorreu com o então vice-governador Luiz Paulo Corrêa (PSDB / PMDB / PL / PSD) e sequer chegou ao segundo turno. O prefeito César Maia (PFL / PPB / PTB) foi derrotado por Garotinho, e o PFL jamais sequer tornou a voltar a disputar o segundo turno da disputa pelo executivo estadual, e com exceção de 2000, quando foi derrotado pelo PTB no segundo turno da capital, justamente para Cesar Maia, também não participou de mais nenhuma disputa em segundo turno de municípios.

Embora eleito pelo PDT, a exemplo do que ocorrera com Marcello Alencar, a relação de Garotinho com Leonel Brizola, principal liderança histórica do partido, começa a se atritar desde o momento das indicações iniciais para os cargos de primeiro escalão do governo do Estado. Assim, em 2000, Garotinho deixou o PDT em cerimônia realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na ocasião, se desfilaram do partido além do governador, cinco dos oito deputados federais da legenda, e 14 dos 17 deputados estaduais.

Com evidente popularidade e uma carreira política ascendente, ainda que meteórica, Anthony Garotinho, se candidatou à presidência em 2002 pelo PSB obtendo 15.180.097 votos (17,86%), ficando em terceiro lugar, um feito que sem dúvida contribuiu, em grande medida, para a eleição, em primeiro turno, de Rosinha Garotinho, sua esposa e candidata à sucessão no governo do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, se o PSB havia sido enxertado com o grupo político do então governador Garotinho, mais adiante também experimentaria na “própria pele” os efeitos de mais uma de suas migrações partidárias. Em 2003, Garotinho e Rosinha deixaram o PSB e filiaram-se ao PMDB. Desde então, o PMDB passou a ser o partido à frente do Poder Executivo estadual até a presente data.

A tabela 3 apresenta os governadores eleitos a partir de 1982 e suas respectivas filiações. Destaca-se também o fato de que, embora num quadro partidário com elevado número (absoluto) de partidos, quatro legendas terem

sagrado-se vitoriosas em oito disputas pelo executivo estadual, refletindo moderada, porém constante alternância no controle partidário do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao longo de três décadas.

Tabela 3 – Governadores eleitos no Estado do Rio de Janeiro (1982-2010)

Eleições	Governador Eleito	Partido
1982	Leonel Brizola	PDT
1986	Moreira Franco	PMDB
1990	Leonel Brizola	PDT
1994	Marcello Alencar	PSDB
1998	Anthony Garotinho	PDT
2002	Rosinha Garotinho	PSB
2006	Sérgio Cabral Filho	PMDB
2010	Sérgio Cabral Filho	PMDB

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados eleitorais do TSE

Considerando as oito eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro têm-se que o PDT e o PMDB foram responsáveis por três vitórias nas urnas cada partido, ou 37,5% do total das eleições disputadas. Já o PSDB e o PSB, representaram 12,5%, com uma vitória cada. Nominalmente, tanto Leonel Brizola quanto Sérgio Cabral alcançaram 25% (ou duas vitórias, cada um) nas oito eleições sob análise.

Vale ressaltar que, a trajetória política do atual governador se difere dos demais eleitos no Estado desde 1982, sobretudo por sua carreira parlamentar. Há um nítido contraste com os demais, Marcelo Alencar e Anthony Garotinho, os quais haviam sido prefeitos de seus municípios, enquanto Leonel Brizola foi o único político na história do Brasil a governar dois estados diferentes, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em 1990, Sérgio Cabral Filho foi eleito pela primeira vez deputado estadual. Em 1992, lançou-se candidato à prefeitura da capital com *slogan* que

ressaltava a popularidade do prefeito Marcello Alencar, do PDT, ao dizer: *“Quero ser o um novo Marcelo, mas sem o Brizola para atrapalhar”*. No entanto, sua candidatura ficou entre as últimas colocadas.

Mesmo assim, foi eleito deputado estadual novamente em 1994. Em 1996, em nova tentativa de eleger-se prefeito da capital, Cabral chegou ao segundo turno, mas foi derrotado por Luiz Paulo Conde, candidato pelo PFL, do prefeito César Maia. Novamente foi eleito para a ALERJ em 1998, e em 1999 deixou o PSDB filiou-se ao PMDB e começou aproximar-se do então governador, Anthony Garotinho. Em 2000 estava cotado para ser o candidato do PMDB à prefeitura do Rio de Janeiro, desistiu e decidiu apoiar o candidato Luís Paulo Conde do PFL.

Na ALERJ Cabral foi presidente da mesa diretora em 1995, 1997, 1999 e 2001. Em 2002, candidatou-se ao senado pelo PMDB e foi eleito no mesmo palanque da então Governadora Rosinha Garotinho. Antes de Sérgio Cabral, nenhum outro governador havia postulado reeleição, e em 2010, obteve seu segundo mandato com vitória no primeiro turno.

À exceção de Saturnino Braga, eleito em 1985, em nenhuma das demais eleições para prefeitura do Rio de Janeiro, pelo menos até 2008, o candidato de um partido à frente do governo estadual sagrou-se vitorioso.

Importante ressaltar que Saturnino Braga já era Senador pelo MDB quando ingressou no PDT de Brizola em 1982, e foi reeleito ao Senado já por essa legenda naquele mesmo ano. As eleições de 1985 foram convocadas de forma relativamente inesperada, e tinham como objetivo eleger prefeitos para mandatos do tipo “tampão”, com duração de apenas três anos, de forma a regularizar o calendário eleitoral.

Como Leonel Brizola tinha sido eleito com ampla vantagem, e Saturnino era o senador com o nome mais forte do PDT para a disputa, numa eleição com elevado número de candidatos, a exemplo do que ocorreria também na disputa

presidencial de 1988, Saturnino foi eleito, derrotando outros dezenove candidatos.

A tabela 4 apresenta os prefeitos eleitos na capital, seus partidos, e suas posições políticas em relação ao governador do Estado.

Tabela 4 – Prefeitos eleitos na capital, seus partidos e posição política em relação ao partido do Governador (1985- 2008)

Prefeitos do RJ (eleitos)	Partido	Ano	Posição Política em relação ao partido do Governador
Saturnino Braga	PDT	1985	Candidato do Governador do PDT (Leonel Brizola)
Marcello Alencar	PDT	1987	Oposição ao governador do PMDB (Moreira Franco)
César Maia	PMDB	1992	Oposição ao governador do PDT (Leonel Brizola)
Luiz Paulo Conde	PFL	1996	“Aliado” do governo, porém teve candidatura própria e derrotou o PSDB (Marcello Alencar)
César Maia	PTB	2000	Oposição ao governador do PDT (Anthony Garotinho)
César Maia	PFL	2004	Oposição à governadora do PMDB (Rosinha Garotinho)
Eduardo Paes	PMDB	2008	Candidato apoiado pelo Governador do PMDB (Sergio Cabral)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Portanto, a partir das eleições de 1988 ocorridas 20 anos atrás, cinco eleições ocorreram até que se chegasse ao mesmo feito, quando o deputado federal Eduardo Paes, foi eleito prefeito da capital do Rio de Janeiro com o apoio do Governador Sérgio Cabral Filho, ambos do PMDB.

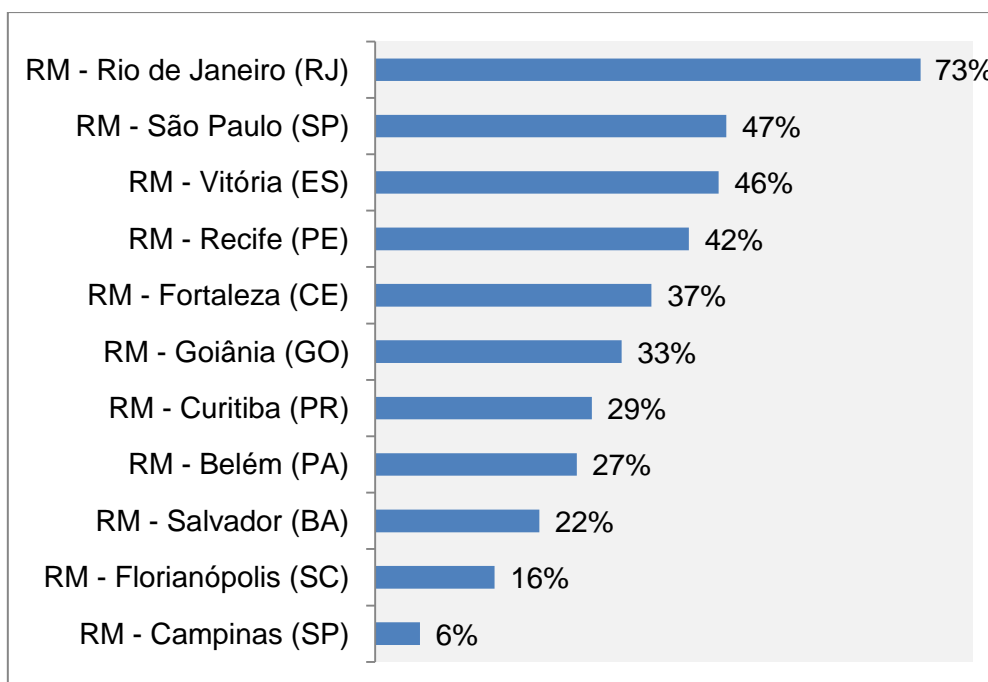
Assim corrobora-se um dos aspectos que será ainda mais evidenciado na próxima seção, e que diz respeito ao fato de que no Estado do Rio de Janeiro, a capital possui um peso político que, quando não é superior, é semelhante ao restante do Estado (Interior), seja em volume no que se refere ao volume de recursos orçamentários, seja quanto ao número de eleitores ali concentrados.

3.1.2. Contexto socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro com seus 92 municípios possui 43.780,157 Km² de extensão territorial, conta com uma população de 15.989.929 habitantes e uma densidade populacional de 365,23 hab/Km², segundo dados do último Censo do IBGE. Além disso, possui algumas peculiaridades importantes que merecem ser destacadas por terem efeitos diretos sob o cenário econômico, social e político de seus municípios.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui atualmente 19 municípios, os quais concentram cerca de 73% de todo eleitorado do Estado, conforme explicitado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Concentração de eleitores nas 13 regiões metropolitanas brasileiras

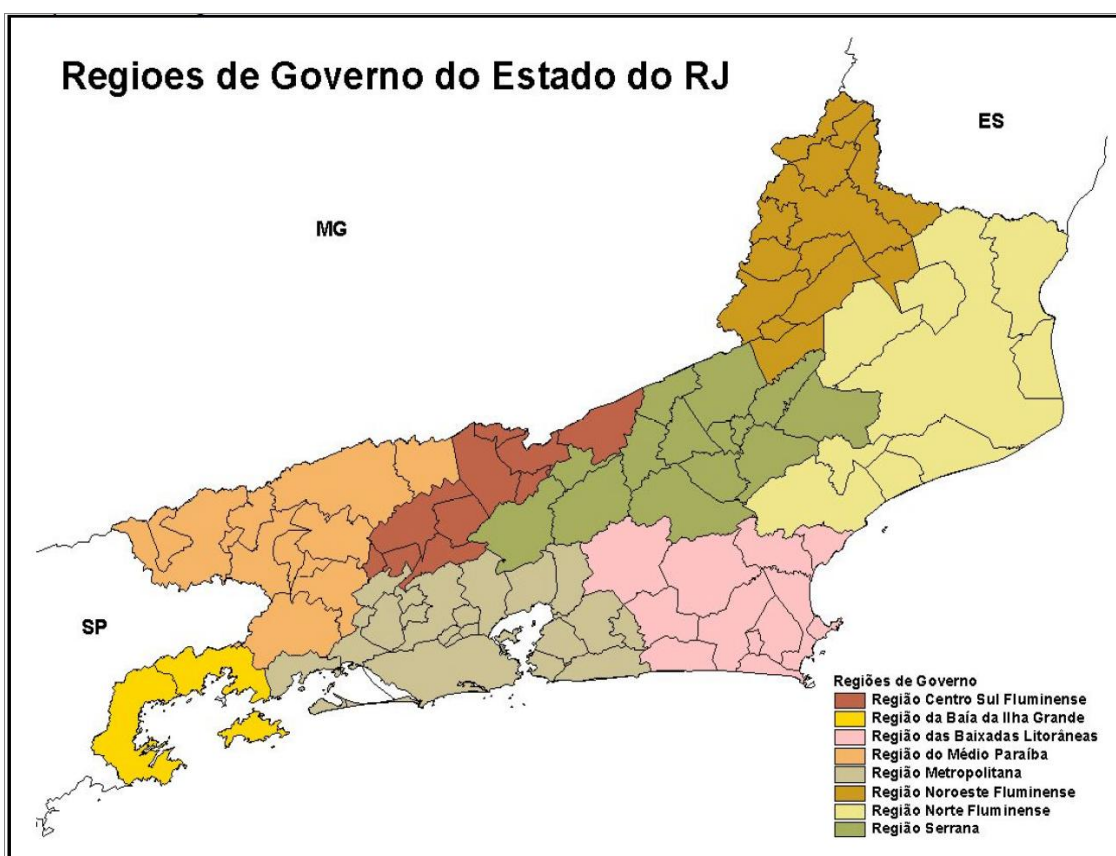


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Esta concentração de eleitores na região metropolitana não possui paralelo em nenhum dos demais estados da federação. A segunda maior proporção se dá na região metropolitana na qual, a despeito da magnitude da capital paulista, concentram-se 43% dos eleitores daquele estado,. No caso do Rio de Janeiro, apenas a capital ocupa 44%.

O mapa 1, a seguir, apresenta a divisão político administrativa do Estado Rio de Janeiro.

Mapa 1 – Estado do Rio de Janeiro segundo suas regiões político-administrativas



Fonte: IBGE.

Portanto, os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro estão divididos em 8 mesorregiões, conforme indicado no quadro 3.

Quadro 3 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, por região.

Região	Municípios
Metropolitana	Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Niterói, São João de Meriti, Belford Roxo, Magé, Nilópolis, Itaboraí, Queimados, Japeri, Itaguaí, Seropédica, Maricá, Paracambi, Guapimirim, Tanguá.
Noroeste	Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Bom Jesus do Itabapoana, Miracema, Itaocara, Cambuci, Natividade, Porciúncula, Italva, Laje do Muriaé, Varre-Sai, Aperibé, São José de Ubá.
Norte	Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São Fidélis, São João da Barra, Conceição de Macabu, Cardoso Moreira, Quissamã, Carapebus.
Serrana	Petrópolis, Nova Friburgo, Carmo, Sumidouro, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Duas Barras, São Sebastião do Alto, Macuco.
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio, Araruama, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Cachoeiras de Macacu, Saquarema, Arraial do Cabo, Rio das Ostras, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Armação de Búzios, Iguaba Grande.
Médio Paraíba	Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Barra do Piraí, Valença, Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Rio Claro, Quatis, Porto Real, Rio das Flores.
Centro Sul	Três Rios, Paraíba do Sul, Vassouras, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Mendes, Sapucaia, Engenheiro Paulo de Frontin, Areal, Comendador Levy Gasparian.
Costa Verde	Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba.

Fonte: Lei Estadual no 2.664/1996.

No que se refere à dimensão econômica do estado e seus municípios, conforme seria de se esperar a região metropolitana concentra os municípios com maiores Produtos Internos Brutos (PIB). Alguns dos principais investimentos econômicos de grande vulto no Estado estão na Região Metropolitana, como a refinaria de petróleo, REDUC, em Duque de Caxias, e o Polo Petroquímico em Itaboraí.

Também a atividade petrolífera na área Bacia de Campos (Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes) e outros grandes investimentos como o Porto do Açúcar e o Complexo de Barra do Furado, ambos na Região Norte, e a instalação de indústrias da área automobilística na Região Centro Sul (Porto Real, Resende,

Barra Mansa e Volta Redonda) tem promovidos significativos impactos nas dinâmicas socioeconômicas.

Destaca-se também o “Arco Metropolitano”, rodovia estratégica de 145 km de extensão, que ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí. Atualmente em fase de construção o Arco Metropolitano é um empreendimento de responsabilidade do Governo do estado realizado com financiamento internacional do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), instituição com sede na Venezuela.

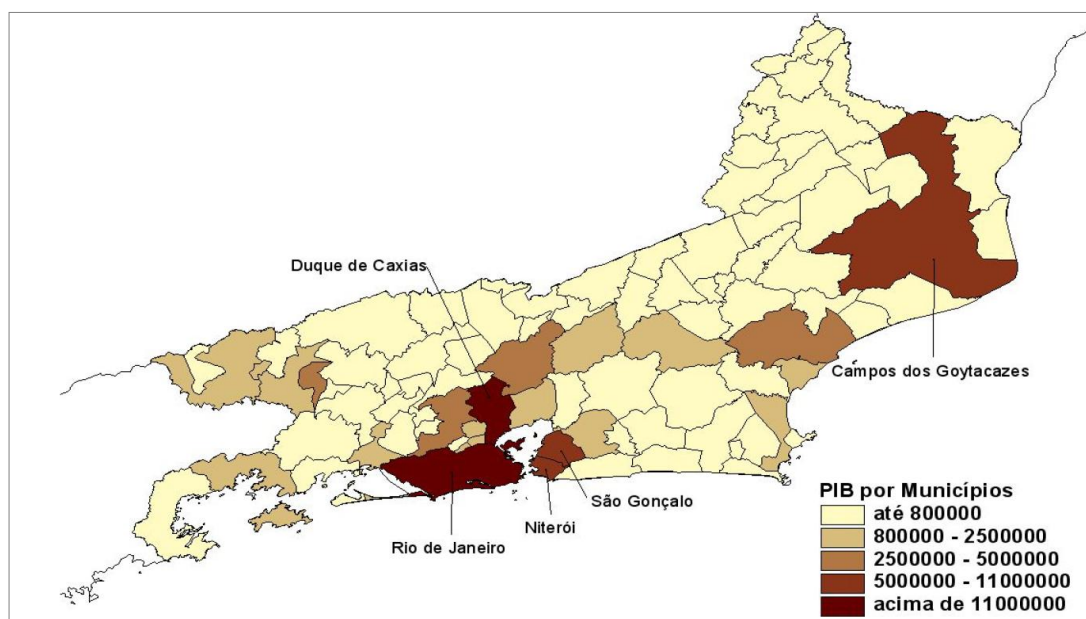
Seu projeto inicial prevê que o Arco Metropolitano passará pelos municípios de Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica, tendo como principais impactos esperados provisão de maior infraestrutura produtiva e logística, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, além de resultados esperados no que se refere aos problemas relacionados ao tráfego na Região Metropolitana.

Naturalmente, que os suprarreferidos grandes investimentos tem provocado sensíveis impactos nas finanças públicas dos municípios. Afinal suas receitas correntes são diretamente pelo volume das transferências constitucionais, pelo Fundo de Participação dos Municípios, impostos e repasses de *royalties* de petróleo, e, portanto, são sensíveis a este cenário de crescimento econômico.

As recentes alterações na dinâmica econômica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro pode ser percebida com maior clareza diante da comparação entre os mapas 2 e 3, os quais evidenciam a maior importância econômica assumida por municípios como Macaé, Rio das Ostras³, Cabo Frio e Volta Redonda no que se refere ao seus Produtos Internos Brutos (PIB), considerando apenas o breve período entre 2002 e 2006.

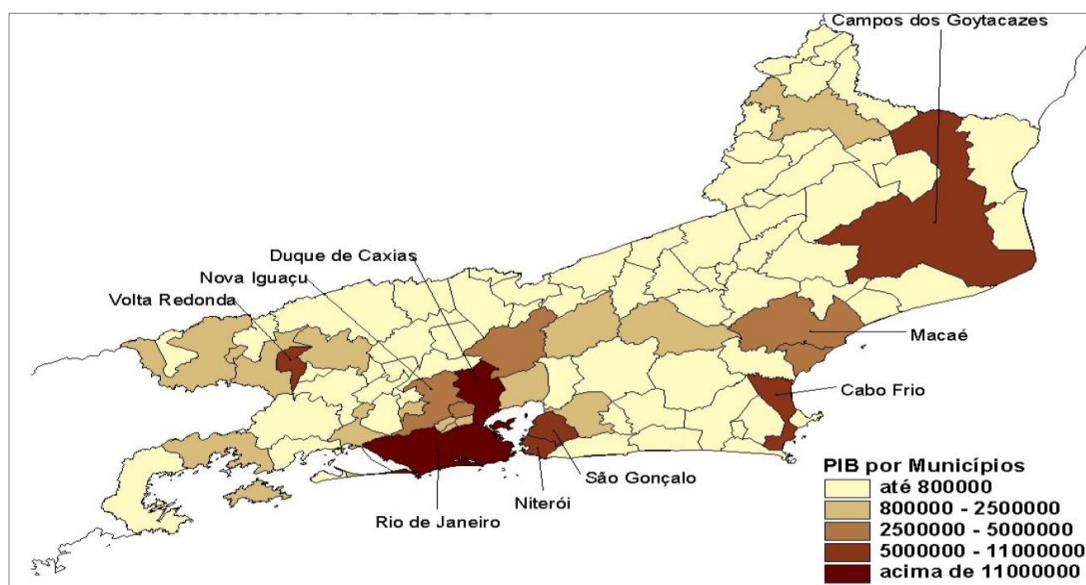
³ O município de Rio das Ostras, a sudeste de Macaé, embora não esteja com nome destacado no mapa 3, também teve variação significativa em seu PIB entre 2002 e 2006. Outro dado interessante sobre o município está na progressão de seu eleitorado, o qual experimentou incrível crescimento entre 2000 e 2008, da ordem de 200%, segundo dados do TSE.

Mapa 2 – Produto Interno Bruto por Município Estado do Rio de Janeiro (ano 2002)



Fonte: IBGE

Mapa 3 – Produto Interno Bruto por Município Estado do Rio de Janeiro (ano 2006)



Fonte: IBGE

O mapa 3 ajuda também a perceber que embora muito seja falado sobre incremento substantivo no orçamento dos municípios que recebem *royalties* de

petróleo, há municípios cujo crescimento vertiginoso das receitas correntes, representando ciclos de considerável expansão econômica, também estão relacionadas a outras atividades produtivas, em grande medida impulsionada pelos grandes investimentos anteriormente citados.

Neste sentido, a tabela 5 reitera a percepção de vem ocorrendo significativa evolução das receitas correntes dos municípios na última década. Tomando como base o ano de 2000, a tabela 5 apresenta esta progressão em suas receitas correntes, dando destaque àqueles que alcançaram os maiores índices de crescimento entre os anos de 2000 e 2008, além dos dez maiores municípios do Estado em número de eleitores.

Tabela 5 – Demonstrativo do crescimento das receitas correntes dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2000-2008)*

Colocação no Estado	Município	2000	2004	2008
1º	Porto Real	1	3,6	7,7
2º	São João da Barra	1	2,3	7,2
3º	Macaé	1	3,3	7,1
4º	Campos	1	2,9	6,3
5º	Rio das Ostras	1	3,7	5,8
12º	Petrópolis	1	1,7	4,8
25º	Duque de Caxias	1	1,9	3,9
36º	Niterói	1	1,8	3,5
58º	Belford Roxo	1	1,5	3,0
63º	Nova Iguaçu	1	1,2	2,9
65º	São João de Meriti	1	1,7	2,8
78º	São Gonçalo	1	1,5	2,7
85º	Volta Redonda	1	1,2	2,4

* Ano Base: 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro

Chama atenção o fato de São Gonçalo e Volta Redonda, a despeito de aparecerem em 78º e 85º municípios num universo de 92 municípios, terem apresentado crescimentos bastante significativos em suas receitas correntes entre 2000 e 2008. Esta tabela também evidencia a importância política assumida por municípios como Macaé, São João da Barra, Rio das Ostras e

Porto Real, cujo acentuado crescimento do volume de recursos orçamentários dos municípios os colocou entre os cinco primeiros colocados.

Ainda quanto às receitas correntes do Estado do Rio de Janeiro constata-se que 86% das mesmas estão concentradas em 27 municípios o que corresponde a 30% dos mesmos conforme se pode observar na tabela 6, classificada em ordem decrescente com base na coluna “% Receitas Correntes 2008”.

Tabela 6 – Receitas Correntes dos municípios fluminenses (2000, 2004, 2008)

	Município	% Receitas Correntes 2000	% Receitas Correntes 2004	% Receitas Correntes 2008
1	Rio de Janeiro	52,4%	47,1%	40,5%
2	Campos dos G.	3,3%	5,5%	6,5%
3	Duque de Caxias	3,7%	4,0%	4,7%
4	Macaé	2,0%	3,9%	4,5%
5	Niterói	3,1%	3,3%	3,4%
6	Petrópolis	1,8%	1,8%	2,7%
7	Nova Iguaçu	2,4%	1,7%	2,3%
8	Volta Redonda	2,6%	1,8%	2,0%
9	Angra dos Reis	1,2%	1,7%	2,0%
10	Rio das Ostras	1,1%	2,3%	2,0%
11	Cabo Frio	1,0%	1,6%	1,8%
12	São Gonçalo	2,1%	1,8%	1,8%
13	Belford Roxo	1,3%	1,1%	1,2%
14	São João de Meriti	1,2%	1,2%	1,1%
15	Barra Mansa	1,2%	0,8%	1,0%
16	Itaguaí	0,9%	0,6%	0,9%
17	Quissamã	0,7%	0,9%	0,9%
18	Magé	0,7%	0,8%	0,9%
19	Itaboraí	0,7%	0,6%	0,9%
20	Teresópolis	0,9%	0,9%	0,8%
21	Nova Friburgo	0,9%	0,8%	0,8%
22	Resende	0,7%	0,8%	0,8%
23	São João da Barra	0,3%	0,5%	0,8%
24	Itaperuna	0,4%	0,4%	0,6%
25	Mangaratiba	0,3%	0,4%	0,6%
26	Casimiro de Abreu	0,4%	0,5%	0,6%
27	Armação dos Búzios	0,4%	0,5%	0,5%
	TOTAL	87,6%	87,1%	86,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

Os percentuais foram calculados em relação ao valor agregado de todas as receitas correntes dos municípios do Estado para cada ano tomado. Assim, a partir destes dados é possível ressaltar a capital vem progressivamente reduzindo sua importância econômica em relação ao interior, na medida em que seus percentuais de receitas correntes em relação ao agregado dos municípios fluminenses, embora ainda consideravelmente altos, vêm decrescendo sensivelmente (52,4% > 47,1% > 40,5%).

Destaca-se também a importância econômica do município de Campos do Goytacazes, o qual embora com população consideravelmente menor que a de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, apresenta maior volume relativo de receitas correntes municipais, com crescimento progressivo e contínuo (3,3% < 5,5% < 6,5%).

Outros destaques relevantes são a importância econômica assumida por Macaé, o que certamente também está relacionado à questão do setor petrolífero, e a situação relativamente ruim de São Gonçalo, a despeito de ser segundo município com maior número de habitantes (e também de eleitores) do Estado do Rio de Janeiro, ocupando, em 2008, a décima segunda colocação, conforme indicado na referida tabela.

Assim, a compreensão da importância econômica relativa dos diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro será mais um elemento a enriquecer a identificação e análise da correlação de forças entre os partidos políticos na arena eleitoral fluminense, empreendida nas seções subsequentes do presente capítulo.

3.2 Participação e Desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro nas eleições municipais entre 1996 e 2008

Esta seção está subdividida em duas partes. Na primeira dá-se especial atenção à participação dos partidos nas eleições municipais no que refere ao número de candidaturas próprias para prefeito que lançaram nas últimas quatro eleições, enquanto a segunda focaliza mais especificamente seus desempenhos, a partir das taxas de sucesso eleitoral que apresentaram e suas variações ao longo do período analisado.

3.2.1. A participação dos partidos nas eleições municipais fluminenses

As quatro últimas eleições municipais regulares⁴ colocaram em disputa os cargos de prefeito dos 92 municípios que hoje compõe o Estado do Rio de Janeiro, com exceção de 1996, quando ainda não havia sido criado Mesquita⁵, o mais “jovem” município do Estado, e, portanto, tendo havido eleições nos 91 municípios o compunham até então.

O maior número de candidaturas para prefeito registradas por um dos partidos no mesmo ano eleitoral se deu em 2004, com o PMDB, que esteve presente na disputa com candidato próprio em 75 dos municípios do Estado (cerca de 81,5%). De igual forma, nos outros anos analisados coube ao partido à frente do poder executivo estadual os maiores números de candidaturas próprias. O PSDB com 69 candidatos em 1996, o PDT com 74 em 2000, e em 2008, o PMDB com 58 candidatos próprios. A tabela 7 evidencia o número de candidaturas próprias dos partidos políticos nas referidas eleições.

⁴ “regulares” em oposição aos pleitos suplementares, os quais ocorrem nos casos em que a junta apuradora verifica que os votos das seções anuladas e daquelas cujos eleitores foram impedidos de votar poderão alterar a representação de qualquer partido ou classificação de um dos candidatos na disputa regida pelo princípio majoritário.

⁵ Município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, emancipado de [Nova Iguaçu](#), cuja [população](#) em 2010 era de 168.403 habitantes, de acordo com dados do [IBGE](#).

Tabela 7 – Número de candidaturas próprias por partido político nas eleições municipais majoritárias, Estado do Rio de Janeiro (1996 e 2008)

1996		2000		2004		2008	
Partido	Número de Candidatos	Partido	Número de Candidatos	Partido	Número de Candidatos	Partido	Número de Candidatos
PSDB	69	PDT	74	PMDB	75	PMDB	58
PDT	45	PMDB	38	PT	37	PT	30
PMDB	39	PSDB	33	PDT	28	PDT	30
PFL	30	PT	26	PFL	24	PP	21
PPB	29	PP	23	PP	22	PSDB	18
PT	27	PSB	20	PL	19	PSOL	18
PTB	19	PV	19	PSC	16	PR	14
PMN	18	PFL	15	PTB	16	PSC	13
PL	17	PTB	13	PSDB	14	DEM	11
PSB	16	PL	9	PPS	13	PSB	11
PSC	11	PPS	9	PV	10	PRB	11
PSD	10	PT DO B	7	PSB	9	PV	10
PV	10	PSTU	6	PSTU	9	PTB	9
PT do B	10	PRP	5	PHS	5	PPS	9
PC do B	8	PRONA	4	PRTB	5	PHS	6
PPS	7	PSD	3	PCB	5	PT DO B	5
PRP	4	PSC	3	PSDC	5	PCB	5
PSDC	4	PMN	2	PC DO B	5	PTN	4
PCB	4	PHS	2	PRONA	4	PC DO B	4
PSL	3	PRTB	2	PT DO B	3	PRTB	4
PST	2	PCB	2	PSL	3	PMN	3
PRTB	2	PGT	2	PMN	2	PTC	2
PSTU	2	PRN	2	PRP	2	PSTU	2
PRN	2	PSDC	1	PCO	2	PSL	2
PTN	1	PSL	1	PTN	2	PSDC	1
PSN, PRONA, PAN, PCO, PGT	0	PST	1	PTC	2	PRP	1
		PAN	1	PAN	1	PCO	1
		PCO	1				
		PC DO B, PTN	0				
TOTAL	389	TOTAL	324	TOTAL	338	TOTAL	303

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Analisando os dados da tabela 6 percebemos que embora haja um constante predomínio do partido do governador como aquele que registra o maior número de candidaturas, não há indícios de uma situação de disputa polarizada entre dois ou três partidos apenas.

Em verdade, à luz das quatro eleições analisadas pôde-se observar configurações bem mais complexas, onde pra além de um partido dominante, conforme já dito anteriormente, papel sempre assumido pelo que estivesse à frente do governo estadual, houve também a constante presença de segundos e terceiros escalões, cada um composto por dois ou três partidos.

Em 1996, o PSDB teve candidatos em 69 municípios (76%) dos 91 municípios em disputa. PDT e PMDB apresentaram, respectivamente, 45 e 39 candidaturas para prefeito, seguidos por PFL, PPB e PT com 30, 29 e 27 candidatos cada, também respectivamente.

Já em 2000, o PDT além de ter apresentado expressivos 74 candidatos a prefeito no Estado do Rio de Janeiro, abriu maior diferença para os demais partidos do que havia feito o PSDB em 1996. O PMDB teve 38 candidatos a prefeito e o PSDB 33. Depois, viriam PT, PP e PSB com, respectivamente, 26, 23 e 20 candidaturas.

Em 2004, conforme supramencionado, ano no qual o partido do governador (PMDB) demonstrou maior força em número de candidaturas para prefeito registradas, o PT lançou 37, e o PDT 28 candidatos. Já PFL e PP aparecem respectivamente com 24 e 22 candidaturas. Este foi o cenário no qual o segundo colocado (PT) apresentou maior distância relativa para o terceiro. Mesmo assim, sobretudo se levarmos em consideração que o PMDB teve mais que o dobro de candidatos que o segundo colocado, não faria sentido falar em um cenário polarizado entre partido do governador e um partido da oposição.

Já a análise do número de candidaturas lançadas pelos partidos em 2008 sugere alguns elementos interessantes. O primeiro está na considerável redução do número de candidaturas próprias para prefeito levando em consideração todos os partidos em todo o Estado, de 338 em 2004, para 303 em 2008, representando uma redução de cerca de 10%.

No entanto, ainda mais expressiva foi a redução do número de candidaturas próprias do partido do governador, que de 75 em 2004, passou para apenas

58, representando uma redução da ordem de 23%. Além disso, entre os demais partidos fortes, pelo menos no que se refere ao número de candidaturas lançadas houve equilíbrio entre PT e PDT, ambos com 30 candidatos próprios.

Outras tendências identificáveis na análise da participação dos partidos nas eleições analisadas estão na relativa retomada de força do PSDB, que havia sofrido seu pior revés em 2004, mas em 2008 volta a dar sinais de sua importância relativa no cenário eleitoral dos municípios do Estado, a considerável queda na participação do PFL/DEM com candidatos próprios do partido, além da considerável estabilidade do PP ao longo das quatro eleições analisadas no presente estudo.

A participação dos partidos nos pleitos proporcionais, ou seja, nas eleições para as Câmaras Municipais será evidenciada juntamente com seus desempenhos na próxima subseção, e também na análise individualizada dos partidos empreendida na seção 3.3.

3.2.2. Desempenho dos partidos nas eleições municipais fluminenses

Durante o período analisado pelo presente estudo dissertativo foram eleitos 367 prefeitos e 4375 vereadores nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Apenas nas disputas majoritárias foram registradas um total de 1325 candidaturas.

Visando trazer à luz o desempenho eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais majoritárias no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008, a tabela 8 apresenta as taxas de sucesso eleitoral dos principais partidos envolvidos em todos os anos eleitorais analisados.

Tabela 8 – Taxas de sucesso eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais majoritárias fluminenses (1996-2008)

Partido	1996	2000	2004	2008	Média Simples
PMDB	33%	37%	55%	60%	46%
PP	34%	39%	41%	67%	45%
PFL/DEM	40%	27%	29%	45%	35%
PSDB	39%	33%	21%	44%	35%
PSB	31%	40%	22%	27%	30%
PDT	22%	46%	14%	17%	25%
PV	10%	21%	50%	0%	20%
PSC	9%	0%	31%	31%	18%
PT	7%	4%	22%	33%	17%
PTB	11%	23%	13%	11%	14%
PPS	-	11%	8%	-	5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

As taxas de sucesso eleitoral são calculadas a partir da relação de proporção entre o número de prefeitos eleitos e o de candidaturas próprias lançadas pelos partidos.

Analisando a tabela 8 percebe-se nítido destaque para os percentuais alcançados por PMDB e PP que desde 2004 romperam a barreira dos 50% de taxa de sucesso eleitoral. Nota-se que apenas o PV conseguiu feito semelhante em 2004, embora tenha lançado bem menos candidatos que os demais. (ver tabela 7)

Em 2008, a taxa de sucesso eleitoral de PMDB e PP mostrou considerável incremento, elevando estes partidos a percentuais acima de 60%, algo que nenhum dos demais partidos alcançou nas eleições municipais no Estado, entre 1996 e 2008.

Ainda sobre este mesmo ano, pode-se observar que, num segundo escalão de desempenho, pelo menos no que se refere à taxa de sucesso eleitoral, estão o DEM e o PSDB com 45% e 44%, respectivamente. PDT, PTB, PV e PPS apresentaram taxas de sucesso bastante modestas, enquanto que o PT e o PSB, nem tanto, ficando ambos próximos aos 30%.

Considerando números absolutos, o PMDB foi responsável por nada menos do que 104 dos 367, correspondendo a um percentual de 28% dos prefeitos eleitos no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008. Neste sentido, é pertinente que sejam observados também estes dados em números absolutos, a fim de evitar que tomando por base apenas as taxas de sucesso eleitoral, sejam perdidas outras nuances relevantes acerca da correlação de forças entre os partidos políticos, no âmbito dos municípios fluminenses.

Assim, a tabela 9 apresenta o percentual de prefeitos eleitos por cada partido político considerando os 367 mandatos disputados, e também o número absoluto de prefeitos que elegeram em cada ano eleitoral.

A coluna “(A+B+C+D)” indica o número de prefeitos eleitos por partido, enquanto a última coluna “(A+B+C+D)/367” apresenta o percentual de prefeitos eleitos por partido considerando os 367 mandatos disputados nas quatro eleições. Já a linha “Soma dos demais partidos” apresenta dados agregados para os demais partidos que participaram das referidas eleições.

**Tabela 9 – Número de prefeitos eleitos por partido,
no Estado do Rio de Janeiro (1996-2008)**

Partido	1996 (A)	2000 (B)	2004 (C)	2008 (D)	(A + B + C + D)*	(A + B + C + D) / (367)**
PMDB	13	14	41	36	104	28%
PDT	10	34	4	5	53	14%
PSDB	27	11	3	8	49	13%
PP	10	9	9	14	42	11%
Soma Demais Partidos PL/PSD/PRP/PST/ PMN/PR/PRB/PTC	13	11	7	9	40	11%
PFL/DEM	12	4	7	5	28	8%
PT	2	1	8	10	21	6%
PV	1	4	5	0	10	3%
PSC	1	0	5	4	10	3%
PTB	2	3	2	1	8	2%
PPS	0	1	1	0	2	1%

*Número total de prefeitos eleitos entre 1996 e 2008

** 367 = Número total de mandatos de prefeito disputados entre 1996 e 2008.
Valor encontrado a partir do somatório dos valores indicados na coluna (A+B+C+D)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Portanto, na tabela 9, na qual os dados estão classificados em ordem decrescente tomando por base a coluna, procurou-se evidenciar a expressão de cada partido no cenário eleitoral dos municípios fluminenses. Reitera-se a nítida condição de destaque para o PMDB, que ao longo destes 12 anos conquistou nada menos do que 28% dos mandatos disputados. Em seguida, encontram-se PDT, PSDB e PP com 14%, 13% e 11% respectivamente.

O conjunto de partidos agregados na linha “Soma dos Demais Partidos” conquistou número de mandatos semelhante ao PP, portanto, embora não represente um ator unitário, indica que o papel ocupado pela soma dos demais partidos foi equivalente ao de um partido considerado por boa parte da

literatura especializada como partido grande, e de expressão eleitoral mediana, num cenário onde, como se tem procurado destacar, há uma força hegemônica (PMDB) seguida três atores de maior expressão eleitoral nos municípios fluminenses: PDT, PSDB, PP.

No entanto, é necessário reconhecer também a existência de um nítido ponto de inflexão na correlação de forças entre os partidos políticos no Estado do Rio de Janeiro entre as eleições de 2000 e 2004. A tabela 10 procura evidenciar esta percepção.

Tabela 10 – Relação de proporção entre o número de prefeitos eleitos pelos partidos em (1996 + 2000) e (2004 + 2008)⁶

Partido Político	Eleitos em 1996 + 2000 (A)	Eleitos em 2004 + 2008 (B)	Total de eleitos entre 1996 e 2008
PT	14%	86%	21
PMDB	26%	74%	104
PP	45%	55%	42
Soma dos demais Partidos	50%	50%	62
PFL/DEM	57%	43%	28
PTB	63%	38%	8
PSDB	78%	22%	49
PDT	83%	17%	53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Assim, observando a tabela 10 percebe-se que após o ano 2000, portanto levando em conta os resultados eleitorais de 2004 e 2008, os partidos que apresentaram ganhos mais significativos na esfera eleitoral dos municípios fluminenses foram PT e PMDB, tendo em vista que conquistaram, respectivamente, 86% e 74% do número total de mandatos que conquistaram ao longo de toda a série analisada.

⁶ Os dados da tabela 8 foram classificados de forma decrescente com base na coluna “Eleitos em 2004 + 2008”

O PT se destaca menos pelo número absoluto de mandatos, mas sobretudo pelo crescimento percentual acentuado e também pela importância estratégica de alguns municípios que conquistou a partir de 2004, conforme será melhor observado ainda no presente capítulo.

No caso do PMDB, além de um crescimento considerável em sua taxa de sucesso nas disputas majoritárias, vale destacar que, entre 2004 e 2008, conquistou nada menos do que 77 prefeituras no Estado do Rio de Janeiro, número significativamente superior ao dos demais partidos, mesmo quando considerado o desempenho destes ao longo de todas as quatro eleições analisadas.

O PP, PFL/DEM e a “Soma dos demais partidos” apresentaram relativa estabilidade no que se refere ao número de mandatos de prefeitos conquistados em 1996 e 2000, *vis a vis*, 2004 e 2008. Já PSDB e o PDT apresentaram nítido decréscimo de suas forças eleitorais nos municípios do Estado do Rio de Janeiro a partir das eleições de 2004.

Na próxima seção a análise sobre o desempenho e a participação dos partidos passa a ser feita tomando cada um dos principais partidos políticos no cenário eleitoral dos municípios fluminenses individualmente.

3.3 Os partidos políticos e a importância estratégica de suas conquistas eleitorais recentes: densidade eleitoral e importância econômica

Nas próximas subseções serão apresentadas representações gráficas a partir das quais é possível identificar quatro indicadores da participação e desempenho dos partidos para cada uma das quatro eleições municipais analisadas:

- i) Número de prefeitos eleitos;
- ii) Número de candidaturas próprias para prefeito lançadas pelo partido;
- iii) Municípios onde o partido elegeu pelo menos um vereador;
- iv) Municípios onde o partido lançou pelo menos um candidato a vereador.

Assim, os referidos gráficos permitem observar a um só tempo, elementos relativos à suas participações e desempenho nas eleições proporcionais (legislativas) e majoritárias (executivos municipais).

São apresentados ainda quadros (de 4 a 10) os quais, tendo em vista a necessidade de distinguir os municípios em disputa, apresentam dados relativos à densidade eleitoral e à importância econômica relativa dos municípios do interior⁷ do Estado nos quais os partidos alcançaram êxito nas eleições majoritárias, nas eleições de 2000, 2004 e 2008⁸, a partir de dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

⁷ A definição aqui utilizada é a mesma do IBGE segundo o qual “interior” equivale a todos os municípios exceto a capital.

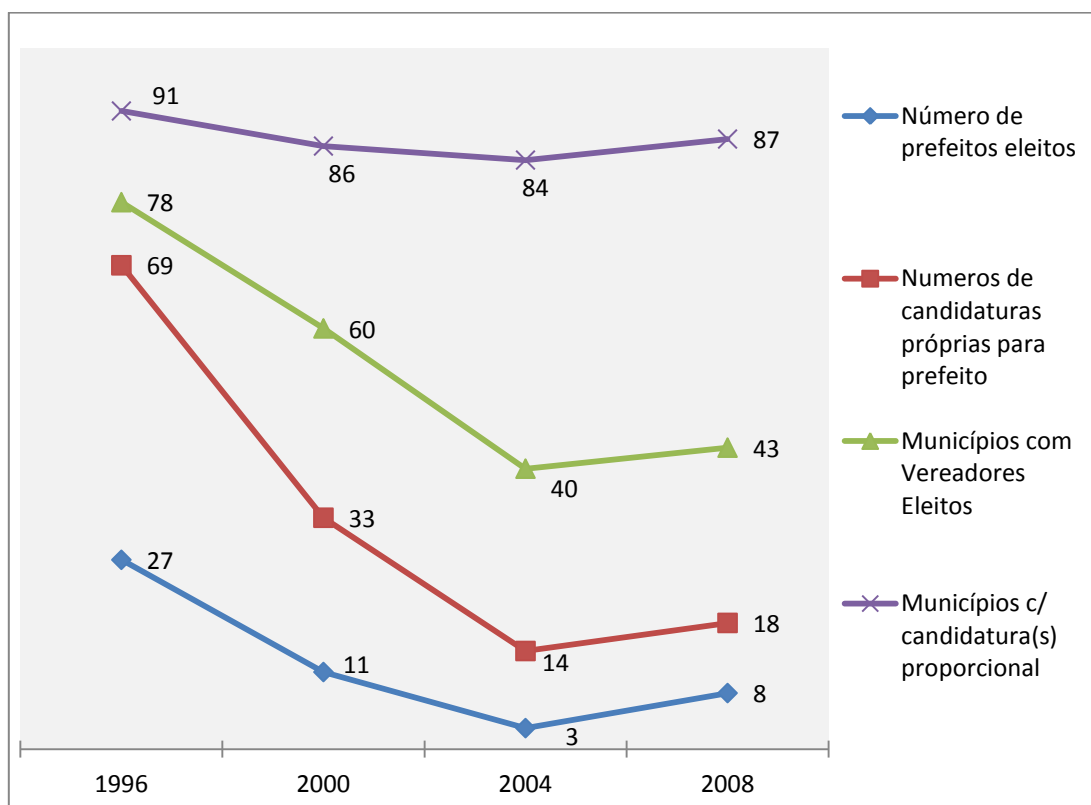
⁸ O Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro apresenta dados relativos às receitas correntes dos municípios fluminenses apenas a partir de 1999. Durante todo o período em que foi realizada a presente pesquisa o Banco de dados municipais esteve disponível para consulta online na *webpage* da Fundação CEPERJ < www.fesp.gov.br >, último acesso: 17 fev. 2012.

3.3.1 PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

Em 1996, na condição de partido do governador, o PSDB teve sua melhor participação na série analisada, tendo concorrido com candidatura própria em 69 dos 91 municípios fluminenses em disputa, elegendo 27 prefeitos.

Gráfico 2 – Participação e Desempenho do PSDB

nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Da mesma forma, as eleições de 1996 também foram aquelas nas quais o PSDB apresentou melhor desempenho na disputa por vaga nos legislativos municipais. Concorreu em 91 municípios e conquistou 233 vagas em 86% dos municípios do Estado. Foi o segundo melhor desempenho em número de vereadores eleitos entre todos os partidos na série temporal analisada. Apenas o PDT, em 2000, obteve maior número de cadeiras no Estado.

Em 1996, destacam-se as conquistas das prefeituras de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Itaboraí, Macaé e Cabo Frio. Em 2000, o partido conquistou 11 prefeituras, e se manteve vitorioso em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Macaé e Cabo Frio.

No ano de 2004, no pior revés eleitoral sofrido pela legenda nas eleições analisadas, conquistou apenas três prefeituras: Macaé, Japeri e Itatiaia. Além disso, registrou sua menor presença nas Câmaras Municipais, tendo eleito vereadores em 43% dos municípios, bem menos que os municípios.

O PSDB não elegeu prefeitos na capital do Estado ao longo da série analisada. Já seu desempenho nos demais municípios, considerados aqui como “interior”, sofreu profunda queda comparando 2000 com 2004.

Em 2000 as conquistas do PSDB representavam 25% das receitas correntes e 24,4% do eleitorado dos municípios, ambos relativos ao interior do Estado do Rio de Janeiro. Com os resultados eleitorais de 2004, estes números reduziram-se a 8,5% e 2,9%, respectivamente. Daí a importância da manutenção da prefeitura de Macaé naquele ano, sobretudo diante da pouca expressão do eleitorado e dos recursos orçamentários de Japeri e Itatiaia.

O quadro 4 indica as conquistas do PSDB entre 2000 e 2008, evidenciando ainda a importância de cada município em percentual de eleitores, e volume de recursos orçamentários, no que se refere ao interior do Estado. Os volumes orçamentários dos municípios foram medidos pelas receitas correntes dos municípios no ano de cada eleição.

Quadro 4 – Prefeituras conquistadas pelo PSDB e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

PSDB 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	PSDB 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	PSDB 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Duque de Caxias	7,85%	8,76%	Macaé	7,28%	1,59%	Duque de Caxias	7,91%	8,55%
Nova Iguaçu	5,13%	7,62%	Japeri	0,77%	0,93%	Cabo Frio	2,97%	1,76%
Macaé	4,22%	1,41%	Itatiaia	0,41%	0,33%	Itaperuna	0,94%	1,07%
Cabo Frio	2,10%	1,31%				Japeri	0,58%	0,93%
Itaguaí	1,87%	1,08%				Seropédica	0,54%	0,72%
Quissamã	1,39%	0,18%				Iguaba Grande	0,26%	0,26%
Magé	1,16%	2,17%				Natividade	0,23%	0,16%
Mangaratiba	0,67%	0,29%				Trajano de Moraes	0,17%	0,12%
Saquarema	0,66%	0,68%						
Cantagalo	0,58%	0,25%						
Seropédica	0,56%	0,64%						
TOTAL	25,03%	24,39%	TOTAL	8,46%	2,85%	TOTAL	13,60%	13,57%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

Já em 2008, embora tenha testemunhado seu candidato eleito em Macaé no pleito anterior, migrar para o partido do governador, reelegendo-se pelo PMDB, o PSDB demonstrou sinais de recuperação de sua força eleitoral em alguns de seus redutos mais tradicionais, retomando o controle das prefeituras de Duque de Caxias, Cabo Frio e Itaperuna.

Com os resultados de 2008, o partido alcançou 13,6% das receitas correntes dos municípios, e o mesmo valor percentual dos eleitores, no interior do Estado. Na disputa pela capital em 2008, o PSDB indicou o vice da chapa majoritária formada com o PV, a qual chegou no segundo turno, mas foi derrotada pelo PMDB.

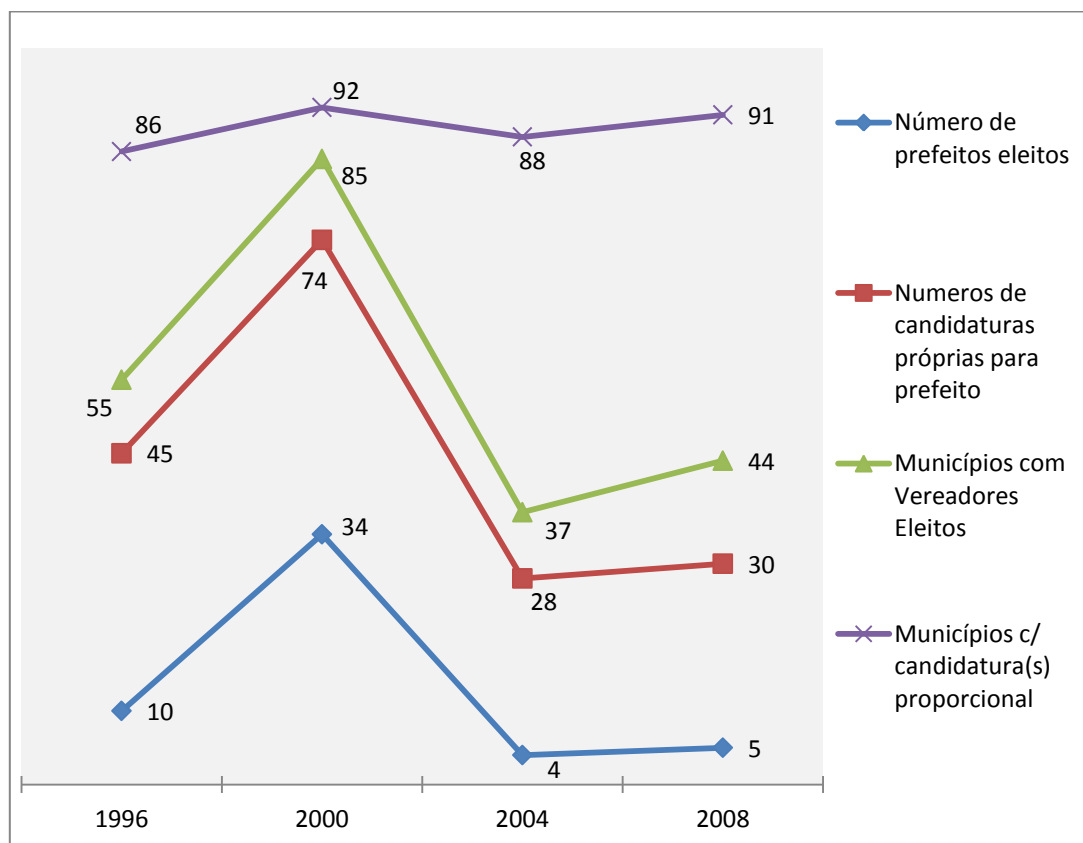
3.3.2 PDT - Partido Democrático Trabalhista

De forma similar, o PDT também teve seu melhor desempenho em eleições para prefeito nas primeiras eleições após a conquista do Governo do Estado em 1998. Em 2000, a legenda alcançou seus maiores indicadores na série analisada, tendo concorrido em 74 municípios e elegendando 34 prefeitos.

Em 1996, destacaram-se as conquistas de Niterói, São Gonçalo e Campos. O partido demonstrou força nas eleições para as Câmaras Municipais conquistando mandatos em cerca de 60% dos municípios do Estado.

Gráfico 3 – Participação e Desempenho do PDT

nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Já nas eleições de 2000 quando teve seu melhor desempenho, além de repetir os êxitos em Niterói e Campos, conquistou também Petrópolis, Mesquita, Itaboraí e Angra dos Reis. Portanto, a expressão política eleitoral do PDT no

interior do Estado, a partir das prefeituras que conquistou em 2000, chegou a 33,6% das receitas correntes municipais, e 29,2% dos eleitores. (ver Quadro 5, a seguir)

Em 2004, a drástica redução no número de candidatos próprios, de 75 para 28, já sinalizava para a considerável queda no número de prefeitos eleitos. O partido conquistou apenas quatro: Campos dos Goytacazes, Teresópolis, Arraial do Cabo e Comendador Levy Gasparian. Ou seja, em relação às eleições de 2000, além de eleger menos prefeitos, deixou de vencer em municípios com substantiva densidade eleitoral e substantivo volume de recursos orçamentários. Além disso, experimentou uma drástica redução de sua presença nos legislativos municipais. Se em 2000 o PDT havia conquistado pelo menos um mandato de vereador em 92% dos municípios fluminenses, em 2004 este número caiu para cerca de 40%, ou seja, menos da metade.

Nas eleições de 2008, o PDT apresentou leve recuperação, embora não tenha retomado os patamares das eleições de 1996 e 2000. Elegeu cinco prefeitos, mas com a diferença de ter recuperado São Gonçalo e Niterói, importantes eleitorados da região metropolitana. Ao “trocar” Campos dos Goytacazes por Niterói, e conquistar São Gonçalo, o PDT alcançou êxito eleitoral em municípios com maior densidade eleitoral, mas com menor volume de recursos orçamentários, como se pode observar na última linha, “TOTAL”, do quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Prefeituras conquistadas pelo PDT e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

PDT 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	PDT 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	PDT 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Campos	6,82%	4,82%	Campos	10,30%	4,97%	Niterói	5,78%	4,90%
Niterói	6,51%	6,53%	Teresópolis	1,72%	1,79%	São Gonçalo	2,96%	9,71%
Petrópolis	3,72%	3,50%	Arraial do Cabo	0,34%	0,32%	A. dos Búzios	0,87%	0,24%
Angra Dos Reis	2,55%	1,35%	Com. Levy Gasparian	0,16%	0,09%	Paty do Alferes	0,29%	0,32%
Itaboraí	1,40%	1,83%				Cordeiro	0,20%	0,24%
Araruama	1,06%	1,02%						
Pirai	0,87%	0,33%						
Casimiro de Abreu	0,82%	0,32%						
Armação de Búzios	0,82%	0,23%						
Maricá	0,78%	0,85%						
Três Rios	0,75%	0,90%						
Valença	0,74%	0,90%						
Japeri	0,55%	0,84%						
Arraial do Cabo	0,54%	0,34%						
São Fidélis	0,47%	0,52%						
Santo Antônio de Pádua	0,45%	0,48%						
Bom Jesus do Ita.	0,43%	0,47%						
São Franc. de Ita.	0,37%	0,55%						
Bom Jardim	0,34%	0,31%						
Vassouras	0,33%	0,43%						
Miguel Pereira	0,32%	0,26%						
Iguaba Grande	0,31%	0,24%						
Santa Maria Madalena	0,30%	0,16%						
Porto Real	0,29%	0,13%						
Pinheiral	0,27%	0,20%						
Trajano De Moraes	0,27%	0,16%						
Sapucaia	0,25%	0,22%						
Cordeiro	0,25%	0,22%						
Areal	0,23%	0,15%						
Quatis	0,23%	0,13%						
Com. Levy Gasparian	0,20%	0,11%						
Mendes	0,19%	0,25%						
Engenheiro Paulo de Frontin	0,18%	0,21%						
Mesquita	0,00%	1,85%						
TOTAL	33,61%	29,23%	TOTAL	12,52%	7,16%	TOTAL	10,10%	15,40%

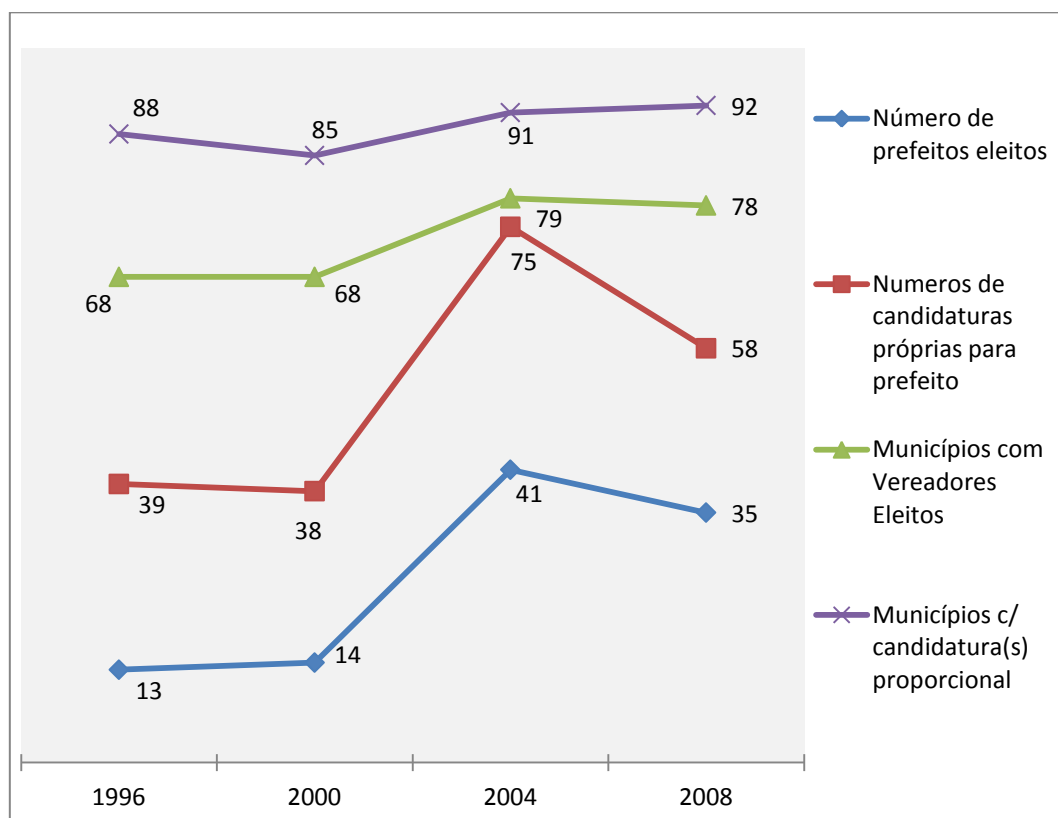
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

3.3.3 PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O PMDB alcançou, em 2004, seus melhores indicadores de desempenho nas eleições municipais do Estado do Rio de Janeiro. Elegeu 41 prefeitos dos 75 municípios em que foi para a disputa. Com este desempenho o PMDB superou o desempenho alcançado pelo PDT em 2000, que havia lançado 74 candidatos e conquistado 36 mandatos executivos municipais.

Com relação aos pleitos proporcionais, o PMDB além de ter regulamente lançado candidatos em mais de 90% dos municípios, chegando em 2008 a 100%. Também estável é o número de municípios nos quais o partido conquistou pelo menos uma cadeira parlamentar, em torno de 73% dos municípios do Estado em 1996 e 2000, e posteriormente, em 2004 e 2008, passando ao patamar de 85%.

Gráfico 4 – Participação e Desempenho do PMDB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Em 2008, já na condição de partido do governo, o PMDB lançou 23% menos candidatos próprios e elegeu 15% menos prefeitos em relação a 2004, no entanto, algumas possíveis explicações para este comportamento serão retomadas mais adiante no presente trabalho.

Embora nas eleições de 1996 o PMDB tenha sido o segundo partido que mais elegeu prefeitos, depois do PDT (27) e na frente do PFL (12), este último conquistara prefeituras em colégios eleitorais mais significativos, entre eles a capital. Dos 13 prefeitos eleitos pelo PMDB naquele ano, o maior destaque foi Nova Friburgo (110.997 eleitores aptos em 1996).

Já nas eleições seguintes, 2000, o partido conquistou três prefeituras dentre os maiores eleitorados do Estado: São Gonçalo, São João de Meriti e Teresópolis (525.541; 308.874 e 93.974 eleitores aptos em 2000, respectivamente). Em Niterói, o PMDB foi derrotado em segundo turno pelo PDT, mas o venceu também no segundo turno, em São Gonçalo.

Em 2004, destacaram-se importantes conquistas, seja no caso de prefeituras de municípios com alta densidade eleitoral, como nos casos de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Magé, Barra Mansa, além de municípios que se destacam no cenário interiorano do Estado do Rio de Janeiro por seus recursos orçamentários, a exemplo de Rio das Ostras, Angra dos Reis e Cabo Frio. O quadro 6 evidencia o não apenas o flagrante crescimento do número de prefeituras conquistadas pelo PMDB a partir de 2004, mas também a importância econômica e eleitoral dos municípios conquistados.

Quadro 6 – Prefeituras conquistadas pelo PMDB e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

PMDB 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	PMDB 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	PMDB 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Teresópolis	1,91%	1,75%	Duque de Caxias	7,63%	8,67%	Campos dos G.	10,99%	4,83%
Rio claro	0,26%	0,22%	Rio das Ostras	4,35%	0,51%	Macaé	7,63%	1,83%
São Gonçalo	4,36%	9,50%	Angra dos Reis	3,13%	1,55%	Volta Redonda	3,36%	3,11%
São João de Meriti	2,56%	5,50%	Cabo Frio	3,08%	1,50%	Angra dos Reis	3,34%	1,61%
Itatiaia	0,94%	0,32%	São João de Meriti	2,25%	5,45%	Rio das Ostras	3,34%	0,86%
Queimados	0,75%	1,28%	Belford Roxo	2,15%	4,46%	Barra Mansa	1,61%	1,87%
São João da Barra	0,71%	0,44%	Barra Mansa	1,58%	1,98%	Itaguaí	1,56%	1,12%
Carapebus	0,56%	0,13%	Resende	1,58%	1,23%	Magé	1,48%	2,30%
Cach. de Macacu	0,50%	0,56%	Magé	1,47%	2,24%	São João da Barra	1,31%	0,37%
Parati	0,45%	0,31%	Armação de Búzios	1,02%	0,24%	Mangaratiba	0,93%	0,34%
Carmo	0,32%	0,22%	Casimiro de Abreu	0,94%	0,36%	Araruama	0,80%	1,18%
C. Moreira	0,28%	0,19%	São João da Barra	0,87%	0,36%	Queimados	0,67%	1,34%
Laje do Muriaé	0,21%	0,11%	Piraí	0,86%	0,24%	Piraí	0,66%	0,27%
Varre e Sai	0,20%	0,11%	Maricá	0,81%	1,01%	Saquarema	0,63%	0,83%
			Itaperuna	0,67%	1,12%	São Pedro da Aldeia	0,61%	0,78%
			Três Rios	0,66%	0,90%	Três Rios	0,53%	0,85%
			São Pedro da Aldeia	0,66%	0,80%	São F. Itabapoana	0,41%	0,51%
			Saquarema	0,60%	0,79%	Santo Ant. de Pádua	0,36%	0,47%
			Carapebus	0,58%	0,13%	Arraial do Cabo	0,35%	0,35%
			Guapimirim	0,54%	0,49%	Paraíba Sul	0,34%	0,48%
			S. F. de Itabapoana	0,52%	0,54%	São Fidélis	0,32%	0,44%
			Paraíba do Sul	0,41%	0,50%	Miracema	0,27%	0,32%
			São Fidélis	0,37%	0,49%	Bom jardim	0,26%	0,30%
			Santo Ant. de Pádua	0,36%	0,49%	Itaocara	0,25%	0,27%
			S. José do V.R. Preto	0,28%	0,22%	Pinheiral	0,23%	0,22%
			Bom Jardim	0,26%	0,31%	Sumidouro	0,21%	0,19%
			Itaocara	0,26%	0,26%	Italva	0,18%	0,14%
			Carmo	0,25%	0,18%	Eng. P. de Frontin	0,18%	0,13%
			Conc. de Macabu	0,24%	0,26%	Duas Barras	0,18%	0,12%
			Rio Claro	0,24%	0,22%	Quatis	0,16%	0,14%
			Cardoso Moreira	0,24%	0,16%	Com. Levy Gasparian	0,14%	0,10%
			Cambuci	0,23%	0,20%	Macuco	0,14%	0,08%
			Cordeiro	0,22%	0,24%	São José de Ubá	0,13%	0,09%
			Porciúncula	0,22%	0,21%	Laje do Muriaé	0,13%	0,10%
			Natividade	0,22%	0,20%			
			Santa Maria Mad.	0,22%	0,12%			
			Duas Barras	0,21%	0,12%			
			Varre e Sai	0,17%	0,10%			
			Laje do Muriaé	0,16%	0,11%			
			Macuco	0,16%	0,09%			
			São José de Ubá	0,15%	0,09%			
TOTAL	11,84%	20,86%	TOTAL	40,82%	39,14%	TOTAL	43,69%	27,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

Observando o desempenho do PMDB no interior do Estado em 2008, comparado à 2004, percebe-se que a conquista da prefeitura de Campos do Goytacazes e a perda de municípios com grandes eleitorados como Duque de Caxias e São João de Meriti, levou o partido a conquista de prefeituras com maior volume de recursos orçamentários, mas com menor proporção no eleitorado do Estado.

No entanto, a perda de densidade eleitoral no interior perde importância diante da eleição do prefeito da capital do Estado. Esta conquista sepultou qualquer dúvida quanto aos resultados eleitorais espetaculares do PMDB em 2008, uma vez que o partido que já controlava o governo Estadual, elegeu também o prefeito da Capital, além de ter ampliado seu domínio sobre prefeituras com maiores recursos orçamentários no interior do Estado.

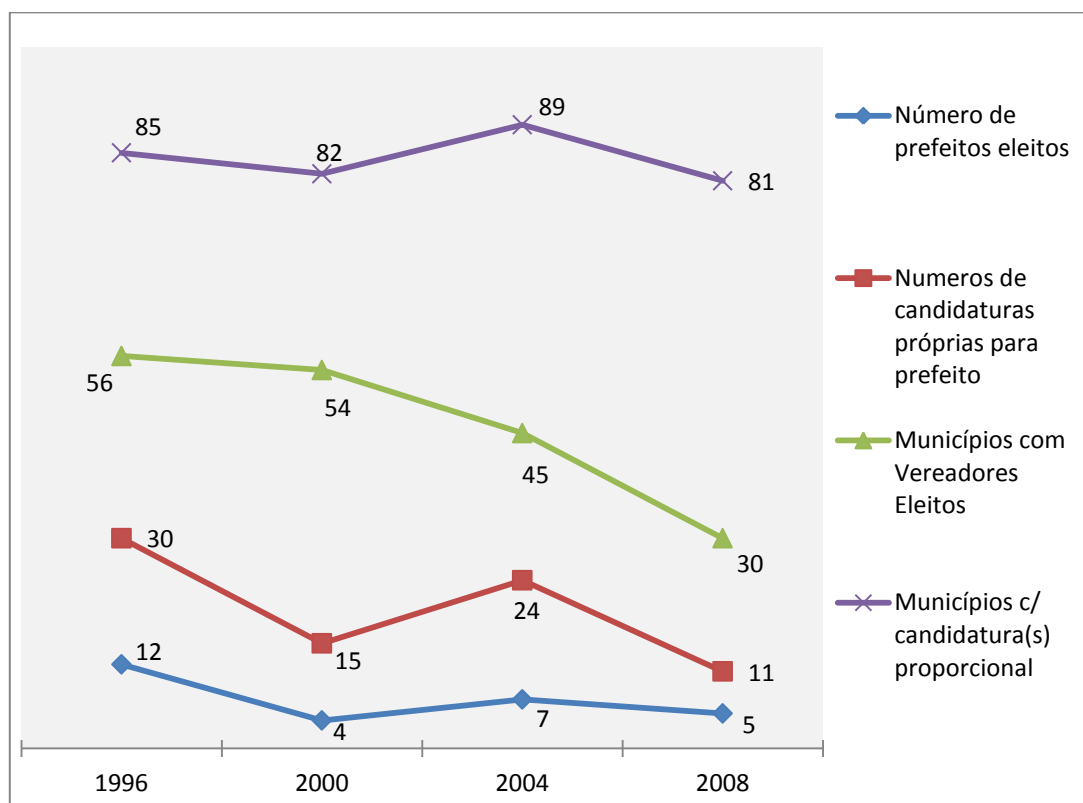
Evidente que não se pode falar em impacto negativo pela redução do número de eleitores nos municípios do interior conquistados pelo partido, de 2004 para 2008, de 39,1% para 27,9%, conforme indicado no Quadro 5, pois de outro lado, o partido elegeu o prefeito da capital, a qual possui 40,6% dos eleitores de todo o Estado.

3.3.4 PFL/DEM - Partido da Frente Liberal / Democratas

O maior número de prefeitos eleitos pelo PFL/DEM na série analisada ocorreu em 1996, quando o partido conquistou 12 prefeituras. O partido apresentou ainda baixa propensão a lançar candidaturas próprias, tendo, em 2008, concorrido em apenas 11 municípios. De igual forma, a participação e desempenho do partido em eleições proporcionais também sofreu considerável queda ao longo da série analisada.

Em 1996, o PFL havia elegido 148 vereadores em 61% dos municípios do Estado, no entanto este número decresceu progressivamente, chegando em 2008 a modestos 52 vereadores, em 33% dos municípios fluminenses, ou seja, apenas pouco mais da metade da capilaridade nas casas legislativas municipais do Estado que tivera naquele ano.

Gráfico 5 – Participação e Desempenho do PFL/DEM nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

O PFL venceu as eleições para prefeito da capital em 1996 e 2004, quando conquistou também as eleições para a prefeitura de São Gonçalo. Já em 2008, sua então candidata, Aparecida Panisset, reelegeu-se prefeita de São Gonçalo, dessa vez, pelo PDT. No entanto, é interessante destacar que o DEM participou da coligação que a elegeu.

No quadro 7 é possível perceber além do reduzido número de prefeituras conquistadas pelo PFL/DEM no interior do Estado, a pouca importância relativa seja em termos de densidade eleitoral seja na dimensão econômica dos municípios nos quais o partido elegeu prefeitos, à exceção de São Gonçalo em 2004, mesmo ano em que o partido conquistou a prefeitura da capital.

Quadro 7 – Prefeituras conquistadas pelo PFL / DEM e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

DEM 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	DEM 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	DEM 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Tanguá	0,33%	0,29%	São Gonçalo	3,36%	9,71%	Resende	1,33%	1,21%
Sumidouro	0,28%	0,20%	Itaguaí	1,20%	1,11%	Porto Real	0,56%	0,22%
Italva	0,24%	0,19%	Rio Bonito	0,70%	0,65%	Rio Bonito	0,55%	0,63%
Duas Barras	0,20%	0,14%	Porto Real	0,55%	0,15%	S. José V.R Preto	0,22%	0,22%
			Silva Jardim	0,39%	0,24%	Mendes	0,20%	0,21%
			Mendes	0,19%	0,20%			
TOTAL	1,05%	0,82%	TOTAL	6,39%	12,07%	TOTAL	2,86%	2,49%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

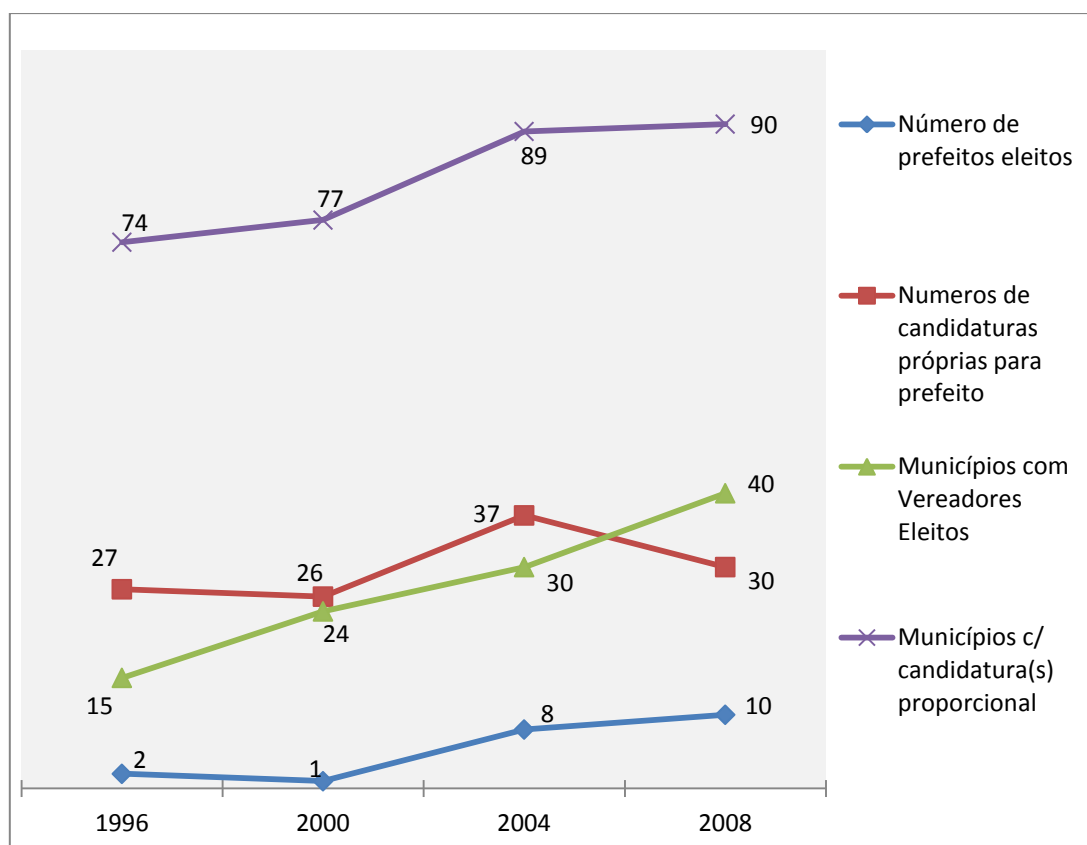
Reitera-se assim a percepção de que o DEM, a despeito de sua importância no cenário partidário nacional e de sua força na capital do Estado do Rio de Janeiro, não possui a mesma expressão quando observado em seu desempenho nas eleições dos municípios do interior.

3.3.5 PT - Partido dos Trabalhadores

Em 1996 o PT conquistou duas prefeituras (Angra dos Reis e Barra Mansa) e em 2000, conquistou apenas a prefeitura de Paracambi. No entanto, após o pleito de 2002, com a conquista da Presidência da República, o partido alcançou nas eleições subsequentes (2004 e 2008), oito e 10 prefeituras, respectivamente, consistindo desta forma, no partido que mais cresceu eleitoralmente, conforme anteriormente destacado, a partir de 2004.

Quanto às eleições proporcionais o PT também vem apresentando crescimento significativo tanto no número de municípios com candidatos quanto no número de município onde conquistou pelo menos um mandato de vereador, coforme evidenciado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Participação e Desempenho do PT nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

No que se refere às conquistas mais significativas do partido, em 2004, vale destacar Nova Iguaçu, Niterói e Itaboraí, como três prefeituras importantes da região metropolitana do Estado. Em 2008, o partido consegue a reeleição em Nova Iguaçu, e conquista Belford Roxo no primeiro turno.

O quadro 8 indica que o PT ampliou, a partir de 2004, seu controle sobre prefeituras com maiores volumes de recursos orçamentários, assim como de maior densidade eleitoral.

Quadro 8 – Prefeituras conquistadas pelo PT e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

PT 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	PT 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	PT 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Paracambi	0,37%	0,51%	Niterói	6,16%	4,90%	Petrópolis	4,57%	3,47%
			Nova Iguaçu	3,18%	7,87%	Nova Iguaçu	3,86%	7,86%
			Itaboraí	1,20%	2,04%	Belford Roxo	2,05%	4,39%
			Mesquita	0,77%	1,96%	Teresópolis	1,37%	1,73%
			Paracambi	0,40%	0,43%	Mesquita	0,79%	1,88%
			Cantagalo	0,40%	0,26%	Maricá	0,74%	1,10%
			Bom Jesus de Itabapoana	0,34%	0,39%	Silva Jardim	0,43%	0,23%
			Iguaba Grande	0,29%	0,23%	Paracambi	0,29%	0,45%
			Quatis	0,19%	0,14%	Conceição de Macabu	0,23%	0,24%
						Santa Maria Madalena	0,19%	0,12%
TOTAL	0,37%	0,51%		12,93%	18,23%		14,52%	21,47%

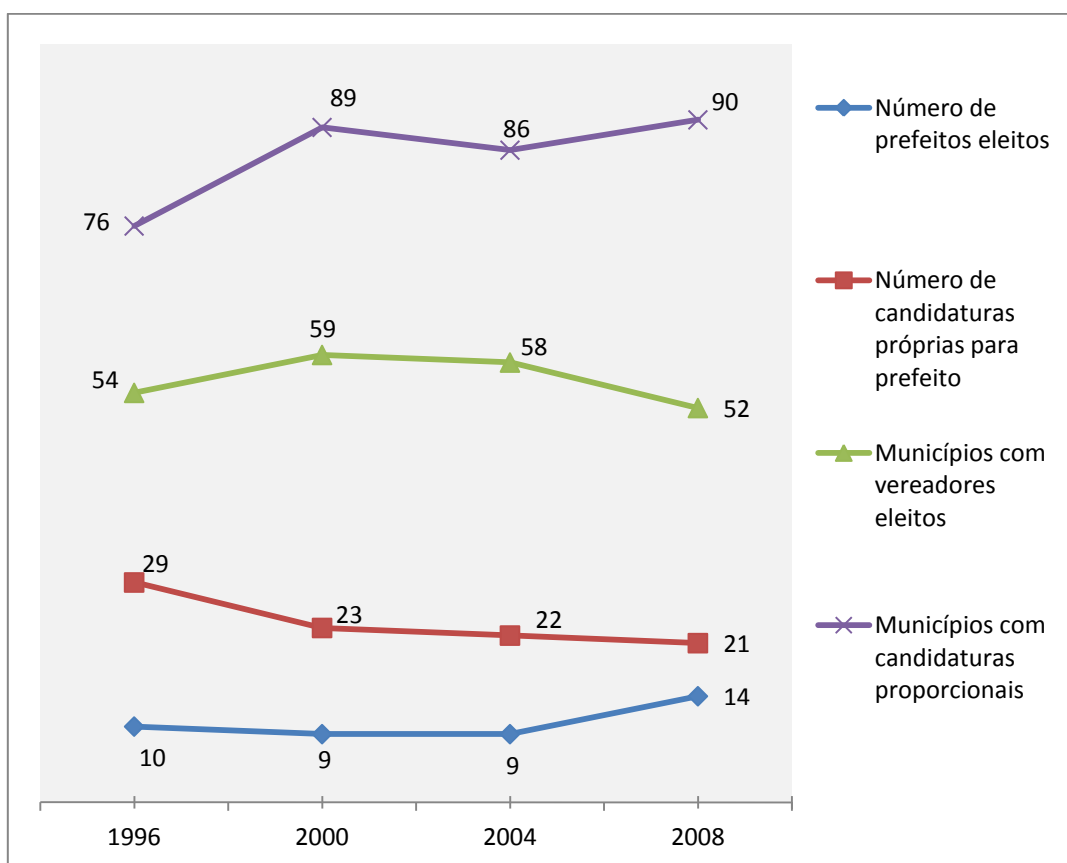
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, embora o partido não tenha conquistado número tão expressivo de prefeituras ao longo da série analisada, fica evidente o acentuado avanço que obteve nas eleições municipais fluminenses a partir de 2004.

3.3.6 PP - Partido Progressista

O aspecto mais marcante da participação e desempenho do PP nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro está certamente na sua regularidade com que se participa e no seu desempenho, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais. Esta regularidade pode ser observada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Participação e Desempenho do PP nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Em 2000, o PP conquistou nove prefeituras entre elas Itaperuna e Nilópolis, municípios que se configuram num forte “reduto” do partido, no qual tornaria a eleger os prefeitos em 2004 e 2008.

O quadro 9 indica as conquistas do PP entre 2000 a 2008, e a importância de cada município em percentual de eleitores, e em volume de recursos orçamentários, medidos a partir das receitas correntes dos municípios.

Quadro 9 – Prefeituras conquistadas pelo PP e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

PP 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	PP 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	PP 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Nilópolis	0,88%	2,52%	Nilópolis	0,82%	1,62%	Itaboraí	1,46%	2,13%
Itaperuna	0,84%	1,11%	Valença	0,46%	0,88%	Nilópolis	0,82%	1,77%
Itaocara	0,33%	0,33%	Miguel Pereira	0,30%	0,30%	Cachoeiras de Macacu	0,65%	0,60%
Cambuci	0,29%	0,18%	Tanguá	0,27%	0,32%	Barra do Piraí	0,59%	1,03%
Porciúncula	0,24%	0,21%	Sumidouro	0,22%	0,21%	Itatiaia	0,38%	0,31%
São Sebastião do Alto	0,22%	0,11%	Areal	0,21%	0,12%	Cantagalo	0,30%	0,25%
Aperibé	0,20%	0,12%	Sapucaia	0,20%	0,24%	Miguel Pereira	0,29%	0,31%
Macuco	0,17%	0,11%	Italva	0,19%	0,16%	Tanguá	0,28%	0,32%
São José de Ubá	0,17%	0,10%	São Sebastião do Alto	0,18%	0,11%	Porciúncula	0,23%	0,20%
						Cardoso Moreira	0,19%	0,16%
						Areal	0,17%	0,13%
						São Sebastião do Alto	0,16%	0,11%
						Rio das Flores	0,15%	0,10%
						Varre-Sai	0,14%	0,11%
TOTAL	3,34%	4,79%		2,85%	3,96%		5,81%	7,53%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

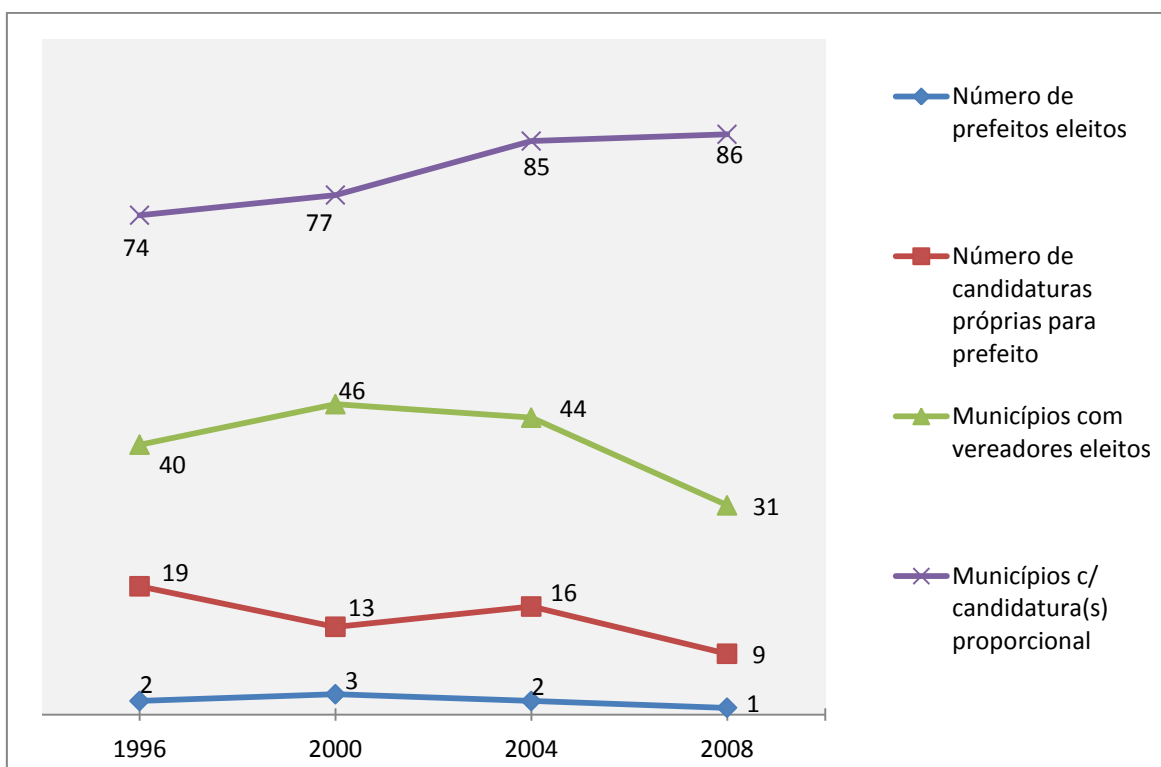
Nas eleições de 2004, o PP repetiu o número de prefeituras conquistadas, mas ainda sem alcançar municípios com densidade eleitoral mais significativa tampouco prefeituras com maiores volumes de receitas orçamentárias.

Apenas em 2008, quando experimentou crescimento substantivo no número de prefeitos eleitos, o PP conquistou um município de maior destaque em termos de densidade eleitoral ou de recursos orçamentários. Itaboraí, 12º maior colégio eleitoral do Estado, e 18º município do interior com maior volume de receitas correntes, conforme evidenciado no quadro 9.

3.3.7 PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

O PTB demonstrou desempenho modesto quanto ao número de prefeituras conquistadas na série analisada, um total de 8. Sua maior conquista foi, sem dúvidas, em 2000, quando conquistou a prefeitura do Rio de Janeiro, além de vereanças em 50% dos municípios fluminenses. No entanto, daí em diante o número total de vereadores eleitos pelo partido sofreu considerável decréscimo, tendo sido reduzido, em 2008, a 40% do que fora em 1996, e sua presença com pelos menos um mandato de vereador nos legislativos municipais fluminenses tendo também caído, em torno de 10% (de 40 em 91 municípios em 1996, para 31 em 92, em 2008)

Gráfico 8 – Participação e Desempenho do PTB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Em 1996 o partido havia conquistado duas prefeituras, ampliando para três em 2000, inclusive a capital, que naquele ano correspondia a 52,4% das receitas correntes municipais, e 42,7% do eleitorado do Estado. Já sua expressão política-eleitoral no interior do Estado é bastante reduzida, conforme demonstrado no quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Prefeituras conquistadas pelo PTB e sua importância eleitoral e econômica no interior do Estado do Rio de Janeiro

PTB 2000	% Rec. Corr.	% Aptos	PTB 2004	%Rec. Corr.	% Aptos	PTB 2008	%Rec. Corr.	% Aptos
Pati do Alferes	0,34%	0,31%	Parati	0,42%	0,32%	Parati	0,66%	0,35%
São José do Vale do Rio Preto	0,29%	0,21%	Pati do Alferes	0,27%	0,34%			
TOTAL	0,63%	0,52%		0,71%	0,65%		0,67%	0,35%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e de Finanças Públicas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.

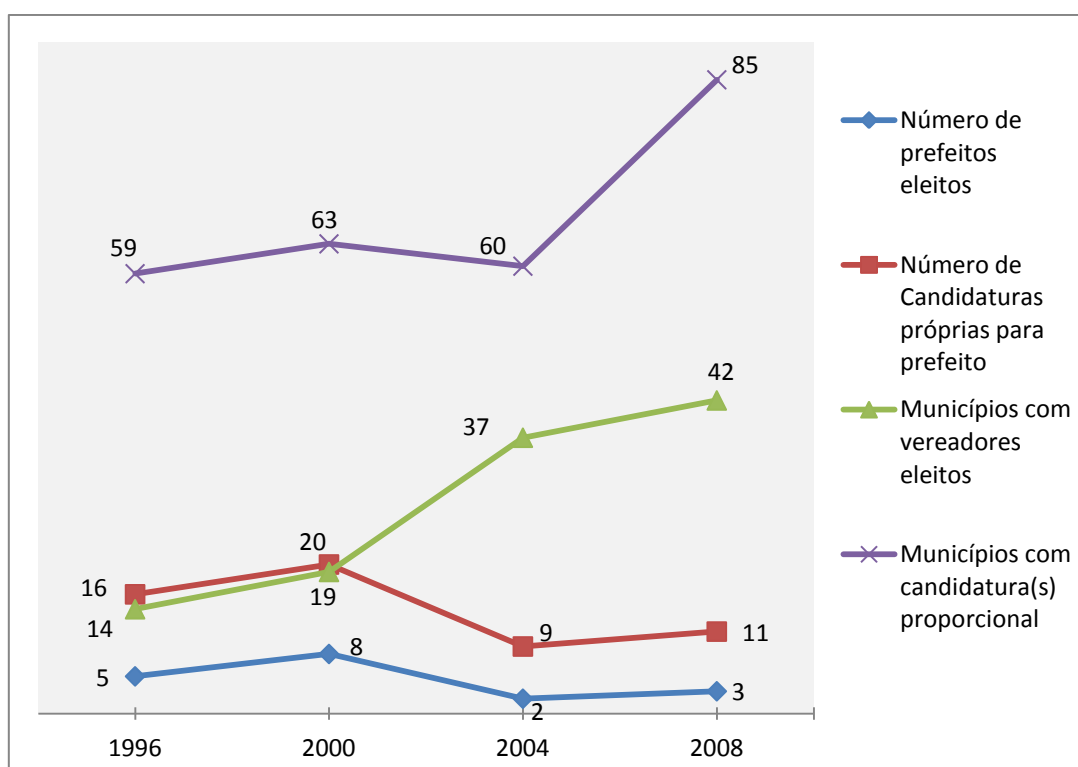
Portanto, em 2004 o partido elegeu apenas os prefeitos de Paty do Alferes (20.503 eleitores aptos em 2008), e Parati (23.185 eleitores aptos em 2008) por duas vezes. Em 2008, dentre suas nove candidaturas próprias, conquistou apenas a reeleição em Parati, que nem possui forte expressão econômica, tampouco densidade eleitoral.

3.3.8 Partido Socialista Brasileiro

O PSB que elegeu a Governadora Rosinha Garotinho em 2002 não chegou a ter a mesma fortuna que os demais “partidos do governador” uma vez que em 2004, tanto a governadora quanto seu marido, o ex-governador Anthony Garotinho haviam migrado para o PMDB, tendo sido inclusive considerado em argumentos levantados anteriormente no presente estudo de que em 2004 o partido da governadora foi o PMDB. Mesmo assim, em 2000, ano eleitoral imediatamente anterior ao qual foi eleita a governadora Rosinha em 2002, o

PSB apresentou 20 candidaturas, quatro a mais do que em 1996, porém mais que o dobro do número de candidatos em 2004. Tal queda sugere efeitos perversos permissividade da legislação eleitoral e partidária brasileiras quanto à questão das migrações partidárias, as supomos fossem ainda mais frequentes do que após a regulamentação da questão pelo Supremo Tribunal Federal em 2009.

Gráfico 9 – Participação e Desempenho do PSB nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

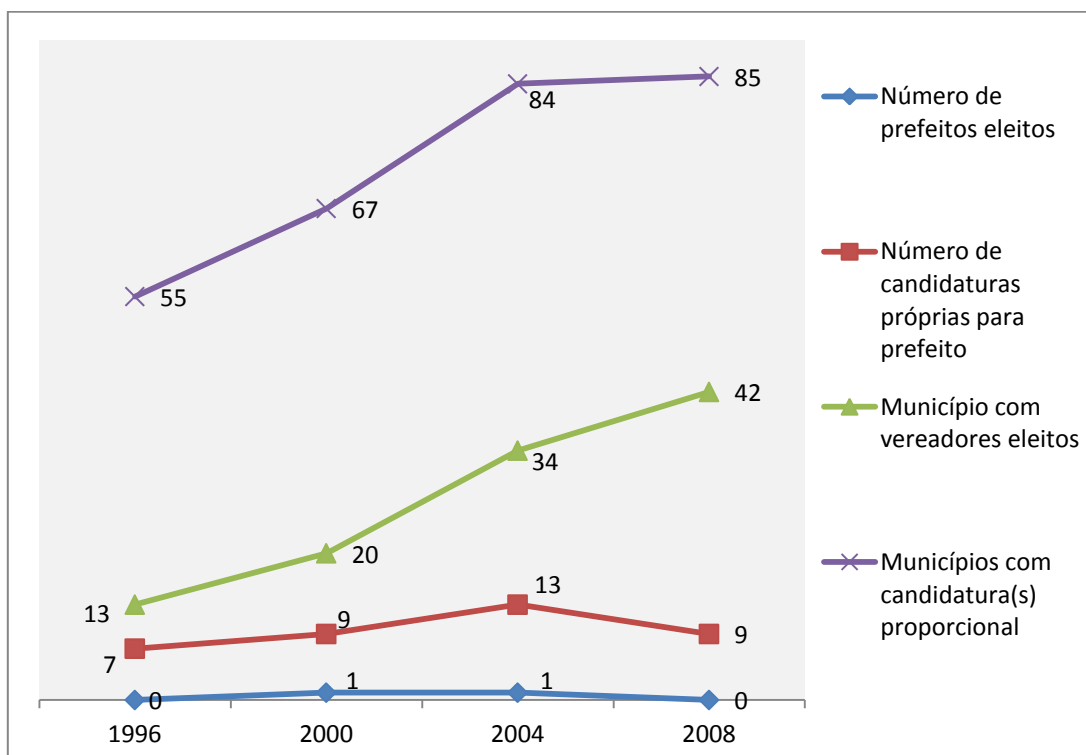
A perda de força eleitoral do PSB também pode ser notada na queda no número de mandatos conquistados pelo partido. De 8 em 2000, passou para apenas 2 em 2004, e 3 em 2008. O gráfico 9 (acima) sintetiza a participação e o desempenho do PSB nas eleições municipais do Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.

3.3.9. Demais Partidos

Na presente subseção serão analisados as participações e desempenho de outros três partidos políticos, os quais, a despeito de terem apresentado expressões eleitorais mais modestas no âmbito das eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro, também são relevantes para a compreensão e análise da correlação de forças partidário-eleitorais do Estado do Rio de Janeiro, e portanto, também são pertinentes ao presente estudo.

O gráfico 10 indica que o PPS – Partido Popular Socialista teve participação com candidaturas próprias bem como desempenho pouco expressivos nas eleições municipais majoritárias no Estado, embora tenha obtido avanços significativos em sua capilaridade no Estado, tendo em vista que em 1996 lançou candidatos a vereador em 55 municípios, cerca de 60% dos mesmos, mas em 2008 este número chegou a 85 dos 92 municípios fluminenses, ou seja, cerca de 92% dos mesmos.

Gráfico 10 – Participação e Desempenho do PPS nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.

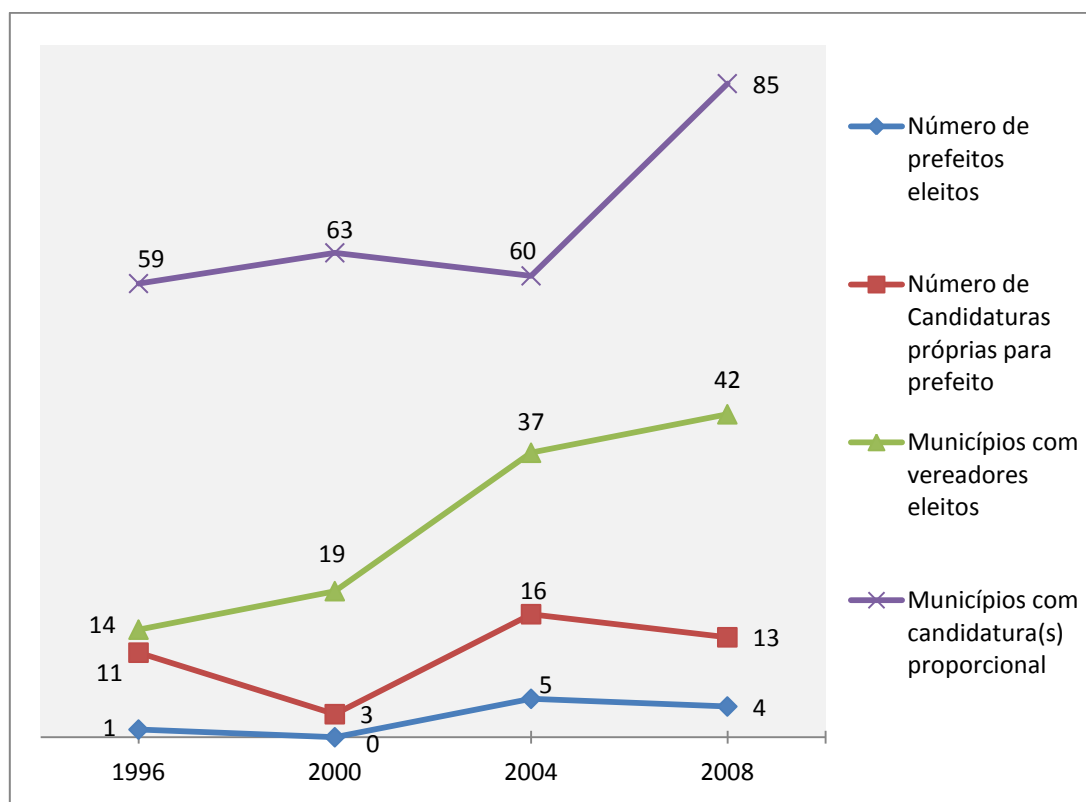


Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Também o desempenho do PPS nas eleições proporcionais analisadas alcançou significativo incremento, tendo o partido eleito vereadores em apenas 13 municípios em 1996, mas chegando próximo de garantir presença na metade dos legislativos municipais do Estado em 2008.

Já o PSC - Partido Social Cristão, embora considerado partido pequeno pelas análises que privilegiam a participação dos partidos políticos no Congresso Nacional, vem apresentado significativa expressão eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, o que se confirma na análise de sua participação e desempenho nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro, conforme evidenciado no gráfico 11.

Gráfico 11 – Participação e Desempenho do PSC nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

No que se refere aos pleitos proporcionais o PSC teve desempenho semelhante ao descrito para o PPS, tendo ampliado sensivelmente sua

capilaridade enquanto partido que lança candidatos em cada vez mais municípios, assim como aumentando significativamente sua presença nos legislativos municipais no Estado. Acrescenta-se a isso, o fato de que em 2004 o partido elegeu nada menos do que 80 vereadores, o que o colocou, em números absolutos, atrás apenas de PMDB e PP.

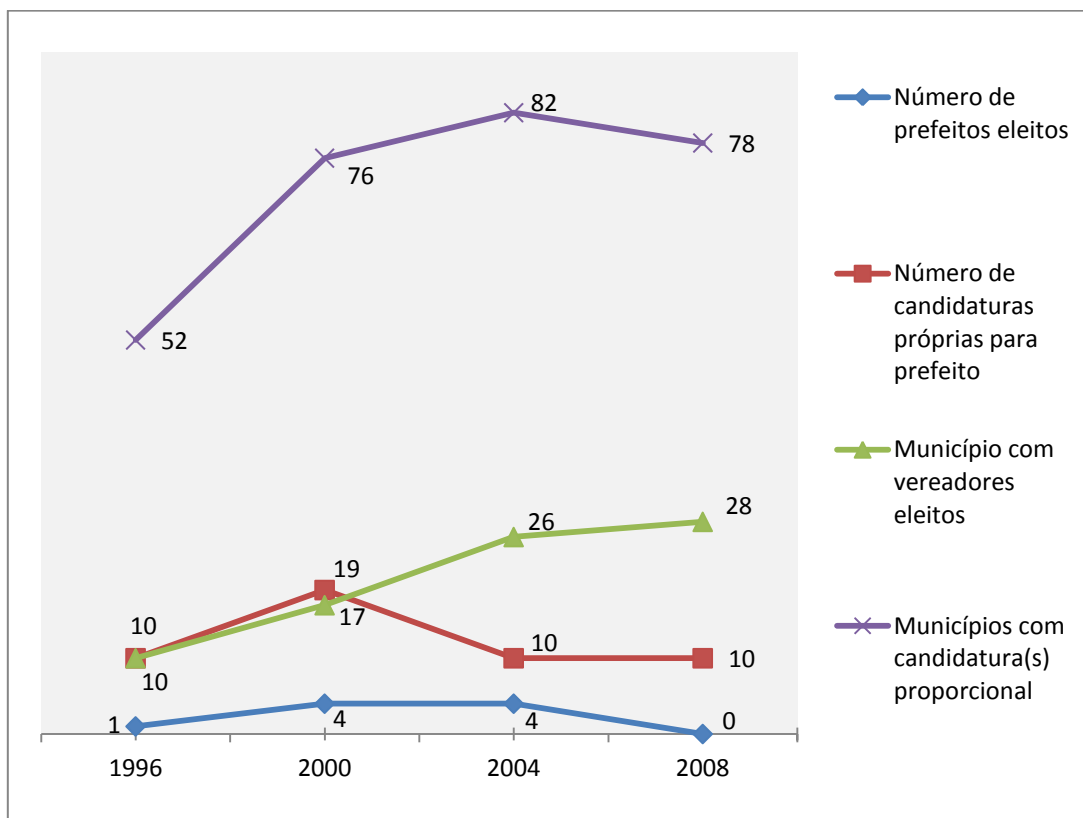
Embora 2008 tenha sido um ano de resultados eleitorais positivos para o partido, 2004 foi, sem dúvidas, seu melhor ano, tendo o partido elegido 5 prefeitos, entre eles os de Seropédica, na Região Metropolitana, e Quissamã, que a despeito da baixa densidade eleitoral, é um dos municípios com maior volume de repasses de *royalties* de petróleo *per capita* do país.

Tal desempenho também colocou o PSC, em 2004, na frente de partidos considerados grandes nacionalmente, e ficando com desempenho, pelo menos em número de prefeituras conquistadas, atrás apenas de PMDB, PP, PT e PFL.

Por fim, vale analisar também a participação e desempenho do PV – Partido Verde nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008. A despeito de ter sido o principal adversário na disputa pela capital em 2008, o PV, tanto em sua participação quanto em seu desempenho, foi provavelmente o mais modesto dos partidos políticos analisados no presente trabalho.

Sua capilaridade no Estado não alcançou índices similares aos partidos anteriormente analisados, à exceção de 2004 quando lançou candidatos à vereança em 82 municípios (89%), conforme apresentado no gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 – Participação e Desempenho do PV nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Percebe-se também a pouca capilaridade do partido nos legislativos municipais fluminenses, a qual embora em movimento crescente não tenha alcançado sequer um terço dos municípios do Estado.

De igual forma a expressão eleitoral do partido nas disputas majoritárias também se apresentou bastante modesta, ficando o destaque para a disputa do segundo turno da capital em 2008 contra o PMDB, o que sugere a possibilidade de seu insucesso estar diretamente relacionado à seu posicionamento de oposição ao partido do governador, justamente no quadrante da disputa mais relevante para este último, no referido ano.

Na seção 2.4 serão analisadas justamente as participações e desempenho dos partidos políticos nas disputas em segundo turno nos municípios do Estado do Rio de Janeiro entre 1996 e 2008.

3. 4. Sobre as disputas em Segundo Turno

Ao longo das quatro eleições analisadas houve segundo turno em 15 oportunidades, implicando em 30 participações de partidos nestes pleitos, conforme se observa no quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Demonstrativo das eleições municipais definidas em segundo turno, no Estado do Rio de Janeiro, de 1996 à 2008.

Características	1996	2000	2004	2008
Municípios com mais de 200mil eleitores (passíveis de segundo turno)	Rio de Janeiro São Gonçalo Duque de Caxias Nova Iguaçu Niterói São João de Meriti Campos dos Goytacazes Belford Roxo	Rio de Janeiro São Gonçalo Duque de Caxias Nova Iguaçu Niterói São João de Meriti Campos dos Goytacazes Belford Roxo	Rio de Janeiro São Gonçalo Duque de Caxias Nova Iguaçu Niterói São João de Meriti Campos dos Goytacazes Belford Roxo Petrópolis	Rio de Janeiro São Gonçalo Duque de Caxias Nova Iguaçu Niterói São João de Meriti Campos dos Goytacazes Belford Roxo Petrópolis Volta Redonda
Municípios onde ocorreu segundo turno	1. Rio de Janeiro 2. Duque de Caxias 3. S. João de Meriti	1. Rio de Janeiro 2. Niterói 3. São Gonçalo 4. Belford Roxo	1. Duque de Caxias 2. Nova Iguaçu 3. Niterói 4. Campos 5. S. João de Meriti	1. Rio de Janeiro 2. Campos 3. Petrópolis
Partidos Vitoriosos	1. PFL 2. PSDB 3. PFL	1. PTB 2. PDT 3. PMDB 4. PPS	1. PMDB 2. PT 3. PT 4. PDT 5. PMDB	1. PMDB 2. PMDB 3. PT
Partidos Derrotados	1. PPB 2. PSDB 3. PSDB	1. PFL 2. PMDB 3. PDT 4. PSDB	1. PDT 2. PMDB 3. PDT 4. PMDB 5. PTB	1. PV 2. PDT 3. PSB

Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Com exceção do PDT e do PMDB que se enfrentaram em seis ocasiões, com três vitórias para cada, não ocorreram muitos confrontos repetidos entre as legendas. Embora tenhamos observado que PSDB, DEM, PTB e PP são forças

partidárias tradicionais nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro, os mesmos não participaram de nenhuma disputa em segundo turno desde 2000.

O PDT manteve-se sempre participando de segundos turnos, embora não consiga vencer desde 2004, quando elegeu o prefeito de Campos dos Goytacazes, mas perdeu em São Gonçalo e Duque de Caxias, conforme indicado no quadro 8. Em 2008, novamente em segundo turno para prefeitura de Campos dos Goytacazes, o PMDB devolveu a derrota sofrida para o PDT em 2004, evidenciando uma das mais tradicionais disputas municipais entre o “12” e o “15”.

O PT participou de suas duas primeiras disputas de segundo turno apenas em 2004, vencendo ambas, a de Niterói e de Nova Iguaçu. Em 2008, mais uma participação e mais uma vitória eleitoral importante, essa agora em Petrópolis. Com isso o partido manteve 100% de aproveitamento nas três vezes, nas quais participou de disputas em segundo turno em municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Já o PMDB esteve em 8 disputas de segundo, o que corresponde a mais da metade das 15 ocorridas, tendo vencido em 5 ocasiões e sido derrotado em 3. Vale destacar também que não esteve em nenhum dos segundos turnos ocorridos em 1996, portanto suas participações começaram em 2000, quando enfrentou duas vezes o PDT, vencendo em São Gonçalo, e perdendo em Niterói.

Em 2004, o PMDB participou de quatro dos cinco segundos turnos realizados. Derrotou PDT e o PTB, em Duque de Caxias e São João de Meriti, respectivamente. Foi derrotado pelo PT e pelo PDT em Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes respectivamente. Em 2008, teve aproveitamento máximo, vencendo o PV na capital e o PDT em Campos dos Goytacazes.

O quadro 12, a seguir, apresenta os partidos que elegeram os prefeitos nos 10 maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (capital), São

Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Niterói, Petrópolis, São João de Meriti, Campos e Volta Redonda, para as quatro eleições analisadas.

Quadro 12 – Partidos que elegeram prefeitos nos dez maiores municípios em número de eleitores, do Estado do Rio de Janeiro. *

	1996	2000	2004	2008
Rio de Janeiro	PFL	PTB	PFL	PMDB
São Gonçalo	PDT	PMDB	PFL	PDT
Duque de Caxias	PSDB	PSDB	PMDB	PSDB
Nova Iguaçu	PSDB	PSDB	PT	PT
Belford Roxo	PPB	PPS	PMDB	PT
São João de Meriti	PFL	PMDB	PMDB	PR
Niterói	PDT	PDT	PT	PDT
Campos dos G.	PDT	PDT	PDT	PMDB
Petrópolis	PSDB	PDT	PSB	PT
Volta Redonda	PSB	PSB	PV	PMDB

*As células sombreadas indicam a ocorrência de segundo turno.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral.

Boa parte dos movimentos de fortalecimento e enfraquecimento dos partidos políticos ao longo da série analisada, e que foram analiticamente abordados no presente capítulo pode se confirmam analisando apenas este quadrante da disputa, em torno do controle político das prefeituras dos maiores municípios fluminenses.

Reitera-se entre outras nuances, a perda de espaço político de PSDB e PDT, a conquista cada vez mais frequente de municípios de destacada importância no cenário fluminense por PT e PMDB, as quase ausências de PP e PTB nestas disputas, como partidos mais propensos à celebração de alianças, assim como a percepção geral de que se trata, de fato, de um cenário multipartidário marcado por uma configuração consideravelmente complexa.

De igual forma, as mesmas tendências mais uma vez se confirma a partir dos dados apresentados na tabela 12.

Tabela 12 – Soma dos percentuais de eleitores aptos e receitas correntes dos municípios onde os partidos elegeram prefeitos no Estado do Rio de Janeiro, por ano eleição.

2000			2004			2008		
Partido	% Rec. Corr.	% Eleitores aptos	Partido	% Rec. Corr.	% Eleitores aptos	Partido	% Rec. Corr.	% Eleitores aptos
PTB	40,9%	43,0%	PFL	49,1%	49,0%	PMDB	71,9%	57,5%
PDT	22,6%	23,1%	PMDB	21,5%	25,6%	PT	7,5%	12,7%
PSDB	18,6%	14,0%	PT	6,9%	10,6%	PDT	4,0%	9,3%
PMDB	3,5%	6,4%	PSB	2,5%	3,3%	PSDB	7,0%	8,1%
PSB	7,2%	6,2%	PV	3,0%	3,1%	PP	4,1%	4,5%
PP	1,9%	2,7%	PP	1,5%	2,3%	PSC	2,3%	2,1%
PPS	1,2%	2,4%	PSDB	4,5%	1,7%	PFL	1,4%	1,5%
PV	2,6%	0,8%	PDT	6,6%	1,3%	PSB	0,4%	0,4%
PFL	0,5%	0,5%	PSC	2,8%	1,2%	PTB	0,2%	0,2%
PT	0,2%	0,3%	PPS	0,5%	0,7%	PPS	-	-
PSC	-	-	PTB	0,4%	0,4%	PV	-	-
TOTAL	99,1%	99,3%	TOTAL	99,3%	99,0%	TOTAL	99,0%	96,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A tabela 12 pode ser vista como a síntese de boa parte dos dados empíricos apresentados na seção 3.3, no âmbito da qual o presente trabalho objetivou analisar o desempenho dos partidos políticos nas urnas dos municípios fluminenses, levando em consideração que os partidos possuem claras razões para preferir a conquista de certos municípios a outros.

Conforme dito anteriormente, acredita-se que entre os fatores que influenciariam estas prioridades, os mais imediatos são o tamanho de seus eleitorados e a importância econômica que possuem no Estado, não por acaso que o PMDB, partido com melhor desempenho eleitoral tenha lançado menos candidatos em 2008 do que em 2004, mas tenha crescido substancialmente nos percentuais apresentados na tabela 12.

Considerações Finais

O percurso teórico-metodológico empreendido no presente trabalho, a partir da análise dos dados empíricos apresentados e à luz da revisão bibliográfica, respectivamente nos capítulos 3 e 2, permitiu que fossem levantados importantes argumentos que corroboram no sentido de reconhecer a importância dos partidos políticos para compreensão da arena eleitoral brasileira.

A principal constatação foi a de que os partidos não atuam nas eleições municipais sob a égide de uma única lógica. Em linhas gerais, partidos são norteados pela lógica eleitoral imperativa expansionista, sendo que no âmbito das eleições municipais os mesmos se pautariam pela seguinte ordem de prioridades: 1) Lançar candidatura própria para prefeito; e 2) Eleger o maior número de vereadores possível.

No entanto, com base na análise da participação e do desempenho dos partidos foi possível observar que nenhuma legenda demonstrou ter adotado esta lógica em todos os momentos e quadrantes das disputas.

Confirmou-se aquilo que boa parte da literatura prevê, ao evidenciar-se que, via de regra, os partidos que controlam o executivo estadual costumaram atrair maior número de candidatos para as disputas municipais, a exemplo do que ocorreu com o PSDB em 1996, PDT em 2000, e com o PMDB em 2004.

Em 2008, nas eleições que antecederam o pleito para reeleição do governador Sérgio Cabral, o qual diferente dos seus antecessores postulou reeleger-se em 2010, o PMDB lançou menos candidaturas próprias municipais do que os demais partidos (PSDB, PDT) que estavam no controle dos governos nas eleições anteriores. No entanto, conforme destacado anteriormente, o mesmo ampliou seu controle em municípios com maior densidade eleitoral e de maior importância econômica no Estado.

A tabela a seguir apresenta uma medida de corte estabelecida pelo autor do presente trabalho, a qual, ainda que arbitrária, foi assumida apenas como

parâmetro adicional para análise do comportamento dos partidos nas eleições municipais, procurando observar pra além dos casos em que o partido obteve êxito eleitoral na disputa majoritária, mas também naqueles onde o partido apresentou pelo menos 20% dos votos válidos.

Neste sentido, à luz das proposições de Guarnieri (2009) decorrentes do teste que empreendeu para a Lei de Duverger nas eleições para prefeito no Brasil, parte-se aqui da crença de, pelo menos de forma geral, em pouquíssimos casos tal percentual de votos válidos não resulta minimante em um “honroso” terceiro lugar, não obstante na maioria das vezes implica em estar entre o primeiro(eleito) e o segundo colocados.

Tabela 13 – Percentual de candidaturas próprias para prefeito que alcançaram no mínimo 20 % dos votos válidos, por partido*.

Partido	1996	2000	2004	2008	Média Simples
PMDB	77%	87%	95%	97%	89%
PP	79%	70%	82%	95%	81%
PSDB	78%	79%	71%	67%	74%
DEM	70%	73%	67%	64%	68%
PDT	60%	86%	36%	60%	61%
PSB	56%	70%	44%	64%	59%
PSC	27%	33%	69%	69%	50%
PTB	32%	54%	63%	44%	48%
PV	20%	47%	60%	40%	42%
PT	15%	27%	43%	63%	37%
PPS	14%	22%	15%	56%	27%

* Número de candidaturas que alcançaram 20% dos votos válidos em seus municípios, em proporção ao número total de candidaturas próprias lançadas pelo partido no Estado, no referido ano eleitoral.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A tabela 13 evidencia o percentual de candidatos próprios a prefeito lançados pelos partidos que alcançaram pelo menos 20% dos votos válidos em seus respectivos municípios. A referida tabela foi classificada pela coluna “Média

Simple”, a qual nos permite refletir sobre o desempenho das legendas na atividade de coordenação pré-eleitoral ao longo da série analisada como um todo, mas que, no entanto, não nos indica propriamente o lugar “destino” das legendas, que seria a tendência passível de ser identificada a partir desses dados, de que o partidos vem ampliando sua capacidade de predição do desempenho eleitoral de seus pré-candidatos.

A considerável evolução generalizada nos percentuais apresentados na tabela 13, sobretudo à luz da análise empírica mais ampla empreendida no capítulo 3 também sugerem que as legendas não seriam norteadas meramente pela lógica trivial do crescimento eleitoral, cujo principal traço seria algo entre um forte ímpeto de lançar o maior número possível de candidatos para prefeito no maior número de municípios possível, ou uma situação na qual aparentemente os órgãos dirigentes municipais (diretórios ou comissões provisórias) seriam dotados da mais absoluta autonomia, podendo, portanto, agir como se sua disputa fosse a única em curso.

No entanto, conforme ressaltado por Guarnieri (2009) e Campos (2009), os partidos possuem mecanismos de centralização de decisões com profundas implicações na arena eleitoral, como por exemplo, se o partido lançará candidatura própria ou não, e a distribuição de recursos de financiamento político-partidário e eleitorais.

Dantas (2007) acrescenta a questão da capacidade de atração exercida pelo partido do governador e a questão da tendência à uma certa polarização da disputa entre o mesmo e outro partido que represente a principal frente de oposição no Estado.

Desta forma, vimos que o PMDB e o PP demonstraram nas eleições de 2008 que sua coordenação política pré-eleitoral foi conduzida com altíssimo grau de eficiência, uma que vez apenas 3% e 5%, respectivamente, dos candidatos que lançaram deixaram de alcançar 20% dos votos válidos de seus municípios.

Também o PSDB, que embora tenha sofrido considerável perda em sua expressão eleitoral nos municípios fluminenses de 1996 até 2004, e depois alcançado leve recuperação em 2008, apresentou percentuais significativos (78% / 79% / 71% / 67%) os quais reiteram a importância da legenda no cenário eleitoral do Estado, e que evidenciam considerável capacidade de coordenar-se pré-eleitoralmente com as demais de legendas, de forma a obter melhores resultados.

Já o PT que inicialmente apresentava mais candidatos do que propriamente resultados, demonstrou avanços consideráveis ao sair de modestos 15% em 1996 para 63% em 2008, de forma progressiva e sem apresentar retrocessos. Soma-se a isto o êxito alcançado nas três participações em segundos turnos, conforme anteriormente analisado. O PT teve entre 2000 e 2004 seu maior crescimento eleitoral em número de prefeitos, mas de 2004 para 2008, o partido teve conquistas mais significativas no conjunto dos municípios interioranos no que se refere à densidade eleitoral e importância econômica em relação ao Estado.

O PDT começou e terminou a série com o mesmo percentual de 60% de candidaturas com pelo menos 20% dos votos válidos. Considerando que foi um dos maiores adversários, embora também aliado em alguns casos, do PMDB, partido com melhor desempenho eleitoral nas eleições analisadas, é natural que o partido tenha este índice um pouco mais baixo que os demais. Em todo caso o partido mostrou-se consideravelmente propenso a lançar candidaturas próprias, e que boa parte destas candidaturas, embora diante de taxas de sucesso eleitoral relativamente baixas a partir de 2004, boa parte de suas candidaturas próprias alcançou votações significativas em seus municípios.

Sobre o DEM, apesar da evidente concentração de sua expressão eleitoral na capital do Estado, o partido também demonstrou capacidade de adequação às circunstâncias desfavoráveis em que sofreu reveses eleitorais, mantendo bons índices de aproveitamento de suas candidaturas, permanecendo nas quatro eleições observadas, próximo dos 70% (ver tabela 13)

Já o PTB, considerando ter sido o partido com desempenho e participação mais modestos, apresentou percentuais relativamente esperados, tendo em vista que apresentar bom desempenho na coordenação eleitoral possui nítidos limites diante de desempenhos eleitorais prévios menos favoráveis. Tanto é assim, que após ter vencido a prefeitura da capital em 2000, foi justamente em 2004 que o partido apresentou um percentual de 63%, ou seja, mais próximo daqueles apresentados por PDT, DEM, PT e PSDB.

Neste sentido, vale a percepção de que exceto para PMDB e PP que, no caso do primeiro está em condições jamais experienciadas por outros partidos que também estiveram à frente do governo estadual. A condição do PMDB é realmente *sui generes* na história das eleições democráticas no Estado do Rio de Janeiro, por tudo que evidenciamos anteriormente, e o PP por sua vez, também tem mostrado coordenação eficaz em sua condição de partido governista coadjuvante no Estado do Rio de Janeiro.

O PTB como anteriormente citado, vive dificuldades contextuais, mas os percentuais apresentados por PDT, DEM, PT e PSDB, todos entre 60% e 70% sugerem certa convergência nestes valores. Esta parece ser uma faixa aceitável de perda para os partidos grandes, o que pode ser um indício de que estes partidos, ainda que uns sejam mais e outros menos “organizados”, possuem certa capacidade de predição de seus resultados eleitorais.

Embora considerados nacionalmente partidos grandes, o PTB deu sinais de ter sido utilizado em certo momento, tal como a parte mais pessimista da literatura nacional quanto a questão dos partidos políticos brasileiros denominaria, como “legenda de aluguel”.

Ainda que lembrando os importantes argumentos sustentados por Santos (2009) de que esta é uma classificação perigosa e inadequada por uma série de razões, vale ressaltar que o único momento em que o PTB demonstrou expressão eleitoral mais significativa foi quando conquistou a prefeitura da capital, em 2000, com o candidato e ex-prefeito Cesar Maia, que migrara do então PFL para o partido. Não demoraria muito para que o prefeito Cesar Maia

retornasse ao PFL, e novamente o PTB voltasse a sua condição pouco expressiva no cenário político fluminense.

O mesmo não pode ser dito do PSB com relação à passagem da família Garotinho tendo em vista que o partido vinha apresentando incremento em sua expressão eleitoral antes da filiação do então governador e sua esposa, e posterior sucessora no governo do Estado. Percebe-se também que o PSB experimentou bom crescimento eleitoral entre 1996 e 2000, e que após a entrada e saída dos suprarreferidos atores políticos, quanto ao declínio em seu desempenho nas urnas municipais que se seguiu, ainda não apresentou sinais nítidos de recuperação.

Por outro lado, entre os partidos supostamente pequenos quando avaliados apenas a partir de sua presença no Congresso Nacional, o PSC viria se confirmando como um partido prestador de serviço na medida em que suas recentes conquistas majoritárias viriam acompanhadas de um aumento contínuo de sua capilaridade pela via da difusão partidária parlamentar. Se fosse o caso de rotular como “legenda de aluguel” alguma das menores legendas dentre as que conseguiram eleger prefeitos em 2008, restariam como últimas opções PTC, PR e PRB.

Embora não tenham sido analisados pelo presente trabalho por terem estado presentes apenas no pleito de 2008, e por considerarmos um equívoco considerá-los como uma mera divisão em duas partes daquilo que seria o antigo PL, algumas considerações merecem destaque, apenas no sentido sustentar a impossibilidade de classificá-los como “partidos de aluguel”.

Embora menor à época de sua criação em 2006, e também da forma como se saiu nas eleições municipais no Estado do Rio de Janeiro em 2008, o Partido da República⁹ possui hoje uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados, importante presença no Senado Federal além de ser razoável dizer que ao lado de PT e PMDB, o PR é uma das três principais forças políticas no

⁹ O PR faz parte da coalizão do governo federal estando à frente do Ministério dos Transportes. No Congresso Nacional, o partido conta com 6 senadores e 36 deputados federais, sendo considerado por muitos a terceira força da coalizão governista, atrás apenas de PT e PMDB.

cenário político estadual atual, sobretudo a partir do ingresso do ex-governador e atualmente deputado federal Anthony Garotinho, e sua esposa Rosinha, prefeita de Campos dos Goytacazes, por muitos considerada a “capital do interior” do Estado.

Tampouco o PRB, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, não deve ser considerado partido meramente de aluguel, tendo em vista que um dos senadores do Estado, Marcelo Crivella, foi eleito pelo partido com cerca de 23% dos votos válidos para o Senado (eleição majoritária cujo distrito eleitoral são os estados), em 2010.

Já o PTC talvez fosse o mais “suscetível” a ser rotulado como possível partido de aluguel, não fosse algo relativamente esperado que diante de certas situações a racionalidade dos atores políticos os leve a buscar um caminho mais seguro, que lhes ofereça menos riscos para investir em sua eleições, optando assim por partidos considerados mais permissivos em todos os sentidos. Tanto na sua organização interna quanto na sua política de alianças, bem como na sua pouca capacidade de exercer controle partidário sobre prefeitos e vereadores depois de eleitos.

Portanto, a despeito do cenário eleitoral partidário consideravelmente fragmentado, e da permissividade das regras e constrangimentos institucionais que norteiam o comportamento dos partidos políticos na arena eleitoral dos municípios fluminenses, não foram encontrados indícios de que o sistema partidário estadual seja determinado pela presença de supostas “legendas de aluguel”.

Outro ponto que merece destaque é fato de que nem todos os cálculos eleitorais dos partidos se mostraram imediatistas, ou meramente voltados para a busca incessante de crescimento da expressão eleitoral do partido, havendo sinais de que em certos momentos opta-se pela construção de arranjos eleitorais onde seus principais adversários na política estadual deixem de crescer, e se possível sofram redução em seu capital político eleitoral.

Aparentemente o PMDB preteriu quantidade à “qualidade” dos municípios em que lançou e investiu em candidaturas, passando em 2008 a eleger menos prefeitos, porém todos em municípios com maior volume de recursos orçamentários, e também com eleitorados maiores (ver tabela 12). Aliado a isto, percebe-se que o PV, adversário do PMDB na disputa pela capital (município de maior importância relativa), tenha sido derrotado não apenas nesta disputa, mas também não tenha conseguido eleger nenhum outro candidato a prefeito, e tenha sofrido queda considerável no desempenho de suas candidaturas próprias com pelo menos 20% dos votos válidos, as quais caíram de 60% em 2004, para 40% em 2008 (ver tabela 13).

Não por acaso, o PV viria novamente a apresentar-se como uma das principais vias de oposição ao PMDB nas eleições para governador em 2010, e pode-se supor que seu mau desempenho, mesmo após ter conquistado quase a metade dos votos da capital em 2008, ao ter amargado o terceiro lugar, ficando atrás da candidatura do PR, e com o mesmo candidato (Fernando Gabeira), o que reforça a relevância dos resultados das eleições municipais de 2008 para tal desfecho em 2010.

Em outras palavras, embora o candidato do PV tenha demonstrado grande densidade eleitoral em 2008 ao praticamente “rachar” ao meio o eleitorado da capital, pode-se depreender que faltou “partido” para que o mesmo pudesse, de fato, almejar o sucesso na disputa majoritária pelo executivo estadual em 2010.

Assim, diante do exposto ao longo desta dissertação é possível considerar que o presente estudo encontrou indícios nítidos de que as eleições municipais e as majoritárias para o governo do Estado estão diretamente relacionadas, mas ainda assim, a lógica expansionista dos partidos possui severas limitações.

A racionalidade dos partidos enquanto atores políticos racionais e unitários parece admitir que, de uma forma ou de outra, é necessário um bom desempenho na articulação política que envolve o momento pré-eleitoral, nunca menosprezando a capacidade dos demais partidos de recrutar bons

candidatos, de fazer boas alianças, de captar recursos, enfim, de coordenar de forma eficaz todas as etapas do processo eleitoral.

Por fim, porém não menos importante está a percepção de que realmente a difusão partidária tem se dado pela via parlamentar tal como postulado por Santos (2009), em especial no âmbito dos legislativos municipais tendo em vista o processo generalizado de intensa capilarização das organizações partidárias nos municípios fluminenses, tendo em vista que, lançar candidatos na disputa proporcional mostrou-se meta básica para todas as legendas, e que cada vez mais partidos vem aproximando-se desta expressão no Estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, pode-se afirmar que o presente trabalho alcançou seu objetivo ao identificar e analisar a correlação de forças existente entre os partidos políticos no Estado do Rio de Janeiro a partir da arena eleitoral dos municípios, e, ainda que forma modesta, evidenciou alguns dos aspectos mais evidentes de sua racionalidade e comportamento neste quadrante da disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA E CARNEIRO Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Revista DADOS*, ano 51, número 002. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, Brasil. p 403-432. 2008

AMES, Barry., *Os entraves da democracia no Brasil*. São Paulo, FGV, 2003

BRAGA, M. S. de S. O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002), São Paulo, Tese de Doutorado, DCP-FFLCH-USP. 2003

CAMPOS, Mauro Macedo. “Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil”. Belo Horizontes, tese de doutorado, Ciência Política, UFMG. 2009

DINIZ, E. *Voto e Máquina Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982

DOWS, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia*, São Paulo, Edusp, 1990.

DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1980*

ELDERSVELD, S. *Political Parties in América Society*, New York. Basic Books. 1982

FLEISCHER, D *Os Partidos Políticos no Brasil*, Brasília, UnB. 1981

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FGV/Fapesp. 1999

FREUND, Julien. *A sociologia de Max Weber*. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. Revisão de Paulo Guimarães do Couto. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUARNIERI, Fernando. A força dos “partidos fracos” - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. São Paulo, Tese de Doutorado. DCP-FFLCH-USP. 2009

_____. A Força dos Partidos “Fracos”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no1, 2011, pp. 235 a 258. 2011

GUARNIERI E RICCI (2010) Eleições 2010: a aparente fraqueza dos partidos políticos brasileiros. *Em Debate*, v. 2, p. 7-12; *Meio de divulgação*: Digital; Homepage. Disponível em <http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/05-Partidos-Paolo%20Ricci.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2011.

KATZ, R. e MAIR, P. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, R; MONTERO, J. R. e LINZ, J. (Ed.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: OUP, 2002.

KINZO, M. D. G. "O Quadro Partidário e a Constituinte", in LAMOUNIER, B. (org) De Geisel a Collor: O Balanço da Transição, São Paulo, Ed. Sumaré, IDESP. 1990

_____. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993

_____. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. *RBCS Vol. 19 nº. 54* fevereiro/2004

KIRCHHEIMER, O. "The Transformation of Western European Party Systems", In LA PALOMBARA, J & WEINER, M. (eds) *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1966.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro, Graal. 1983.

_____. "Partidos, Eleições e Poder Legislativo", in MICELI, S. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, São Paulo, Sumaré, vol. 3. 1999.

LAMOUNIER, B. "A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate". *Revista de Cultura e Política*, 7: 5-42. 1980

_____.) Partidos e utopias: O Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Edições Loyola. 1989

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MAINWARING, Scott.. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais". *Novos Estudos Cebrap*, 29: 34-58. 1993

_____. "Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil". *Lua Nova*, 23/24: 21-73. 1991.

MELO, Carlos Ranulfo. "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro", in Melo e Alcantara, *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte, Editora da UFMG. 2007

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*, Rio de Janeiro, FGV, 1996.

_____. "O Sistema Eleitoral Brasileiro", in A. O. Cintra e L. Avelar (orgs.), *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/ Editora Unesp, p. 293-301. 2007

OSTROGORSKI, Mosei Jakovlevitch., *Democracy and the Organization of Political Parties*. Nova York, Haskell, 1970

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. Madri, Alianza Editorial. 1982

SANTOS , Fabiano. *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte, UFMG. 2003

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso e Inércia Social*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

_____. A difusão parlamentar do sistema partidário – exposição do caso brasileiro. IUPERJ, 2009. (texto mimeo com cláusula de reserva na pág.2).

SARTORI, Giovanni., *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1982.

SCHMITT, R. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. “O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil”. *Revista DADOS*, vol. 49, nº 4, p. 689-720. 2006.